

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

BIANCA MARTINS DA COSTA QUINTAS

**O papel da indústria de petróleo e gás para a Rússia e a sua inserção em conflitos
geopolíticos**

Rio de Janeiro

2024

BIANCA MARTINS DA COSTA QUINTAS

O papel da indústria de petróleo e gás para a Rússia e a sua inserção em conflitos geopolíticos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Fiori

Rio de Janeiro

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Q7p

Quintas, Bianca Martins da Costa.

O papel da indústria de petróleo e gás para a Rússia e a sua inserção em conflitos geopolíticos / Bianca Martins da Costa Quintas. – 2024.
125 f.

Orientador: José Luís Fiori.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 113-125.

1. Geopolítica. 2. Rússia. 3. Petróleo. 4. Gás natural. I. Fiori, José Luís, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.101

BIANCA MARTINS DA COSTA QUINTAS

O papel da indústria de petróleo e gás para a Rússia e a sua inserção em conflitos geopolíticos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Economia Política Internacional.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Jose Luís Fiori – UFRJ
Orientador

Prof. Dr. Numa Mazat – UFRJ

Prof. Dr. Sergio Veloso dos Santos Junior - PUC-Rio

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação foi um processo muito mais longo e difícil que eu pude imaginar, mas o apoio de muitas pessoas tornou essa jornada um pouco mais fácil.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família pela empatia e compreensão. Mamãe e papai, obrigada por todo o esforço feito para que eu pudesse seguir esse caminho. Meus cachorrinhos, Toquinho e Ozzy, por todo amor e companheirismo. Todos os dias com vocês são um presente. Para as minhas amigas de longa data, Fernanda, Clara, Isabela, Bia e Cynthia e aos colegas de trabalho por sempre oferecerem palavras de incentivo e aplaudirem as minhas conquistas. Serei eternamente grata a todos vocês.

Agradeço ao meu orientador José Luis Fiori pela disponibilidade, vasto conhecimento e ensinamentos. Aos professores e funcionários do PEPI-UFRJ, obrigada pela dedicação e adaptação do curso em meio a uma pandemia. O esforço de todos vocês tornou possível a continuidade da educação em meio a um tempo extremamente desafiador.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o papel da indústria de petróleo e gás para a Rússia, mostrando a sua interseção com os principais conflitos geopolíticos do Sistema Internacional. Partindo do pressuposto que o petróleo e gás são instrumentos de projeção de poder para a Rússia, o estabelecimento do país enquanto uma superpotência energética se dá em meio a contínuas transformações internas e conflitos geopolíticos mundiais. O petróleo substituiu o carvão enquanto o principal recurso energético com a Primeira Guerra Mundial com extenso uso civil e militar, e o gás natural é um combustível fóssil amplamente usado para o aquecimento e geração de eletricidade que, depois de uma série de descobertas de reservas, tornou a Rússia uma das maiores exportadoras no pós-Segunda Guerra Mundial. Conclui-se, que o desenvolvimento desses setores diante da sua abundante disponibilidade destes recursos energéticos lhe proporciona projeção geopolítica no sistema ao mesmo tempo que a coloca no centro de disputas. Os Estados Unidos, por sua vez, historicamente opõem-se e buscam conter a sua posição no mercado energético mundial. Nesse sentido, será mostrado que é por meio de parcerias estratégicas que a Rússia promove a sua integração econômica, política e territorial ao seu entorno regional e às potências consumidoras desses recursos.

Palavras-chave: Rússia; União Soviética; petróleo; gás natural; geopolítica.

ABSTRACT

This research analyzes the role of the oil and gas industry for Russia, showing its intersection with the main geopolitical conflicts of the International System. Assuming that oil and gas are instruments of power projection for Russia, the country's establishment as an energy superpower takes place amidst continuous internal transformations and global geopolitical conflicts. Oil replaced coal as the main energy resource in the First World War with extensive civil and military use, and natural gas is a fossil fuel widely used for heating and electricity generation that, after a series of discoveries of reserves, made Russia one of the largest exporters after the Second World War. It is concluded that the development of these sectors in view of their abundant availability of these energy resources gives them geopolitical projection in the system while at the same time placing them at the center of disputes. The United States, in turn, has historically opposed and sought to contain its position in the global energy market. In this sense, it will be shown that it is through strategic partnerships that Russia promotes its economic, political and territorial integration with its regional surroundings and the powers that consume these resources.

Keywords: Russia; Soviet Union; Petroleum; natural gas; geopolitics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Quanto mais combustível tivermos, mais próxima estará a vitória na hora decisiva” (tradução própria). Propaganda soviética de 1941.....	28
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Reservas soviéticas de gás natural (tcm) (1950 – 1971)	41
Gráfico 2 – Dinâmica dos preços de petróleo cru na perspectiva de longo prazo (1880-2004)	43
Gráfico 3 – Produção média de novos poços de petróleo em operação na URSS (1975-1990)	48
Gráfico 4 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (1992-1998).....	68
Gráfico 5 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (1998-2008).....	76
Gráfico 6 – Dependência dos países europeus do fornecimento do gás russo (porcentagem do total de importação de gás), 2006.....	83
Gráfico 7 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (2008-2012).....	87
Gráfico 8 – Evolução dos gastos de defesa da Rússia (2012 - 2022) em milhões de dólares, a preços constantes de 2022	95
Gráfico 9 – Volume de importação de gás natural da Rússia na União Europeia (UE) e no Reino Unido (UK) da semana 1 de 2021 à semana 36 de 2023, por rota de exportação (em milhões de metros cúbicos).....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – O mapa da Europa após o fim da Primeira Guerra Mundial	21
Mapa 2 – A divisão da Europa pós-Segunda Guerra Mundial	33
Mapa 3 – Mapa do oleoduto Druzhba	40
Mapa 4 – A dissolução da União Soviética	54
Mapa 5 – O gasoduto Yamal-Europa	64
Mapa 6 – Os oleodutos Baku-Tbilisi-Ceyhan e Baku-Supsa, e os gasodutos Baku-Tbilisi- Erzurum e Baku-Novorossiysk.	85
Mapa 7 – As rotas dos gasodutos Nord Stream, Nabucco e South Stream	90
Mapa 8 – A anexação da Crimeia (2014)	98
Mapa 9 – O gasoduto TurkStream.....	105
Mapa 10 – O gasoduto Força da Sibéria	106
Mapa 11 – O gasoduto Nord Stream 2	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Tratado sobre Mísseis Antibalísticos
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BTC	<i>Baku-Tbilisi-Ceyhan</i>
BTE	<i>Baku-Tbilisi-Erzurum</i>
CAP	<i>Comprehensive Assistance Package</i>
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
COMECON	Conselho de Assistência Econômica Mútua
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
NEP	Nova Política Econômica
OCX	Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIB	Produto interno bruto
PSA	<i>Production Share Agreement</i>
SALT	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i>
SCO	<i>The Shanghai Cooperation Organisation</i>
SDI	Iniciativa de Defesa Estratégica
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
UEE	União Econômica Eurasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A INSERÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA NO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO E GÁS E A SUA PARTICIPAÇÃO NOS PRINCIPAIS CONFLITOS GEOPOLÍTICOS DO SÉCULO XX	16
2.1	ANTECEDENTES: A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO RUSSA DO PERÍODO IMPERIAL À REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE (SÉCULO XIX- 1917)	16
2.2	DA RÚSSIA SOVIÉTICA À SEGUNDA POTÊNCIA DO SISTEMA INTERNACIONAL: AS TRANSFORMAÇÕES NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO SOVIÉTICA (1918-1945).....	22
2.2.1	Os primeiros anos da Rússia Soviética e a importância do petróleo durante e pós-Primeira Guerra Mundial	22
2.2.2	Stalin no poder: “Socialismo em um só país”, expurgos e o petróleo e gás na Segunda Guerra Mundial	24
2.3	O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS SOVIÉTICA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: RECUPERAÇÃO E NOVAS DESCOBERTAS; A EUROPA SE DIVIDE (1946–1979)	30
2.3.1	A reestruturação da produção de petróleo e gás no pós-guerra em meio à consolidação da bipolaridade do Sistema Internacional (1946–1962).....	31
2.3.2	A détente, os choques do petróleo e o fortalecimento dos laços comerciais da União Soviética com a Europa Ocidental (1962–1979)	40
2.4	RENOVAÇÃO DAS TENSÕES, CRISE ECONÔMICA E A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA (1980–1991)	46
2.4.1	A administração Reagan e os impactos da mudança da política externa estadunidense para a URSS.....	46
2.4.2	A Perestroika e o desmantelamento do sistema econômico soviético (1985-1991)	48
3	A REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES DE PETRÓLEO E GÁS DA RÚSSIA E A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 1990	53
3.1	A CONSOLIDAÇÃO DO PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS E O ENFRAQUECIMENTO GEOPOLÍTICO DA RÚSSIA	53

3.1.1	A evolução da política externa da Rússia e as mudanças no Sistema Internacional.....	54
3.1.2	A expansão da OTAN ao Leste	59
3.1.3	A ofensiva geopolítica dos Estados Unidos contra a Rússia no setor energético	63
3.2	AS REFORMAS ESTRUTURAIS NA RÚSSIA E OS SEUS IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS	65
3.2.1	Transição econômica e política	65
3.2.2	Os distintos impactos das privatizações nos setores de petróleo e gás	69
3.2.3	As perspectivas da indústria de petróleo e gás da Rússia no mercado mundial	72
4	O SÉCULO XXI E A RÚSSIA DE VLADIMIR PUTIN: OS RECURSOS ENERGÉTICOS NO CENTRO DA REINSERÇÃO GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	75
4.1	OS PRIMEIROS TERMOS DE VLADIMIR PUTIN (2000-2008): OS RECURSOS ENERGÉTICOS E AS REFORMAS ESTATAIS.....	75
4.2	DMITRI MEDVEDEV (2008-2012): A GUERRA DA GEÓRGIA, RECESSÃO FINANCEIRA MUNDIAL E O “RESET” NAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS	86
4.3	O RETORNO DE PUTIN (2012 - PRESENTE): O AUMENTO DAS TENSÕES COM O OCIDENTE E A “VIRADA AO LESTE”	91
4.3.1	As transformações no Sistema Internacional	91
4.3.2	A (in)segurança territorial da Rússia e a crise da Ucrânia (2013 - presente).....	95
4.3.2.1	<i>Antecedentes: a anexação da Crimeia e as reações do Ocidente</i>	<i>96</i>
4.3.2.2	<i>A invasão da Rússia à Ucrânia em 2022: a defesa da integridade territorial russa, novas sanções e uma ordem internacional em transformação.....</i>	<i>100</i>
4.3.2.3	<i>Os efeitos no mercado mundial de petróleo e gás</i>	<i>104</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

A energia molda e é moldada pela geopolítica. As fontes de petróleo e gás são escassas e estão distribuídas mundialmente de forma desigual, com poucos países dispondo de reservas suficientes para garantirem a sua autossuficiência, estabelecendo-se assim a dependência de outros exportadores a longo prazo. Essas são combatidas, por sua vez, pela tentativa de diversificação de fornecedores, formação de parcerias estratégicas ou até incursões militares. Por conta da importância estratégica da energia, é natural, dessa forma, que os sistemas e infraestrutura de abastecimento estejam interligados com a política externa dos Estados (Högselius, 2019).

A competição pelo acesso a reservas ultrapassa disputas econômicas, podendo motivar conflitos geopolíticos em larga escala. As tensões a respeito de recursos energéticos tendem a ser duradouras, e o petróleo e o gás natural tornaram-se sujeitos a disputas geopolíticas mais intensamente a partir do século XX. Conflitos que envolvem a área energética são um reflexo da evolução das inovações tecnológicas e dos acontecimentos políticos e econômicos no Sistema Internacional (Hobér, 2014). Dada a interconexão do mercado mundial de petróleo e gás, interrupções na produção em uma região impacta todo o globo. Por isso, a nível estatal, destaca-se a questão da segurança energética, um conceito amplo e com múltiplas interpretações, mas aqui entendido como a capacidade de um país garantir o fornecimento contínuo de energia a preços acessíveis para o uso governamental e civil (Paillard, 2010). As áreas de maior instabilidade política tendem a ser relacionadas a maior oferta de reservas energéticas, usadas para garantir principalmente a segurança energética de um país e, como será visto em determinados casos, limitar o acesso de países competidores a tais fontes.

O petróleo virou um recurso energético instrumento de competição notadamente a partir da Primeira Guerra Mundial, quando passou a ser usado pelas potências para a sustentação de suas máquinas de guerra, marcando assim a transição energética do carvão para o petróleo a nível global (Yergin, 1991). Ele é uma das commodities mais exportadas do mundo e é uma das matérias-primas mais importantes para a sociedade, usada principalmente como combustível, mas possuindo outras inúmeras aplicações. Por isso, os Estados voltam recursos significativos para atividades de prospecção e exploração, assim como competem com outros para garantir o seu fornecimento estável. O gás natural, por sua vez, é usado predominantemente para aquecimento e geração de eletricidade, mas também possui outras funções. Como propriedades vantajosas, destaca-se o menor impacto ambiental quando comparado com o petróleo e o carvão, apesar de também ser uma fonte energética não renovável.

A Rússia, além de ser a segunda maior potência militar do mundo, é uma superpotência energética: possui a maior reserva mundial de gás natural, ocupando o posto de segunda maior exportadora, atrás apenas dos Estados Unidos e é a segunda maior exportadora de petróleo. Em 2021, a produção de petróleo bruto e condensado chegou a 10,5 milhões de barris por dia, o que corresponde a 14% da oferta mundial total. No mesmo ano anterior à Guerra da Ucrânia, exportou mais de 45% do que produziu, levando o maior volume para a China, depois a Holanda, Alemanha e Polônia. Através da sua extensa e integrada rede de gasodutos, transmite o seu gás natural para a Europa, correspondendo a cerca de 40% das importações da União Europeia (IEA, 2022). Dos países europeus, o seu maior parceiro comercial de gás é a Alemanha, seguida da Turquia, Itália, Belarus e França. Fora do continente, a China e o Japão receberam combinados aproximadamente 10% das exportações de gás natural (EIA, 2022).

Para entender a Rússia de hoje, é necessário compreender toda a sua rica história e o seu lugar no Sistema Internacional, que nos últimos dois séculos passou por transições hierárquicas e de distribuição de poder. Por isso, a presente dissertação discute a trajetória do papel estratégico do petróleo e gás para a Rússia e a sua inserção em conflitos geopolíticos. Como Fiori (2020) coloca, o petróleo e gás são instrumentos de projeção de poder para esse país. Da descoberta de petróleo nos últimos anos do Império Russo para a descoberta de vastas reservas na Sibéria várias décadas depois, o país sofreu sucessivas invasões, causadas ou não pelo acesso a essas reservas, colocando a sua integridade territorial como um dos seus maiores interesses nacionais.

A dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro aborda os antecedentes e a consolidação da União Soviética enquanto uma superpotência exportadora de petróleo e gás em meio a transformações internas e conflitos geopolíticos. Para a melhor compreensão da relação entre os dois, as divisões de seções serão feitas de acordo com os principais acontecimentos do século XX e a instrumentalização desses recursos por cada líder soviético. Primeiramente, terá a análise da produção de petróleo do período imperial à Revolução Russa, o estado dessa indústria durante o choque das potências imperialistas na Primeira Guerra Mundial, que marcou a transição do carvão para o petróleo como o principal recurso energético, e a posterior fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Depois, como formou o seu sistema econômico em meio ao isolamento internacional, e formou alianças para a sua proteção em meio à crescente ameaça nazista e a iminência de uma nova guerra. Com o estudo da Segunda Guerra Mundial, será visto como o acesso às reservas de petróleo foi um dos fatores motivadores da invasão da Alemanha ao território soviético, que deixou destruição por onde passou, motivando o deslocamento parcial

dos investimentos em atividades de produção. Além disso, como a descoberta de reservas de gás natural no território soviético, acompanhada da construção de gasodutos de longa distância, impactou as relações energéticas no longo prazo entre a Rússia e a Europa. Por fim, serão analisadas as fases da Guerra Fria, a bipolaridade do Sistema Internacional e os antagonismos entre as suas potências de blocos opostos, os Estados Unidos e a URSS, e como isso incidiu nas disputas no mercado mundial de petróleo e gás e a formação de zonas de influência e alianças militares. Finalmente, analisará os anos finais da URSS, em que houve o esgotamento do seu modelo de crescimento econômico e entraves políticos que culminaram na desintegração do país socialista em 1991.

O segundo capítulo discute a reorganização dos setores de petróleo e gás da Rússia em meio às mudanças internas e no Sistema Internacional com o fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS. Serão abordadas as bases da consolidação do poder global e a ordem liberal dos Estados Unidos na década de 1990, ao mesmo tempo da prática de políticas de enfraquecimento geopolítico da Rússia em múltiplas frentes, com ênfase na adesão dos países do extinto Pacto de Varsóvia e URSS na OTAN, a aliança militar instrumento de política externa estadunidense. Mostrará, por outro lado, a evolução da política externa da Rússia na presidência de Boris Yeltsin, de caráter pró-ocidental e unilateral na sua postura cooperativa com o Ocidente, numa década amplamente desfavorável para o país. No setor energético, serão mostrados os distintos impactos da transição econômica nos setores de petróleo e gás, e a formação de uma elite que adquiriu ativos em benefício próprio nas privatizações, afetando a capacidade do Estado russo em obter a renda provinda das exportações desses combustíveis. Também, como a antes rede integrada de gasodutos da URSS foi impactada com a desintegração territorial do país, e como se deu a ofensiva dos EUA nesse cenário, pois o seu legado é um importante componente da geopolítica da energia da Rússia no continente europeu e na Ásia Central.

Por fim, o terceiro capítulo chega no século XXI e a geopolítica da energia do presidente Vladimir Putin. Serão mostradas as reformas por ele implementadas que centralizaram o poder no Estado russo, com a nacionalização parcial do setor energético para retomar o poder geopolítico da Rússia e ter maior proveito da renda da exportação de petróleo e gás, num período marcado pela alta dos preços do petróleo e crescimento econômico. Depois, o único termo único de Dmitri Medvedev, em que o país passou pela crise financeira mundial, a Guerra da Geórgia e a iniciativa de melhora nas relações com os Estados Unidos. Por fim, a volta do presidente Putin, em agora um Sistema Internacional em transformações na sua distribuição de poder com o declínio estadunidense e o deslocamento do centro de poder para

a Ásia, notando o aumento significativo das tensões entre a Rússia e o Ocidente, e conflitos regionais na Europa e no Oriente Médio. Será dedicada uma seção sobre a questão da Ucrânia e a sua relação com a proteção da integridade territorial da Rússia. Serão vistas as (falhas) sanções ocidentais aplicadas contra a Rússia por parte dos Estados Unidos e os seus aliados europeus desde a anexação da Crimeia em 2014, e a formação e aprofundamento de alianças políticas que se traduziram na intensificação das trocas energéticas e construção de novos canais de transmissão desses recursos na medida que há a diversificação de parceiros comerciais, evidenciando uma profunda transformação nos fluxos mundiais de petróleo e gás em decorrência da guerra.

2 A INSERÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA NO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO E GÁS E A SUA PARTICIPAÇÃO NOS PRINCIPAIS CONFLITOS GEOPOLÍTICOS DO SÉCULO XX

Para a compreensão da herança do período soviético para a atual condução da política energética da Rússia, o primeiro capítulo da presente pesquisa tem como objetivo mostrar o desenvolvimento dos setores de petróleo e gás da União Soviética e a sua consolidação como exportadora desses recursos em meio a sucessivas transformações internas e conflitos geopolíticos no Sistema Internacional no século XX

Serão mostrados os antecedentes do período imperial até a Revolução Russa, com as descobertas de reservas de petróleo no Cáucaso e as agitações sociais no local. Depois, os fatores que levaram à Primeira Guerra Mundial, e a participação da Rússia na mesma. Também, a fundação da União Soviética, passando de um país isolado para a formação de alianças na iminência da Segunda Guerra Mundial. Será analisado o uso estratégico do petróleo tanto por parte da URSS quanto pelas potências inimigas no conflito, e o surgimento do gás natural enquanto uma fonte que, apesar de desafios tecnológicos na sua exploração e construção de canais de gasodutos, impactou as relações de longo prazo entre a Rússia e a Europa. Serão apontados os principais oleodutos e gasodutos que primeiramente abasteceram o território soviético e, na medida em que se descobriu novas reservas, passou a abastecer a também sua zona de influência, e depois a Europa Ocidental. Terá todas as fases da Guerra Fria, mostrando as características internas da URSS e seus líderes, com foco em como cada um desenvolveu o setor energético do país em meio a choques externos e os antagonismos entre a URSS e os Estados Unidos, as duas potências líderes dos blocos socialista e capitalista. Por último, serão analisados os fatores que levaram à desintegração do país soviético em 1991.

2.1 ANTECEDENTES: A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO RUSSA DO PERÍODO IMPERIAL À REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE (SÉCULO XIX- 1917)

A produção de petróleo russa moderna data o século XIX, quando o Império Russo anexou oficialmente em 1813 a rica em petróleo Baku, atual capital do Azerbaijão. Nos anos seguintes, a estrutura da atividade de exploração industrial desenvolveu-se de modo que pudesse, a princípio, atender para o abastecimento de querosene para a iluminação artificial – especialmente no inverno quando a iluminação natural era reduzida – da capital São

Petersburgo e outras cidades estratégicas do vasto império que estava se industrializando. A atividade no começo era limitada e de monopólio estatal. No início da década de 1870, no entanto, permitiu-se a presença da iniciativa privada, que foi responsável pela rápida construção de poços de petróleo e campanhas de perfuração no Cáucaso (Yergin, 1991).

A chegada do sueco Robert Nobel no final da década de 1870 em Baku foi decisiva para o futuro da indústria de petróleo russa. A empresa fundada com o seu irmão Ludvig em 1876, Branobel, dominou o mercado russo, atraindo a força de trabalho para o local e estabelecendo um padrão de atuação para todos os concorrentes. A principal rival dos Nobel no mercado doméstico russo era a querosene vinda dos Estados Unidos, importada a baixos preços. Para garantir o fluxo eficiente do petróleo cru russo para o norte, um oleoduto foi desenhado para transportá-lo até o Mar Cáspio. Tal inovação, associada às crescentes tarifas impostas pelos russos, provocou a queda da importação da querosene americana de 4400 toneladas em 1884 para apenas 22 toneladas em 1896 (Goldman, 2008).

Com o sucesso no mercado interno, os esforços voltaram-se para a expansão para mercados estrangeiros. A conquista do porto de Batumi no Mar Negro em 1878 na Guerra Russo-Turca (1877–1878) e a subsequente construção de uma ferrovia conectando-o até Baku por meio de Tbilisi na Geórgia, completada em 1883, foram passos importantes em direção a expansão da indústria, quando uma nova rota de transporte se tornou realidade. O aporte financeiro vindo da parte francesa da família Rothschild para o consórcio russo Bunge-Palashkovsky consolidou a sua presença em Baku, estabelecendo em 1886 a BNITO com múltiplas instalações de armazenamento em Batumi, instituindo uma competição internacional de 30 anos entre as principais petrolíferas mundiais que envolveu guerra de preços (Yergin, 1991).

O resíduo do refino de querosene, que os russos chamavam de *ostaki*, foi utilizado como combustível com êxito pela primeira vez nos navios no Mar Cáspio na década de 1870, pela necessidade da importação de carvão vindo da Inglaterra. Logo depois, também na ferrovia Transiberiana. O governo russo também incentivou na década de 1890 o uso de petróleo como combustível para acelerar o desenvolvimento econômico. Mundialmente, ainda se encontrava resistência por conta da preferência pelo carvão, que foi crucial para o desenvolvimento da indústria pesada na América do Norte e na Europa, além de abastecer as frotas comerciais e navais globais (Yergin, 1991).

A presença do capital privado e estrangeiro foram primordiais para a expansão da infraestrutura e o aumento da produção de petróleo cru russa. Mas, também se tornou uma área de disputas em que produtores buscavam garantir mercados exclusivos. O mercado mundial no

período era baseado na competição entre a americana Standard Oil, os irmãos Nobel, os Rothschild e consórcios russos de produtores de petróleo (Considine; Kerr, 2002). O século XX apontava para inovações tecnológicas em que o petróleo ocuparia o lugar central enquanto um recurso estratégico e, posteriormente na Primeira Guerra Mundial, isso seria confirmado ao impulsionar a transição energética do uso do carvão em favor do mesmo.

O Império Russo, ao mesmo tempo, passava por um período de profundas transformações econômicas e políticas. A derrota na Guerra da Crimeia (1853-1856) expôs a sua vulnerabilidade geopolítica, pelo atraso estrutural de seu exército e limitações da malha ferroviária no transporte. Isso estimulou, ainda que de forma gradual, a industrialização nos anos seguintes, além de evidenciar a necessidade da liberalização do poder na forma de reformas políticas e emancipação dos servos. A sobrevivência do Império, para a liderança russa, dependia de uma reestruturação interna, já que também novos competidores como a Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos estavam se modernizando e ganhando espaço na economia mundial, enquanto a posição hegemônica da Grã-Bretanha dava sinais de declínio. O regime da servidão, por sua vez, foi abolido em 1861 numa série de reformas que contribuíram para o aumento da produtividade da agricultura e da indústria (Markevich; Zhuravskaya, 2018).

A produção de petróleo, em particular, foi negativamente afetada por sucessivas insurreições de trabalhadores. No Cáucaso, a história da produção de petróleo era altamente conturbada e o aparato repressivo praticado pelos sucessivos reinados era ainda mais grave, inspirando uma série de movimentos revolucionários no início do século XX:

The Caucasus – home of the Russian oil industry – was one of the worst-run parts of the ill-run empire. Living and working conditions in the area were deplorable. Most workers were in Baku without their families, and in Batumi, the working day was often fourteen hours, with two hours of compulsory overtime (Yergin, 1991, p. 129).

Foi no Cáucaso que o movimento revolucionário utilizou do sistema de distribuição nacional para a operação clandestina de distribuição da propaganda do movimento Bolchevique por todo o território russo, notadamente o jornal *Iskra* de Vladimir Lenin. Dentre os revolucionários no local, incluía-se Josef Stalin, que entre os anos 1901 e 1902 foi o líder socialista em Batumi, promovendo greves e demonstrações contra a indústria de petróleo, incluindo contra os Rothschild. Em 1903, os trabalhadores de petróleo de Baku entraram em greve, que logo se espalhou, ocorrendo a primeira greve geral por todo o Império, contribuindo para a crítica situação política da época (Yergin, 1991).

A Revolução de 1905, por sua vez, ocorreu num contexto de derrota das forças armadas russas na Guerra Russo-Japonesa (1904–1905), numa tentativa malsucedida de

promover a união nacional contra um inimigo externo e manter o regime. Novamente o atraso tecnológico russo tornou-se claro, e agitações sociais de trabalhadores industriais e camponeses ocorreram em forma de uma greve geral por conta da crise econômica provocada pela crise industrial de 1901–1903 e a queda dos preços dos grãos, o principal produto de exportação do Império. Uma marcha organizada para o Palácio de Inverno que demandava a melhoria das condições atuais foi massacrada pelas tropas imperiais de Nicolau II no que ficou conhecido como o Domingo Sangrento.

Numa tentativa de remediar as manifestações, o Manifesto de Outubro foi lançado, criando um parlamento com o Conselho de Estado e a Duma, e permitiu-se a criação de partidos políticos, embora com baixo escopo de decisão na vida política russa. Mais agitações sociais e greves ocorreram até 1907 e, quando o movimento se reduziu, os avanços constitucionais foram revogados e a oposição derrotada. A Revolução, apesar de não ter sido vitoriosa, foi um importante sinal da fraqueza do czarismo, e deixou marcas de um movimento revolucionário que retornaria com força em 1917, caracterizado por Lenin como o “ensaio geral” (Pomeranz, 2018).

A Rússia czarista foi a líder mundial na produção de petróleo entre 1898 e 1902, mas as insurreições de trabalhadores em Baku provocaram uma forte queda dos níveis de envios, além da destruição de cerca de dois terços dos poços de petróleo, deteriorando a capacidade de produção em larga escala a preços reduzidos (Yergin, 1991). É importante notar que os levantes em Baku, em particular, tinham como componente questões étnicas dentre as diversas minorias que viviam e trabalhavam no local. As empresas de petróleo responderam aos desafios políticos na Rússia de forma variada. Algumas, como a Standard Oil, se retiraram para os mercados europeus e do extremo oriente. Os Rothschild, venderam os seus holdings para a Royal Dutch/Shell em 1911. Enquanto isso, as exportações de petróleo caíram, e a sua participação nas exportações globais reduziram-se de 31% em 1904 para apenas 9% em 1913 (Considine; Kerr, 2002).

Os últimos anos do Império Russo coincidiram com um momento de agitações no Sistema Internacional que culminaram na Primeira Guerra Mundial (1914–1918). O conflito promoveu profundas mudanças no sistema, envolvendo as grandes potências no esforço de guerra. De um lado, a Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano. No outro, a França, Grã-Bretanha e o Império Russo, os Aliados. O conflito, além de mobilizar os países mencionados e seus aliados mundo afora, deu impulso à transição da matriz energética do carvão para o petróleo, especialmente no setor militar: “It was a war that was fought between men and machines. And these machines were powered by oil” (Yergin, 1991, p. 167).

O uso do petróleo revolucionou a natureza do modo em que as guerras eram travadas, no que se refere à mobilidade de forças armadas e seus suprimentos pela terra e pelo ar, pela introdução dos tanques de guerra, usados pela primeira vez em 1916, e o aumento da dimensão da destruição causada, do custo material e humano desses conflitos. Tornou-se imprescindível para a sustentação das ofensivas o acesso contínuo e confiável a reservas de petróleo e, ainda, impedir o acesso de seus inimigos às mesmas. Por isso, as disputas pelo acesso a esse recurso natural estratégico para sempre mudaram as fronteiras das disputas geopolíticas, colocando no centro os territórios em que há disponibilidade do mesmo, e incidindo diretamente nas relações entre os Estados.

A unificada Alemanha, potência revisionista do sistema por conta do seu comércio e indústria em alto desenvolvimento que tinha o potencial de contestar a ordem vigente em que a hegemonia do sistema era detida pelos britânicos, possuía superioridade em carvão e ferro, mas foi logo surpreendida pelos Aliados. O motor de combustão interna foi adaptado para as necessidades de guerra, e revolucionou o futuro do transporte motorizado, transformando uma guerra em que se pensava que seria uma ofensiva rápida e vitoriosa por parte dos alemães, em uma longa e violenta guerra de atrito. Inaugurou-se também uma nova arena para a guerra: o ar, com aviões logo usados em operações militares.

O colapso do Império czarista em 1917 trouxe para os alemães a esperança da possibilidade de capturar as reservas de petróleo de Baku. A produção de petróleo russa durante a Primeira Guerra Mundial foi tal que o seu centro estava imerso em crescentes hostilidades entre os diferentes grupos étnicos que compunham a classe trabalhadora e agitações sociais proporcionadas pelos movimentos revolucionários. No mesmo ano, os Estados Unidos entraram no conflito mundial. A participação russa na guerra apoiando a França e a Inglaterra não ajudou a situação interna: acumulou mais fracassos militares, perdas humanas, consequências econômicas negativas em um momento já de crise duríssima, e o descontentamento da população com a participação em mais um conflito. Foi assim que em 2 de março de 1917, depois de mais greves gerais na Revolução de Fevereiro, Nicolau II abdicou o trono e instaurou-se um governo provisório na Rússia. Por fim, a Revolução de Outubro de 1917 representou a tomada do poder pelos Bolcheviques, que formariam a República Socialista Federativa da Rússia mais tarde, em julho de 1918.

A saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial só veio a ocorrer com a assinatura, após longas negociações e divergências internas sobre a questão, do Tratado de Brest-Litovsk em 3 de março de 1918, colocando um fim nas hostilidades com os alemães. Com o tratado, a Rússia perdeu os territórios da Bielorrússia, Finlândia, Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia),

Polônia e Ucrânia. Os Bolcheviques não desejavam manter o país em uma guerra que viam como um conflito entre potências imperialistas. Sobretudo, priorizavam consolidar o seu poder internamente em meio de destruição, escassez de suprimentos, perdas territoriais de áreas industriais e agrícolas, e a crescente oposição de “exércitos brancos”, com os quais estariam em guerra até 1920. As forças “brancas” eram financiadas por ex-aliados russos na Primeira Guerra Mundial como a França e a Grã-Bretanha, contrárias à saída da Rússia da guerra e aos rumos do governo russo, além de várias empresas estrangeiras que tiveram importante papel na formação da indústria de petróleo russa nos anos anteriores (Pomeranz, 2018).

A Primeira Guerra Mundial terminou com o armistício entre os Aliados e a Alemanha em novembro de 1918. Em junho de 1919, foi assinado o Tratado de Versalhes, com imposições duríssimas para a Alemanha, que alimentariam um profundo revanchismo nos anos seguintes, e seria um dos fatores que levariam à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Também ocorreu um redesenho do mapa do continente europeu por conta da desintegração dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, e o surgimento de novos Estados independentes como a Iugoslávia, Tchecoslováquia e Polônia (mapa 1).

Mapa 1 – O mapa da Europa após o fim da Primeira Guerra Mundial



Fonte: Beauchamp, Lee e Yglesias (2014).

2.2 DA RÚSSIA SOVIÉTICA À SEGUNDA POTÊNCIA DO SISTEMA INTERNACIONAL: AS TRANSFORMAÇÕES NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO SOVIÉTICA (1918-1945)

Após a instituição da Rússia Soviética, o país enfrentou diversos entraves internos, e o petróleo foi um instrumento utilizado para a sua industrialização e exportação para a obtenção de renda e tecnologia. Ficou evidente, entretanto, a necessidade do capital privado para estimular a industrialização e a exploração de recursos naturais. Nesse sentido, a Nova Política Econômica foi introduzida, e permitiu-se temporariamente a iniciativa privada participação estrangeira. A política findou-se depois de poucos anos, e a fundação da URSS e a entrada de Stalin na liderança soviética marcou a mudança na política externa do país. Com o aumento das tensões internacionais, e a possibilidade de uma nova guerra, os investimentos do país foram alocados para o aumento da sua defesa, e a produção e exportação de petróleo se mostraram novamente como um importante ativo para o país. Por isso, a presente seção analisa a fundo as questões acima levantadas, a dinâmica da Segunda Guerra Mundial e as motivações por parte da Alemanha Nazista ao invadir o território soviético. Por fim, a descoberta de reservas de gás natural, como um fator que elevou o patamar da URSS como exportadora de energia para a Europa.

2.2.1 Os primeiros anos da Rússia Soviética e a importância do petróleo durante e pós-Primeira Guerra Mundial

Os anos seguintes à vitória Bolchevique na Revolução de Outubro foram conturbados na recém-criada Rússia Soviética e no cenário internacional. A transição da Rússia Imperial para a Soviética demandou a reestruturação dos setores econômico, político, militar e social. A indústria de petróleo foi transformada na medida que os Bolcheviques se ajustavam à situação interna. Aos finais de 1920, as forças opositoras colapsaram e os Bolcheviques emergiram vitoriosos. O petróleo era visto naquele momento como um meio para a industrialização do país e combustível para as indústrias automotiva e de aviação. Ele seria exportado ao Ocidente, assim como no período czarista, em troca de tecnologia e moeda estrangeira (Perović, 2017). Tal indústria foi nacionalizada durante a implementação do Comunismo de Guerra¹ entre julho

¹ O Comunismo de Guerra foi um conjunto de medidas econômicas que incluíram a nacionalização de quase todas as indústrias, alocação de estoques de materiais para o Estado, principalmente para fins de guerra; proibição do

de 1918, poucos meses após a Revolução, até março de 1921. O período do Comunismo de Guerra deu-se nas condições extremas de uma vasta guerra civil, em que dado momento os Bolcheviques detinham o controle apenas da porção central da Rússia. A vitória Bolchevique veio em 1920 a altos custos, e foi seguida de uma guerra com a Polônia. No fim daquele ano, restava fome, destruição e resquícios locais de agitações populares como inimigos.

Ainda não havia uma experiência executada na prática a qual pudessem espelhar-se para a estruturação da economia soviética, e as consequências das medidas do Comunismo de Guerra trouxeram o reconhecimento de que era necessário um certo recuo para garantir a sobrevivência do novo país e do regime: “We were mistaken... We acted as if one could build Socialism in a country where capitalism scarcely existed. Before we can achieve a Socialist society, we must rebuild capitalism” (Lenin, 1921 *apud* Considine; Kerr, 2002, p. 23).

Com a ausência de um livre mercado e a produção não sendo realizada com a intenção de obtenção de lucro, o Gosplan foi criado com a função de estabelecer uma coordenação estatal de produção e implementação, atuando como um organismo responsável pelo planejamento da produção (Lane, 1992). Diante dos resultados desastrosos do Comunismo de Guerra para a economia e a sociedade soviética, que se encontrava num estado de inflação, subprodução industrial, falta de capital e fome aguda, a Nova Política Econômica (NEP)² foi lançada. Foram oferecidas concessões por parte do Partido Comunista para investidores estrangeiros, para recuperar a produção industrial para os níveis pré-Primeira Guerra Mundial.

Era necessária a injeção de capital privado para impulsionar a industrialização e o desenvolvimento da atividade de exploração de recursos naturais. No setor de petróleo, a estadunidense Barnsdall Corporation foi a primeira a firmar acordo no final de 1921 e esteve presente até 1924, e foi logo acompanhada por outras estrangeiras, como a British Petroleum, Societa Minerere Italo Belge di Georgia e um consórcio japonês em Sakhalin. A Barnsdall foi responsável pela restauração de poços de petróleo e a construção de outros novos. Uma joint venture britânico-soviética, foi formada para a construção de um novo oleoduto de Baku para Batumi, finalizado em 1928. Outras, voltaram-se para a construção de refinarias. Os Bolcheviques nunca reconheceram reivindicações de propriedade vinda dos Nobel, Royal Dutch/Shell e Standard Oil e, concessões para áreas destruídas e agora nacionalizadas, foram realizadas. Isso motivou uma breve tentativa de boicote entre as mesmas, que logo foi

comércio privado; confisco de excedentes dos camponeses (*prodrazverstka*); e eliminação parcial do dinheiro em relações do Estado com organizações e a sociedade (Nove, 1993, p. 68).

² A NEP, por sua vez, consistiu numa forma de economia mista, com agricultura privada, comércio privado legalizado e manufatura privada em pequena escala (Nove, 1993, p. 81).

abandonada quando o petróleo soviético a baixos preços inundou o mercado mundial. Quando a produção de petróleo se recuperou, os soviéticos logo revogaram as concessões para empresas estrangeiras (Goldman, 2008).

Em abril de 1920, os Bolcheviques consolidaram o controle de Baku com a invasão do Exército Vermelho no Azerbaijão, e criou-se a República Socialista Soviética do Azerbaijão. A ocupação, inicialmente, encontrou uma infraestrutura largamente destruída, e a produção atrasada. Os anos de conflitos internos e externos provocaram a queda na demanda doméstica por petróleo e seus derivados, propiciando a exportação dos excedentes. Com a derrota de seus inimigos domésticos e a incorporação das Repúblicas Soviéticas da Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, em 1922 foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o maior país do mundo e rico em recursos naturais. Em seus primeiros anos de existência, a União Soviética era um país essencialmente rural, devastado por guerras e revoluções, e internacionalmente isolado. No cenário internacional, a URSS enfrentou hostilidades vindas daqueles que temiam o contágio da revolução, que inspirasse a classe trabalhadora de seus países.

É importante ressaltar que, por mais que o investimento privado tenha impulsionado o desenvolvimento da indústria soviética, ele não foi responsável pela sua manutenção. Além disso, apesar de resultados positivos na produção agrícola, no comércio e nas empresas estatais, a NEP tinha uma aceitação limitada dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), por conta da desconfiança em relação à presença de empresários no país e por se tratar de um “retrocesso” em relação à instituição do socialismo no país, ao se apoiar em elementos capitalistas (Pomeranz, 2018, p. 73). Era tolerado um determinado nível de atividade privada, um “mal necessário”, até quando a economia estivesse fortalecida o suficiente para retornar ao seu processo de criação de uma economia socialista. Depois, a morte de Lenin e a subsequente entrada de Josef Stalin como o secretário-geral do PCUS inauguraram uma nova fase da economia e da política do país.

2.2.2 Stalin no poder: “Socialismo em um só país”, expurgos e o petróleo e gás na Segunda Guerra Mundial

A ascensão de Josef Stalin à secretaria geral do PCUS foi um ponto de virada para a política externa do país. Adotou-se a política do “Socialismo em um só país”, focando no fortalecimento das estruturas internas. Abandonou-se progressivamente a agenda da extensão da revolução para fora da União Soviética, mesmo que isso significasse numa vitória

incompleta do processo revolucionário, dada a realidade nacional e o antagonismo vindo do ambiente externo naquele contexto.

O intuito dessa mudança era garantir a sobrevivência do país através da consolidação da unidade política e das bases econômicas e militares nacionais, levando em consideração a oposição do Ocidente ao Estado soviético e o medo por parte deles do contágio da revolução para outros países. Assim, a URSS experienciava naquele momento forte isolamento diplomático em relação às potências do Sistema Internacional, com exceção apenas da assinatura do Tratado de Rapallo com a Alemanha em 1922, em que renunciavam mutuamente reivindicações territoriais e financeiras, dando abertura para um canal de cooperação nos âmbitos econômico e militar.

Internamente, foram anos profundamente transformadores na história soviética, marcados pela propaganda estatal e alto aparato repressivo. O setor da economia e o complexo militar-industrial do país tiveram grandes mudanças estruturais, estabelecendo um sistema econômico que seria vigente até as reformas da Perestroika da década de 1980, que será discutida em detalhes mais à frente. Além disso, a oposição às forças de mercado na indústria, no comércio e na agricultura contribuiu para o eventual fim da NEP (Pomeranz, 2018). A política econômica voltou-se para o desenvolvimento acelerado e em grande escala da economia na forma de duras medidas que trouxeram consequências negativas para a sociedade soviética em seus primeiros anos de execução. A implementação do primeiro plano quinquenal com elevadas metas concentrou-se na coletivização da agricultura e na indústria pesada para promover a rápida industrialização no país, no esforço de ultrapassar as economias dos países capitalistas avançados: “We are fifty or a hundred years behind the advanced countries. We must make good this distance in ten years. Either we do so, or we shall be crushed” (Stalin, 1931 *apud* Deutscher, 1948).

A indústria de petróleo ganhou ainda mais proeminência como uma fonte confiável de moeda estrangeira, que servia também ao interesse nacional ao equiparar o seu poderio na competição internacional principalmente com os Estados Unidos pelos mercados consumidores de petróleo. O consumo doméstico promovido pela industrialização e motorização da economia, por sua vez, aumentava progressivamente a demanda pelo combustível. A produção de petróleo no país, em 1927, saltou para 10,67 milhões de toneladas por ano, comparados aos 3,5 milhões de toneladas registrados em 1920. No mesmo ano, as exportações superaram 2 milhões de toneladas.

Seguindo uma linha de centralização do controle da crescente produção, foram criados três trustes locais para o controle e regulação das principais áreas produtoras de petróleo: Azneft

para a região de Baku; Grozneft para Grozny; e Embaneft para a região de Emba. As três uniram-se no Neftesyndikat, um sindicato comercial que seria responsável pelas exportações e demais atividades estrangeiras. O Neftesyndikat foi substituído pelo Soiuzneft que, em 1926, virou o Soiuznefteeksport. Entre 1928 e 1932, cerca de 1,6 bilhões de rublos foram investidos na indústria de petróleo soviética em projetos de construção de novos oleodutos e refinarias, atividades de exploração, promoção de exportações, e melhorias nos equipamentos já existentes (Considine; Kerr, 2002).

Em 1932, as exportações de petróleo representaram 18% do total da renda obtida pelas trocas, algo que é atribuído tanto pelo aumento do volume da produção, quanto pela queda brusca das exportações de grãos, um dos principais componentes da pauta de exportação do país. Após este ano, a Grande Depressão provocou uma estagnação na demanda pelo petróleo e aumentou a competição por restritos mercados mundo afora. Apesar de ter sido uma crise das economias capitalistas, a extensão da quebra das economias de seus parceiros comerciais e a queda dos preços mundiais de petróleo impactaram negativamente na renda da indústria de petróleo do país e nos investimentos em novos centros produtores. As exportações soviéticas caíram sucessivamente, exceto pelos anos de 1937 e posteriormente, 1940 com a venda de petróleo para os alemães (Goldman, 2008).

Em relação à política soviética de alianças no Entre Guerras, a década de 1930 foi voltada para a formação de alianças diplomáticas, sobretudo com as potências ocidentais. Tendo em vista o expansionismo da Alemanha Nazista e as suas hostilidades em relação ao comunismo, objetivava-se estabelecer acordos para a proteção de suas vulneráveis fronteiras. Em 1932, a URSS assinou pactos de não agressão com a Estônia, Letônia, Polônia, Finlândia e França. Em 1933, os Estados Unidos reconheceram a União Soviética, após um rompimento de relações diplomáticas que durou 16 anos. Em 1934, entrou na esvaziada Liga das Nações. Em 1935, assinou com a França e a Tchecoslováquia tratados de assistência mútua. No mesmo ano, os membros do Komintern foram permitidos de integrar frentes populares contra o nazismo e o fascismo. Em contrapartida, tal decisão foi recebida de forma negativa pela Alemanha que, juntamente com o Japão em 1936 e com a Itália em 1937, assinou o Pacto Anti-Komintern, para a resposta em duas frentes contra uma possível ameaça comunista, o que aumentou o temor dos soviéticos.

Quando a iminência de uma nova guerra se tornou clara, substanciais investimentos foram alocados para as forças armadas, em detrimento dos destinados para a prospecção de novos poços de petróleo, e as exportações foram reduzidas. Os esforços nos preparativos para a guerra envolveram também o estoque de petróleo e a tentativa de diminuir o desperdício.

Mesmo assim, as reservas logo mostraram-se insuficientes, e o país precisou fazer importações para atender às necessidades mais urgentes do período. Também, uma série de especialistas na área de produção de petróleo foram vítimas da repressão stalinista do final da década de 1930. Além da perda de vidas humanas, tratava-se de uma mão de obra de difícil substituição, provocando o declínio na produção. Havia também o custo psicológico para os sobreviventes que, em clima de medo, tinham pouco espaço para inovação, optando por seguirem ordens, fossem elas produtivas ou não. Isso teria consequências anos mais tarde, com o atraso inicial da produção em massa de armamentos modernos para a defesa contra a invasão alemã (Rehschuh, 2017).

O Pacto Molotov-Ribbentrop foi um acordo mútuo de não agressão assinado em agosto 1939 entre a União Soviética e a Alemanha Nazista, que incluía o fornecimento por parte da URSS de petróleo e outras matérias-primas para os alemães, que em troca forneciam equipamentos e ouro. Uma das motivações por parte dos soviéticos da assinatura do acordo, além da incorporação de territórios do Leste Europeu prevista por um protocolo secreto, foi distanciar a União Soviética do conflito, que chamavam de “Segunda Guerra Imperialista” (Weinberg, 1989). Mas isso provaria não ser suficiente para evitar uma ofensiva contra o país. No mês seguinte, os alemães invadiram a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial e, pouco depois, a URSS anexou uma parte deste país, violando o pacto de não agressão firmado com os poloneses sete anos antes. Os soviéticos também anexaram os territórios dos Países Bálticos, e entraram em guerra com a Finlândia. A incorporação de uma parte do nordeste da Romênia foi algo que especialmente escalou as já existentes tensões com os alemães no período, dada a dependência de importações de petróleo vindo dos romenos e a proximidade do local de áreas ocupadas por parte dos nazistas. No fim das contas, a Alemanha quebrou o pacto unilateralmente e invadiu a URSS em junho de 1941 na Operação Barbarossa.

A captura do Cáucaso e dos seus campos de produção de petróleo era uma das maiores prioridades de Adolf Hitler na invasão ao território soviético:

Many factors shaped Germany's decision to go to war with the Soviet Union: Hitler's deep-seated hatred of Bolshevism (its eradication, he said, was his "life's mission"); his personal enmity for Stalin; his contempt for the Slavs, whom he regarded as "little worms"; his desire to dominate completely the Eurasian landmass; and his drive for glory. In addition, when he looked East, he saw lebensraum ("living space") for the Thousand-Year Reich, his new German empire. [...] Amid all else, there was also the issue of oil. From the very start, the capture of Baku and the other Caucasian oil fields was central to Hitler's concept of his Russian campaign. "In the economic field," one historian has written, "Hitler's obsession was oil." To Hitler, it was the vital commodity of the industrial age and for economic power (Yergin, 1991, p. 334).

As forças soviéticas inicialmente estavam pouco preparadas e organizadas para fazer frente em tamanho conflito, e a vitória para os alemães parecia próxima. Mas, o êxito inicial no rápido avanço ao leste mascarou temporariamente algo que viria a custá-los depois: as frequentes faltas de suprimentos, que provocavam paralisações nas ofensivas pela escassez sobretudo de petróleo. Os alemães conseguiram avançar até os arredores de Moscou no final do outono de 1941, mas foram logo paralisados pela falta de combustível e de outros suprimentos e pelo rígido inverno russo, e os soviéticos lançaram a sua contraofensiva. Mesmo com a captura e morte de milhões de soldados soviéticos apenas no primeiro ano da ofensiva, novos soldados rapidamente se juntaram ao esforço da Grande Guerra Patriótica. O petróleo, por sua vez, se tornou parte essencial das campanhas de mobilização, com posters de propaganda para o aumento da produção como o da figura 1, numa tendência que continuaria mesmo depois da guerra.

Figura 1 – “Quanto mais combustível tivermos, mais próxima estará a vitória na hora decisiva” (tradução própria). Propaganda soviética de 1941.



Fonte: Presidential Library (1941).

Uma nova ofensiva foi promovida pelos alemães em junho de 1942 direcionada ao sul da Rússia, e tinha como objetivo a conquista dos poços do Cáucaso para se reabastecerem e

interromper o acesso dos soviéticos, pressionando o seu fornecimento. Acreditava-se que através da captura de rotas de transporte do combustível e destruição de oleodutos conectando o local aos centros de distribuição do país, o colapso das forças da URSS seria finalmente provocado. No entanto, os soviéticos destruíram muitos dos campos de produção e equipamentos, sobrando pouco para os alemães usarem em seus próprios equipamentos. No último ataque aos poços de Baku, em novembro de 1942, a escassez de petróleo acometeu os alemães mais uma vez e, em janeiro de 1943, os soldados no Cáucaso foram ordenados a recuar.

Stalin respondeu às ambições de Hitler com, além da ordem para a destruição por precaução de equipamentos que pudessem beneficiar os alemães caso capturassem Baku, também com a do deslocamento da produção para a região entre o Volga e os Urais (referida a partir daqui de Volga-Urais) para a construção de um novo centro de produção na parte oriental do país. A produção no Cáucaso foi impactada naquele período não apenas pelos ataques dos alemães e a ordem de destruição dos soviéticos que pressionavam o suprimento do petróleo para o país, mas também pela mobilização de muitos dos profissionais do local para a lutar na guerra, e de parte dos maquinários para o uso no armamento e defesa. As descobertas de reservas nos Volga-Urais ocorreram por volta de 1929, mas o potencial de prospecção de novas reservas na região que ficaria conhecida como a “Segunda Baku” seria de fato reconhecido e receberia investimentos substanciais apenas vários anos mais tarde, principalmente com a descoberta em 1948 do imenso campo petrolífero de Romashkino, que possui uma área de cerca de 4,2 mil quilômetros quadrados (Goldman, 2008).

O ponto de virada da guerra foi a derrota militar dos alemães na Batalha de Stalingrado em fevereiro de 1943. Os alemães não tinham petróleo o suficiente para garantir a sua mobilidade e recuar da cidade e do cerco dos soviéticos, e assim, exauridos, se renderam. A superioridade material dos soviéticos e a escassez alemã de recursos fez com que fossem sucessivamente colocados para fora do território da União Soviética, e o Exército Vermelho avançou em direção a Berlim, chegando na cidade em maio de 1945. Naquela fase do conflito, como Yergin coloca,

Instead of lightning attacks, the critical factors from here on would be military manpower and economic resources — including oil. And on the eastern front, despite some reverses, the Soviets would press relentlessly forward, pushing the Germans out of all captured Russian territory and moving inexorably on the road toward the final goal, Berlin itself (Yergin, 1991, p. 339).

Como a quantidade de petróleo que os soviéticos estocaram mostrou-se insuficiente e na guerra as capacidades de abastecimento e transporte foram severamente afetadas, as reservas a serem usadas tiveram que ser suplementadas através de importações dos Aliados, como com

a extensão do acordo de Lend Lease por parte dos Estados Unidos a partir de novembro de 1941. A produção soviética de petróleo cru no período entre 1941 e 1945 chegou ao seu menor nível em 1943 com apenas 18 milhões de toneladas, uma queda de cerca de 50% em comparação a 1941 (Rehshuh, 2017, p. 56). As dificuldades enfrentadas pela União Soviética nesse quesito deixariam lições sobre a importância estratégica do petróleo para o esforço de guerra, que levariam para os próximos anos no planejamento da economia do país.

Um desenvolvimento crucial durante a Segunda Guerra Mundial que mudou o futuro da União Soviética enquanto exportadora de energia para o continente europeu no longo prazo, e pavimentou o caminho para torná-la a maior produtora mundial de gás natural, foi o nascimento da sua indústria de gás natural. Ela foi ocasionada por uma crise no sistema energético soviético, que era baseado em sua maior parte no carvão. A invasão de Hitler às principais regiões de suprimento de carvão do país trouxe a necessidade de uma alternativa em tempos de guerra, e o gás natural era uma possibilidade ainda não explorada. Foram propostas construções de gasodutos baseadas nas experiências prévias com os oleodutos, com um que ligaria Moscou às áreas de reservas recém-descobertas próximas a Saratov. O sucesso do programa, completado em julho de 1946 ainda que acometido por atrasos e falta de recursos, motivou a sua expansão no pós-guerra (Högselius, 2012).

Após a perda de cerca de 27 milhões de vidas e com vasta destruição dos seus centros industriais e infraestrutura de transporte, a URSS saiu vitoriosa do conflito com amplo prestígio pelo papel que desempenhou na derrota dos nazistas. Stalin desfrutava de credibilidade interna e externa e a União Soviética, ao lado dos Estados Unidos, assumiram o papel das maiores potências mundiais. Com isso, o Sistema Internacional foi conduzido a uma nova distribuição de poder, vista a seguir.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS SOVIÉTICA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: RECUPERAÇÃO E NOVAS DESCOBERTAS; A EUROPA SE DIVIDE (1946–1979)

Passada a Segunda Guerra Mundial, a URSS lidou com a destruição material e as perdas humanas decorridas do conflito, sendo necessário um amplo esforço de reconstrução do país. No cenário exterior, emergiu no pós-guerra duas potências liderando blocos opostos: a URSS no bloco socialista, e os Estados Unidos no bloco capitalista. A presente seção, desse modo, abrange o processo da reconstrução do país soviético e a inauguração de uma ordem internacional bipolar, com a formação de alianças militares e econômicas reguladas por esses

dois atores, e os esforços de contenção por parte dos EUA. Nesse longo recorte temporal, a União Soviética prosseguiu, no setor energético, com acordos comerciais e a construção de oleodutos e gasodutos que integraram o território soviético à sua zona de influência e, depois, à Europa Ocidental, num período decisivo para a formação da relação de interdependência econômica entre a URSS e os europeus, em que se aproveitou dos choques do petróleo que colocaram em questão a hegemonia estadunidense.

2.3.1 A reestruturação da produção de petróleo e gás no pós-guerra em meio à consolidação da bipolaridade do Sistema Internacional (1946–1962)

A vitória soviética na Segunda Guerra Mundial foi seguida de acelerada industrialização, num modelo econômico intensivo no uso de energia em que seria gradualmente substituído o uso doméstico do carvão para o de petróleo e gás. No seu discurso de eleição de fevereiro de 1946, Stalin exaltou as conquistas militares no esforço de guerra e o sucesso do modelo soviético. O estado de destruição do país, principalmente em sua porção ocidental, fez da reconstrução o seu objetivo principal dos anos imediatos após a guerra. A intenção era tornar a defesa do país o mais independente possível da ajuda externa, conduzindo-a em uma direção autárquica. Garantir o abastecimento de petróleo para a economia e o Exército Vermelho também entrou nas questões prioritárias e ganhou crescentes investimentos, tendo em vista a lição deixada pela experiência soviética na guerra: para a sua sustentação em um conflito, é necessário ter um fluxo contínuo e confiável de petróleo. As crescentes tensões com o Ocidente e a possibilidade de uma nova guerra reforçaram esta noção.

Defendia-se para a população que, ainda que o país tenha sido bem-sucedido na guerra, ainda havia muitos inimigos mundo afora. Por isso, os planos quinquenais seguintes enfatizavam a produção de armas e outros itens estratégicos de indústria pesada, em detrimento de itens de consumo. O consumo privado de petróleo era considerado indesejável, optando-se então pelo desenvolvimento do transporte público para a população. O propósito era restaurar e desenvolver a indústria pesada e a logística de transporte ferroviário para apoiar a economia do país, agora uma das duas superpotências mundiais, porém fortemente debilitada por conta da destruição causada pela guerra e acometida por ineficiências e desperdício por técnicas rudimentares de prospecção e transporte de combustíveis para regiões remotas e inacessíveis do país. A indústria de petróleo era um componente crucial para essas ambições, ganhando destaque também na máquina de propaganda nacional, que celebrava as exportações como realizadas em benefício da pátria.

Além do esforço coletivo interno de reconstrução do país, as reparações de guerra e regiões conquistadas, localizadas predominantemente no Leste Europeu por conta das crescentes tensões, foram usadas como suporte:

Immediate action was taken to insist on reparations from ex-enemy countries, whether or not these now had pro-Soviet or even communist-led governments. Hungary, Bulgaria, Romania, and especially Germany, were made to deliver all kinds of equipment and materials (Nove, 1993, p. 296).

A Romênia e a Alemanha Oriental, em especial, atuavam como fontes para confisco de equipamentos e compensar a escassez de petróleo do período, intensificada pela redução do envio por parte dos aliados ocidentais da URSS após o fim da guerra.

Os investimentos em petróleo concentraram-se majoritariamente no Cáucaso e nos Volga-Urais, representando mais de 15% dos financiamentos do país em indústria (Rehschuh, 2017, p. 59). Os dirigentes buscavam recuperar a produção de Baku e de demais áreas já estabelecidas para os níveis pré-guerra. Mas, por conta da destruição, isso nunca se concretizou totalmente. Progressivamente, o centro de produção principal do país deslocou-se para a Segunda Baku e, na medida que os níveis de produção superaram as expectativas do Gosplan, mais investimentos eram alocados para o desenvolvimento dessa região.

No cenário internacional, as Conferências de Yalta e Potsdam, realizadas ainda durante a guerra em fevereiro e julho de 1945, respectivamente, definiram os rumos do desenho do mapa do continente europeu e da ordem no pós-Segunda Guerra Mundial a partir do que seria negociado pelos “Três Grandes”: os Estados Unidos, Reino Unido e a União Soviética. A URSS não estava mais isolada como na década de 1920 e emergiu da guerra como uma superpotência, e a antes aliança com os Estados Unidos e Reino Unido estava agora desmoronando. Apesar da destruição do seu território causada pelo conflito e o sentimento de vulnerabilidade em relação aos seus vizinhos ocidentais, a URSS estabeleceu presença militar e anexou territórios do Centro e do Leste Europeu utilizando-se do prestígio e influência conquistados pelo seu papel na derrota contra a Alemanha Nazista e com a expansão de movimentos políticos pró-comunistas na China, França e Itália. Com o seu avanço pela Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria e uma parte da Alemanha, garantiu uma zona de influência que funcionaria posteriormente também como uma barreira geográfica entre o país e o Ocidente, a “Cortina de Ferro”³, que preservaria a segurança do país contra uma possível agressão externa.

³ Termo utilizado por Winston Churchill em discurso de oposição ao expansionismo soviético: “from Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an *iron curtain* has descended across the continent.” (Churchill, 1946).

Os Estados Unidos, por sua vez, usaram o seu poder econômico para dar início a uma estratégia de contenção do avanço soviético no continente europeu, primeiramente proposta por George Kennan em 1946 em seu conhecido longo telegrama, e depois implementada sob a lógica da Doutrina Truman⁴. Formou alianças geopolíticas com países em torno da URSS por meio do Plano Marshall, que consistiu no auxílio econômico aos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Tais alianças geopolíticas traduziram-se em um cerco em torno da União Soviética e dos países de sua zona de influência (mapa 2), ainda que em um discurso realizado na universidade de Harvard em junho de 1947 o secretário de Estado George Marshall tivesse dito que:

Our policy is directed not against any country or doctrine but against hunger, poverty, desperation, and chaos. Its purpose should be the revival of a working economy in the world so as to permit the emergence of political and social conditions in which free institutions can exist (Marshall, 1947).

Mapa 2 – A divisão da Europa pós-Segunda Guerra Mundial



Fonte: Miranda (2012).

⁴ A Doutrina Truman foi uma política externa estadunidense que visava conter o avanço geopolítico da União Soviética por meio da ajuda financeira a países em vulnerabilidade política e econômica. Primeiramente contemplou a Grécia e Turquia, mas logo virou um lema contra o avanço do comunismo: “the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures.” (Truman, 1947).

A URSS rejeitou o Plano Marshall em um importante desdobramento dos primeiros anos do pós-guerra, e pressionou os países do bloco socialista para que também não aceitassem a ajuda econômica, pelo receio do avanço da influência do bloco capitalista na região. A imprensa soviética denunciou-o como uma estratégia de intervenção nos assuntos domésticos de outros países, e o ministro das relações exteriores Vyacheslav Molotov condenou-o como um “plano imperialista estadunidense que dividia a Europa em dois campos antagonistas, dificultando a cooperação entre os mesmos” (Molotov, 1985). A partir disso, foi estabelecido o Plano Molotov, que consistiu em acordos bilaterais para a assistência econômica aos países da Europa Central e do Leste politicamente alinhados com a União Soviética. Posteriormente, foi expandido e em 1949 deu lugar ao Conselho de Assistência Econômica Mútua, o COMECON, num movimento de estreitamento de laços econômicos e políticos entre esses países.

Assim, a Guerra Fria estava em curso. Após a Segunda Guerra Mundial, instaurou-se uma nova ordem mundial bipolar baseada nas disputas de poder entre dois blocos ideologicamente opostos: o capitalista, de hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos; e o socialista, liderado pela União Soviética, inimiga principal (Fiori, 2004). Na Guerra Fria, o desenvolvimento tecnológico e militar foi impulsionado pela competição entre os dois países, e nunca houve um confronto direto entre eles, principalmente por conta da capacidade de destruição das duas superpotências nucleares⁵. Ocorreu então conflitos em outros territórios e os dois países e seus aliados mostraram seu apoio através do envio de armamentos, suprimentos e assistência financeira. Além das organizações internacionais de cooperação na esfera econômica, a criação da OTAN em 1949 e do Pacto de Varsóvia em 1955 reforçaram a existência da bipolaridade e das crescentes tensões no Sistema Internacional, ao serem estabelecidas alianças no âmbito militar lideradas pelos EUA e a URSS no lado capitalista e no socialista, respectivamente.

A manutenção da coesão e da sua influência dentro do bloco socialista era um princípio de segurança de grande importância para os soviéticos, para que se garantisse a sua hegemonia e limitasse a influência do Ocidente na região, além de evitar conflitos desnecessários que ampliassem os antagonismos entre as partes. Mas isso nem sempre foi alcançado. Um exemplo ocorrido nos primeiros anos da Guerra Fria foi o rompimento das relações diplomáticas entre a União Soviética e a Iugoslávia de Josip Tito em 1948. A ruptura ocorreu por conta de divergências principalmente a respeito da condução de uma política externa expansionista do líder iugoslavo nos Bálcãs (em especial, na Albânia), o receio por parte de Stalin de um possível

⁵ A URSS testou de forma bem-sucedida a sua primeira bomba atômica em 1949.

conflito com efeito desestabilizador na região que poderia causar ainda mais tensões com o Ocidente e, por fim, das próprias políticas soviéticas na região, que buscavam afirmar maior controle sobre o Leste Europeu⁶ (Perović, 2007). Nesse caso, houve um embargo econômico que incluiu a interrupção das exportações de petróleo da URSS para a Iugoslávia em 1948, que só retornaram em 1954 após a morte de Stalin.

No setor energético, o papel da URSS enquanto importante fornecedora de energia para a Europa durante a Guerra Fria foi construído a partir da articulação de interesses nacionais e da evolução da dinâmica do mercado mundial, altamente influenciada pelo contexto geopolítico da época. Para os soviéticos, a produção de energia em larga escala era essencial para promover a sua modernização e industrialização, mas, acima de tudo, apoiar as suas ambições enquanto uma grande potência do Sistema Internacional. Tinha também o papel de integrar os Estados socialistas do Leste Europeu por meio da construção de um amplo e complexo sistema de oleodutos e gasodutos. Mesmo assim, a alta centralização e o planejamento concentrado nas mãos de poucos tornava mais difícil a incorporação de novas tecnologias. A exportação de energia para o Ocidente garantiria o acesso à tecnologia e divisas, propiciando a compra de trigo e outros produtos, e compensaria as perdas por conta da venda de energia para os países do bloco a preços abaixo dos praticados pelo mercado mundial. Com o estreitamento de laços econômicos, havia uma preocupação mútua a respeito do crescimento da interdependência, tendo em vista o potencial de, em situações de alta dependência, petróleo e gás poderem ser utilizados como forma de exercer pressão política (Perović, 2017).

A política energética soviética com os seus aliados do bloco socialista, por sua vez, estava inserida na dinâmica da Guerra Fria, como um componente de grande importância na tomada de decisão do país. Não era do interesse dos soviéticos que fornecedores do Ocidente ganhassem preponderância nas exportações para os países do bloco socialista. Mas, por outro lado, comercializar com o outro lado da Cortina de Ferro permitia a obtenção de renda e maquinários para o seu desenvolvimento econômico e tecnológico. A necessidade de preservar a coerência do bloco era vista como um fator chave que restringia as ações soviéticas em relação aos seus aliados, mesmo com a assimetria de poder entre a URSS e os outros demais. A União Soviética exportava petróleo e gás para estes países em termos predominantemente desfavoráveis, a preços abaixo do praticado pelo mercado mundial, o que era compensado

⁶ Como Perović (2007) coloca, a União Soviética promoveu entre 1947 e 1948 uma política de sovietação forçada do Leste Europeu. A política consistiu na imposição de regimes pró-stalinistas por toda a região, inclusive com a criação do Kominform em 1947 após a rejeição do Plano Marshall, para coordenar as atividades dos partidos comunistas europeus e aumentar o controle soviético dos países socialistas.

através da exportação para o Ocidente. Os países satélites da URSS, durante a maior parte da Guerra Fria, eram amplamente dependentes da energia subsidiada pelos soviéticos, e a energia era um ponto central das discussões do COMECON durante a sua existência entre 1949 e 1991.

O COMECON e o Pacto de Varsóvia eram as principais organizações internacionais do bloco socialista, sendo o primeiro formado enquanto uma iniciativa de cooperação na esfera econômica formada em 1949 em resposta ao Plano Marshall e, o segundo, uma aliança militar formada em 1955 que se espelhou na OTAN, criada em 1947. Como países-membros, além da União Soviética, teve a Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, Mongólia, Cuba e Vietnã. Nesse sentido, é importante notar todos como instrumentos de garantia de influência por parte dos dois blocos antagonistas em relação aos seus beneficiados, fundados num momento de crescente bipolarização das relações internacionais.

A União Soviética era uma das maiores exportadoras de energia no período da Guerra Fria, uma posição garantida pela ampla disponibilidade de excedentes de petróleo e gás. Mas, embora pareça uma posição invejável, os soviéticos dependiam da sua continuidade por conta da necessidade da renda obtida, que propiciava as importações de tecnologia e grãos, além da expansão e modernização do setor de energia. A obtenção da renda pela via de comércio exterior permitia o pontapé inicial em uma série de iniciativas de avanço, contornando a burocracia do Estado soviético na realocação de recursos e mão de obra. Então, a energia não era apenas um componente da internacionalização da economia soviética, mas um elemento central da mesma (Gustafson, 1981).

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás desde o fim da guerra até meados da década de 1950 garantiu que, por mais que a produção no Cáucaso estivesse em declínio, a nos Volga-Urais estaria em níveis o suficiente para compensar a queda e ter excedente o suficiente para exportações. A contribuição do gás natural para a produção energética da URSS no início da década de 1950 ainda era marginal, mas já captava a atenção de muitos como uma opção potencial para o desenvolvimento econômico e social do país no longo prazo (Högselius, 2012). As vantagens da produção de gás natural incluíam o fato de ser uma alternativa mais econômica do que a de carvão, além de facilitar e garantir mais segurança a diversos processos industriais, e emitir menos gases poluentes quando comparado ao petróleo e carvão. Para o uso civil, é amplamente utilizado para o aquecimento de residências e demais edifícios.

Após a morte de Stalin em 1953 e uma disputa interna pela sua sucessão, Nikita Khrushchev assumiu a liderança soviética. No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética realizado em fevereiro de 1956, discursou fazendo críticas sobre a política repressiva

e de culto à personalidade praticada por Stalin, o que desencadeou uma grande crise no PCUS, revelando fraturas internas e a dificuldade da condução do país e do bloco socialista após a sua morte. O enfraquecimento aparente do poder soviético inspirou outros países do bloco a questionarem o controle do PCUS e promoverem iniciativas de reformas liberalizantes. O Kominform, que fora criado em 1947, foi extinto em 1956. No mesmo ano, houve tentativas de reformas na Polônia e na Hungria que foram respondidas na forma de dura repressão por parte dos soviéticos.

Mais um exemplo de instabilidades no bloco socialista nesses anos foi o rompimento das relações sino-soviéticas. Com a China de Mao Tsé-Tung, que teve sua revolução comunista vitoriosa em 1949, entretanto, a situação era mais complexa do que com os países satélites, e as razões para o rompimento ocorrido a partir do final da década de 1950 e intensificado na seguinte são amplamente discutidas. A China não desejava ser tratada como mais um país satélite, opunha-se ao revisionismo de Khrushchev e a coexistência pacífica com o Ocidente, enquanto a URSS temia ser envolvida em conflitos desestabilizadores no seu entorno regional. A URSS, após a vitória do Partido Comunista Chinês, forneceu apoio político e auxílio econômico à República Popular da China. Mas, por conta das divergências ideológicas, como coloca Fiori (2013), “a URSS era definida como a principal ameaça à segurança chinesa, e deveria ser contida através de uma política militar de ‘defesa ativa’, e de uma estratégia política-diplomática ‘ofensiva’, de reaproximação com os EUA”. Por isso, anos mais tarde, na década de 1970, num movimento que fugiu da lógica do relaxamento das tensões da *détente*, ocorreu a aproximação política dos chineses com os Estados Unidos, reforçando o aparente isolamento da URSS no Sistema Internacional.

As tensões geopolíticas da Guerra Fria se expandiam para fora do continente europeu. Isso foi já fora observado na revolução comunista na China em 1949, na Guerra da Coreia entre 1950 e 1953 e na Crise de Suez em 1956, que incluiu a interrupção das exportações soviéticas de petróleo para Israel, e estreitou os laços políticos da URSS com a Índia, Ásia e Oriente Médio. O uso dos recursos naturais enquanto instrumentos de pressão política nessas questões não passou despercebido, muito menos ao também serem usados para promover a aproximação com países da América Latina:

Moscow also stopped oil deliveries to Israel in 1956 after the Suez Crisis. In addition, the Soviet Union interrupted oil exports to China, when Sino-Soviet relations hardened in the early 1960s. Particularly in the Third World, where the Soviet Union and the US continued the East–West conflict by vicarious means, exports served as a weapon in the competition between the two political systems. In the 1950s and 1960s, the Soviet Union thus supplied selected Third World countries in Latin America, Africa, and Asia with oil and other goods under favourable conditions and attempted

to exploit this in propaganda as a contribution to their ‘liberation’ from the Western ‘colonial powers’ (Perović, 2017, p. 11).

Khrushchev promoveu um novo movimento em direção à consolidação da produção de gás natural e tinha uma postura, em geral, de apoio à exportação de petróleo e gás. Os esforços realizados nessa época tornaram possível a intensificação das trocas energéticas e o estreitamento dos laços econômicos entre a URSS e os países da Europa ocidental nesse setor, buscando reforçar a reputação do país enquanto um confiável fornecedor de energia. O Ministério da Indústria de Petróleo da URSS (Minnefteprom) já havia sido criado em 1948, e a Soiuznefteksport aumentou a oferta do petróleo soviético na Europa a preços reduzidos mais notadamente a partir da metade da década de 1950, chegando a segunda posição mundial de produtora de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Com os desafios encontrados na nascente indústria de gás natural, por sua vez, decidiu-se pela criação de uma agência governamental separada da de petróleo, estabelecendo em 1956 o Ministério da Indústria de Gás da URSS (Glavgaz⁷, depois em 1965, Mingazprom). Acompanhada do crescimento da exploração e produção, veio a construção de gasodutos de longa distância. Durante as décadas de 1940 e 1950, a infraestrutura era voltada para o abastecimento das principais capitais soviéticas: Moscou, Leningrado (atualmente São Petersburgo) e Kiev. Em 1956, foi construído um importante gasoduto conectando o sul da Rússia com Moscou, que foi estendido em 1959 para Leningrado. Desta forma, estava sendo criado um sistema agregado de gasodutos que abasteceria os maiores centros de consumo soviéticos através de diferentes fontes, algo que também impactava positivamente na integração territorial das recém incorporadas repúblicas soviéticas.

A expansão da produção de petróleo aos finais da década de 1950 permitiu que a União Soviética atendesse às suas necessidades domésticas e aumentasse sucessivamente a quantidade exportada para a Europa Ocidental em troca de maquinaria e outras mercadorias necessárias para a industrialização do país. Os seus principais parceiros comerciais do Ocidente eram a Itália, França, Reino Unido e a Alemanha Ocidental. Ao mesmo tempo, a preocupação com a segurança energética dada a crescente dependência desses países do petróleo e gás soviético e possíveis implicações políticas era reforçada pelos EUA com uma recomendação secreta da OTAN realizada em 1961, que dizia que “on their own responsibility to exercise caution and restraint in determining the level of their oil imports from the Soviet bloc” (OTAN, 1961 *apud* Perović, 2017).

⁷ Glavnoe Upravlenie Gazovoy Promyshlennosti pri Sovete Ministrov SSSR, abreviado para Glavgaz.

Sobre as relações energéticas com países fora do continente europeu, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi fundada em setembro de 1960, inicialmente composta pela Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela⁸. As relações da URSS e, posteriormente, da Rússia, com a OPEP são de alta relevância até os dias de hoje, principalmente no que diz respeito ao controle da produção de petróleo (e, conseqüentemente, seus preços no mercado global). É importante mencionar, entretanto, que varia entre momentos de maior aproximação, e outros, mais turbulentos. Isso pode ser explicado pelo fato de os dois atores estarem em competição pelos mercados europeu e asiático, além de divergências ideológicas.

Nos primeiros anos após a fundação da OPEP, a URSS considerou a Organização uma possível aliada para contrapor os monopólios petrolíferos ocidentais, chegando, nos anos 1970, cogitar a aderir ao grupo, uma ideia nunca concretizada. Os soviéticos almejavam ter um papel significativo dentro da mesma, bem como usar a posição privilegiada para ganhar mais influência no Oriente Médio, algo que os países fundadores não desejavam. Além do mais, as prerrogativas do estatuto da OPEP eram incompatíveis com a agenda comunista da União Soviética, e o gás natural estava, naquele momento, ganhando proeminência tanto no uso interno do país, quanto para exportações para o bloco socialista e para a Europa Ocidental. Ademais, vários momentos que fomentaram a rivalidade entre as duas partes desencorajaram a cooperação, como acusações de incitação à revoluções por parte da Arábia Saudita, o membro mais expressivo da OPEP. As relações diplomáticas entre a URSS e os sauditas foram interrompidas em 1938 e retomadas somente em 1992 (Krutikhin; Overland, 2020).

Os EUA também promoveram por meio da OTAN um embargo entre 1962 e 1966, em reação à construção do Muro de Berlim em 1961 e à Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, à exportação de dutos de grande diâmetro, necessários para a construção do sistema de transmissão por meio das repúblicas soviéticas da Bielorrússia e Ucrânia para o Ocidente, numa tentativa de dificultar projetos como o do oleoduto Druzhba (amizade). O oleoduto foi eventualmente finalizado em 1964, impactando as relações energéticas com os países da Europa Ocidental, pois agora, o petróleo cru da URSS poderia ser transportado de forma mais rápida e mais barata, e em maiores quantidades, no oleoduto que ocupa até os dias de hoje o posto de um dos mais longos do mundo (Perović, 2017).

⁸ Primeiramente composta pelos 5 países mencionados acima, atualmente integra também a Argélia, Angola, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e a República do Congo, totalizando 13 países-membros.

Mapa 3 – Mapa do oleoduto Druzhba



Fonte: Varma (2022).

2.3.2 A détente, os choques do petróleo e o fortalecimento dos laços comerciais da União Soviética com a Europa Ocidental (1962–1979)

Durante o período da détente (1962–1979), a redução das tensões políticas nas relações interestatais abriu a possibilidade para maior cooperação econômica entre o Ocidente e o bloco socialista. Khrushchev foi removido da liderança do PCUS em 1964 após o descontentamento interno do partido, desencadeado principalmente por reformas malsucedidas e fracassos geopolíticos como as crises de Berlim em 1961 e dos Misseis em 1962. Leonid Brezhnev assumiu o cargo da secretaria-geral, permanecendo até a sua morte em 1982. Brezhnev adotou uma política externa que objetivava estabelecer maior aproximação com o Ocidente, no sentido de estreitar a cooperação econômica e tecnológica, principalmente no que diz respeito ao realizar acordos comerciais que beneficiassem o desenvolvimento acelerado e a exploração dos campos de produção de vastas reservas de petróleo e gás recém-descobertas na Sibéria:

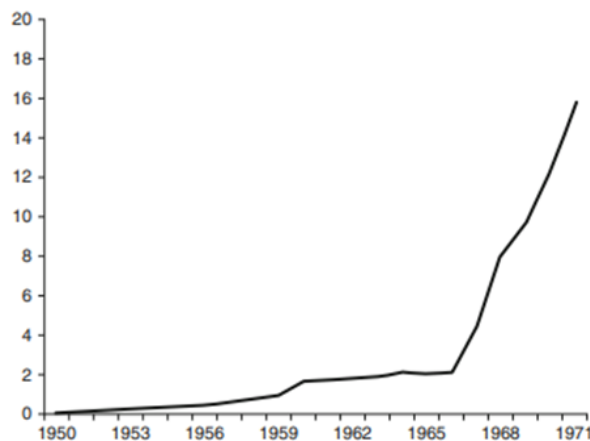
Take the European part, the oil and gas of Siberia. This is a major issue. This will change our very being. These are major economic indicators. They will change our possibilities, our relationship with all of Europe - and not only with the Socialist countries, where we are able to ship gas and oil, but with France, the FRG, Italy. The key is in our hands. Gas hither - hard currency thither. This is a big economic and political question. (Brezhnev, 1971 *apud* Perović; Krempin, 2014, p. 113).

No início da década de 1960, imensas reservas de petróleo e gás foram descobertas na porção ocidental da Sibéria, oferecendo uma nova perspectiva de crescimento da indústria e

exportação. Gradualmente, o gás natural foi cada vez mais usado no país nas indústrias e residências, e o petróleo, para exportação. A iniciativa de exploração da nova área encontrou maior resistência ao longo das décadas de 1960 e 1970 entre os conservadores e o Gosplan, que viam o plano de expansão e maior dependência dessas reservas como arriscado e custoso, principalmente pelos desafios que a produção e a construção de linhas de transmissão no local impunham, dadas as condições geográficas e climáticas rígidas. Defendia-se então o seu desenvolvimento gradativo no longo prazo. Seria necessário vultuosos investimentos em infraestrutura, artigos tecnológicos que pudessem suportar as baixíssimas temperaturas, além do deslocamento de mão de obra especializada disposta a trabalhar em tais condições.

Em relação ao gás natural em particular, cujas reservas aumentavam substancialmente (gráfico 1), a Glavgaz, aliada à liderança local da cidade de Tiumen, defendia a empreitada como uma oportunidade única de intensificar o desenvolvimento regional da Sibéria, deslocando gradualmente o principal centro de produção da Ucrânia para o local (Högselius, 2012, p. 31-34). Havia também o temor entre as indústrias de petróleo e carvão de que os investimentos no gás poderiam reduzir os destinados para elas, evidenciando a disputa interna entre ministérios e a burocracia central e local pelos escassos recursos.

Gráfico 1 – Reservas soviéticas de gás natural (tcm) (1950 – 1971)



Fonte: Högselius (2012, p. 137)

Nas exportações de petróleo, a URSS passou de um estado de crise com as devastações da Segunda Guerra Mundial e o declínio da produção nos campos do Cáucaso para um de forte crescimento das exportações. No final da década de 1960, com o aumento da produção nos Volga-Urais, a Segunda Baku, passou de 4,2 milhões de toneladas de petróleo exportados em 1953 para 86,2 milhões de toneladas em 1968 (Perović; Krempin, 2014). Os parceiros comerciais eram os países do bloco socialista e da Europa Ocidental (sobretudo a Alemanha

Ocidental, França e Itália). Também, em porção menor, países da Ásia e da África em troca de mercadorias e aproximação política.

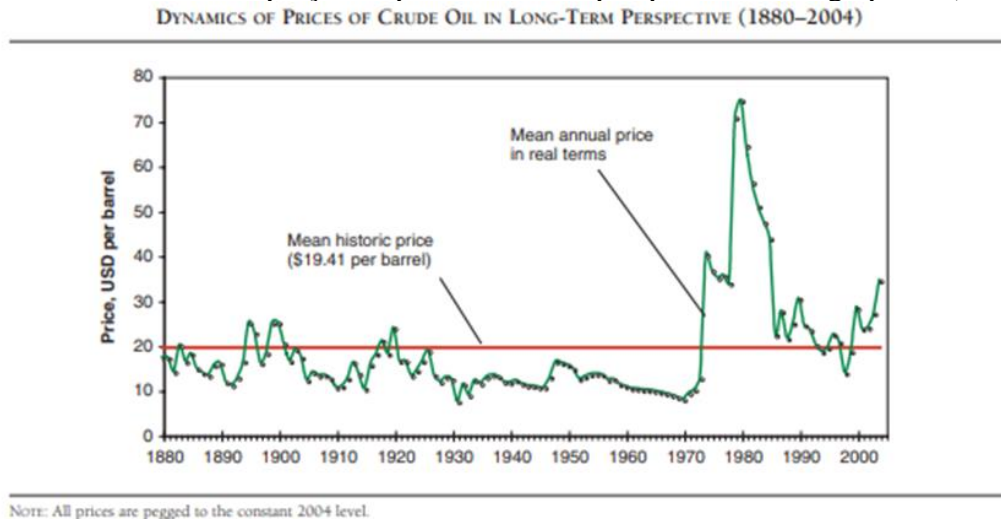
Internamente, os anos de Brezhnev representaram um rompimento com as iniciativas de reformas do período de Khrushchev, indo em direção a um período de maior estabilidade e posterior estagnação econômica. No cenário exterior, a manutenção da *détente* através da expansão das trocas comerciais e tecnológicas com o Ocidente era uma questão importante para os soviéticos, ainda que com a repercussão negativa após a forte repressão na Primavera de Praga com a invasão da Tchecoslováquia e o lançamento da Doutrina Brezhnev⁹. A assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares em 1968 e do SALT I¹⁰ em 1971, por sua vez, foram tentativas de reduzir os gastos com a corrida armamentista. Mas, a redução das tensões nas relações entre os blocos deu a oportunidade de estreitar as relações da URSS com o Ocidente, principalmente porque a assistência tecnológica vinda da Europa Ocidental era fundamental para o crescimento da produção energética na Sibéria e da sua capacidade de transmissão para o Ocidente, especialmente de gás natural. Dentro dessa lógica, a assinatura em dezembro de 1964 com a Tchecoslováquia para a construção do gasoduto Bratstvo (fraternidade), explicitou a intenção da exportação do gás soviético para o Ocidente.

A partir da década de 1970, a URSS passou a sofrer um problema crônico de desabastecimento de alimentos, necessitando da importação de grãos para suprir a demanda interna do país. Até a Primeira Guerra Mundial, a Rússia era a maior exportadora de grãos. Agora, o quadro havia mudado completamente com a política agrícola praticada ao longo dos anos pós-revolução e o crescimento urbano. A exportação de petróleo veio a benefício do país nessa situação, aproveitando o aumento de preços de petróleo no meio dos anos 70 (gráfico 2) para financiar as importações em questão (Gaidar, 2007). Num movimento similar ao de quando a produção do Cáucaso declinou, quando a produção nos Volga-Urais deu sinais de queda de produtividade, a da Sibéria Ocidental logo compensou com a abertura de novas áreas de prospecção. A diferença, dessa vez, foi no curto espaço de tempo que ocorreu entre a descoberta das novas reservas e as atividades de prospecção (Goldman, 2008). O país promoveu o aumento acelerado da produção no local, o que anos mais tarde causaria problemas técnicos devido às formas inadequadas de exploração que foram empregadas (Gaidar, 2007).

⁹ A Doutrina Brezhnev indicava que a instabilidade de qualquer país do bloco socialista era instabilidade para o bloco como um todo, o que justificaria intervenções militares. Traduziu-se em uma política de intervenção nos países socialistas e a submissão dos mesmos à influência soviética.

¹⁰ Strategic Arms Limitation Talks.

Gráfico 2 – Dinâmica dos preços de petróleo cru na perspectiva de longo prazo (1880-2004)



Fonte: Gaidar (2007).

Foi nessa década que a União Soviética se tornou a principal fornecedora de energia para a Europa, com acordos que pavimentaram o caminho para a dependência energética europeia do petróleo e gás soviético e, nos dias de hoje, russo. Os campos petrolíferos e as reservas de gás natural na Sibéria ocidental configuraram uma enorme vantagem, sendo reconhecidos internacionalmente na época como um dos maiores do mundo. A Áustria foi o primeiro país do bloco capitalista a assinar um acordo para importar o gás soviético em 1968, para receber 1.5 bcm anualmente (Högselius, 2012). Mas, a aproximação política entre a Alemanha Ocidental e a URSS com a *Ostpolitik*, em especial, foi decisiva para o estreitamento das relações entre os dois países no setor energético. Foi estabelecido um notável acordo em 1970 em que a Alemanha forneceria empréstimos e a matéria-prima necessária para a expansão da infraestrutura de transmissão de gás natural, como dutos de grande diâmetro para a construção de gasodutos, enquanto a União Soviética abasteceria-a com até 4 bcm anuais gás natural (Högselius, 2012). As oposições a acordos com a URSS ocorridas no período não vieram apenas de governos por razões de segurança dado o clima político da época, mas também das grandes empresas do mercado que temiam a competição vinda desse país. Por isso, entende-se que tais acordos foram altamente complexos, e o seu sucesso dependeu da articulação de diversos tipos de atores envolvidos.

Ao mesmo tempo, negociava-se com a Itália, França e Finlândia. A URSS, por meio da Mingazprom, direcionava as tratativas em torno de construir uma infraestrutura integrada de exportação em vez de gasodutos separados para cada país, por razões econômicas e aproveitando a ampla adesão ao uso do gás natural, estabelecendo a geopolítica dos gasodutos no continente. É importante mencionar que, diferentemente do petróleo, para exportar gás

natural eram necessários acordos mais complexos e menos flexíveis, em que os volumes a serem transportados seriam combinados com anos de antecedência, e que o sistema de exportação via gasodutos precisava de financiamentos de longo prazo. Então, comparativamente, as exportações de petróleo eram relativamente mais flexíveis que as de gás natural. Tudo isso para a compreensão de que a renda provida das exportações de gás natural não poderia ser canalizada em curto prazo para compensar desequilíbrios na balança comercial, e que possíveis disrupções de países clientes não poderiam ser remediadas tão rapidamente através do envio para outros consumidores alternativos (Högselius, 2012).

No cenário internacional, a hegemonia estadunidense instituída na ordem mundial no pós-Segunda Guerra foi colocada em xeque por conta de sucessivas crises nos campos político e econômico. Após “anos dourados”, o país enfrentava sérios entraves econômicos como acelerada inflação e déficits na balança comercial, que culminaram no abandono unilateral do sistema de Bretton Woods. Deu-se o fim a conversibilidade dólar-ouro, em direção a um sistema dólar-flexível e a desregulamentação financeira internacional (Fiori, 2007, p. 21). Na esfera política, a participação na Guerra do Vietnã veio com amplo questionamento da sociedade, e a retirada das tropas do país em 1973 simbolizou um fracasso que abalou a credibilidade do país no exterior. No mesmo ano, ocorreu o primeiro choque do petróleo. A OPEP, em resposta ao apoio à Israel por parte dos Estados Unidos e de países europeus na Guerra do Yom Kippur (1973), boicotaram-os na venda de petróleo, provocando um aumento de seus preços. O petróleo foi usado como uma arma de pressão política pela Organização, e a URSS surgiu como uma fonte alternativa que apresentava menores riscos para os europeus. A crise hegemônica dos EUA, associada ao embargo de petróleo promovido pela OPEP e o desejo por parte dos europeus de reduzirem a sua dependência energética dos árabes deram uma nova oportunidade para a URSS colocar-se como uma confiável fornecedora de energia para a Europa, principalmente de gás natural (Goldman, 2008). Também, como já mencionado, a URSS aproveitou do aumento dos preços do petróleo para a arrecadação de divisas para a sua economia.

Em abril de 1977, a CIA divulgou relatórios a respeito das perspectivas da matriz energética soviética para os anos que viriam. Neles, concluíram que haveria um declínio na produção anual de petróleo por conta da queda da produtividade nos campos de petróleo do Volga-Urais, e assim, na metade da década de 1980 a URSS se tornaria importadora líquida de petróleo. Também, que haveria uma queda da força de trabalho do país por conta de uma queda na taxa de natalidade na década de 1960 (C.I.A. [...], 1977). Todas as afirmações foram refutadas pelos soviéticos. No final das contas, as previsões mostraram-se equivocadas, mas a

preocupação com uma possível crise energética pode ter sido motivação para a intensificação da campanha do desenvolvimento da produção na Sibéria. No final da Guerra Fria, a URSS liderava as exportações mundiais de petróleo e gás. Mas, como será visto na próxima seção, foi acometida por uma queda de preços do petróleo a partir de 1985, que foi motivada por uma ofensiva estadunidense de minar o seu setor energético e a sua capacidade de arrecadação, agravando os já existentes problemas econômicos que enfrentavam.

A Revolução Iraniana em 1979, em particular, pavimentou o caminho para a construção de um importante gasoduto conectando a Sibéria com a Europa Ocidental, percorrendo os territórios russo e ucraniano. O país iraniano havia feito parte de um acordo com a URSS para supri-la com gás natural, que, por sua vez, teria o mesmo volume transmitido de sua própria produção para a Europa Ocidental (Perović, 2017). Mas, com a revolução em 1979, o plano foi abandonado em favor da construção de uma conexão direta entre a Sibéria e os europeus, que foi finalizada em 1984. Similarmente a arranjos anteriores, o presente canal teve a sua construção auxiliada pelos equipamentos europeus em troca do gás natural, mesmo quando os Estados Unidos promoveram um embargo em suas empresas para as exportações de artigos tecnológicos aos soviéticos.

A crescente demanda interna, somada à expansão de indústrias intensivas em energia no Leste Europeu e o aumento das exportações para a Europa Ocidental trouxeram em questão agora se a URSS teria capacidade de cumprir com todos os seus acordos comerciais. Caso o país não cumprisse com as suas entregas em um momento de estreitamento crucial das relações com o Ocidente, a sua reputação enquanto fornecedora de energia confiável seria gravemente abalada. Quando a URSS passou a exportar ainda mais para a Europa Ocidental, estava menos inclinada a prover energia a preços abaixo do praticado pelo mercado mundial para os seus aliados do bloco socialista, que era significativamente dependente dos soviéticos. Para manter a sua confiabilidade enquanto fornecedora para os europeus, negligenciava continuamente os consumidores domésticos, como a Ucrânia Soviética. Os Estados Unidos durante todo esse período opôs-se ao crescimento da URSS como um ator importante no mercado energético mundial, assim como o Reino Unido. Os dois países, ao contrário da Alemanha Ocidental, Itália e França, não importavam petróleo e gás da URSS, e enxergavam os soviéticos como adversários dos seus interesses globais nesse setor.

Em resumo, a década de 1970 foi determinante para o estreitamento dos laços comerciais da URSS com a Europa Ocidental no setor de petróleo e gás, instituindo uma relação de interdependência que perdura até os dias de hoje, com a agora Federação Russa. Os Estados Unidos realizaram uma série de iniciativas para conter o avanço dos soviéticos, mas sem grande

sucesso visto que as relações comerciais se aprofundaram sucessivamente. Na mesma década, os EUA viram a sua hegemonia ser contestada, e os choques do petróleo catalisaram as trocas energéticas entre a URSS e a Europa Ocidental. Mas, ao contrário do que se pensava, isso significou o declínio dos EUA enquanto potência hegemônica do bloco capitalista, e sim um redirecionamento da sua política externa na próxima década. Por fim, a invasão soviética no Afeganistão iniciada em 1979 trouxe consequências duras para o equilíbrio econômico da URSS e para suas relações exteriores. Esse fator, aliado a uma nova liderança nos Estados Unidos que propôs uma recondução das relações exteriores do país, reescalando as tensões com a URSS, foram decisivos para o fim da détente e levaram a uma nova fase da Guerra Fria.

2.4 RENOVAÇÃO DAS TENSÕES, CRISE ECONÔMICA E A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA (1980–1991)

Depois do período da détente, as tensões entre a URSS e os Estados Unidos se reacenderam com a entrada de uma nova administração determinada a reforçar a hegemonia estadunidense no cenário exterior. A última seção deste capítulo apresenta as estratégias impostas pelo presidente Reagan, que incluíram a pressão nos gastos de defesa, o fomento às agitações no Leste Europeu e a pressão aos países da OPEP para o aumento da oferta de petróleo para provocar a queda dos preços dos seus preços, dada a acentuada dependência da exportação desse recurso pela URSS na década de 1980. Também, expõe a guinada na política externa soviética e os entraves econômicos enfrentados pelo país, que tentaram ser combatidos por meio de reformas, mas acabaram por ser aprofundados pela Perestroika, desencadeando o desmantelamento do seu sistema econômico e político, culminando na desintegração da URSS em 1991.

2.4.1 A administração Reagan e os impactos da mudança da política externa estadunidense para a URSS

Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1981 e promoveu uma mudança estratégica da política externa estadunidense com o objetivo de recuperar a credibilidade e hegemonia internacional dos Estados Unidos. O presidente promoveu, no campo econômico, o neoliberalismo e a liberalização financeira. No político, por sua vez, as relações entre os Estados Unidos e a URSS deterioraram-se significativamente, inaugurando um período que ficou conhecido como a “segunda Guerra Fria”. A retórica de

Reagan sobre a URSS era mais agressiva que a das administrações anteriores, algo exemplificado com um discurso do presidente estadunidense em 1983 em que se referia à URSS como o “Império do Mal” (Reagan, 1983), e a Guerra Fria enquanto uma luta entre o “certo” e o “errado”, e o “bem” e o “mal”.

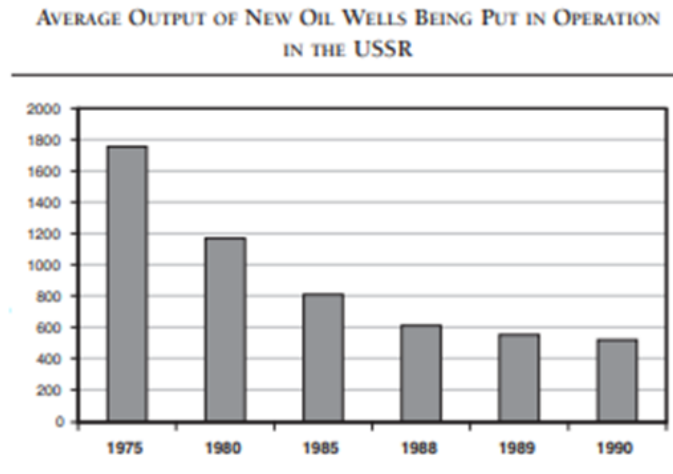
O governo Reagan intensificou a ofensiva contra os soviéticos em várias frentes: na suspensão da détente, apoio à ampliação das tensões no Leste Europeu e às forças opostas aos soviéticos no conflito do Afeganistão, além do embargo ao acesso de divisas na venda de petróleo e gás para a Europa e à tecnologia avançada (Medeiros, 2011). Também, lançou uma série de programas como a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) em 1983, um ambicioso projeto que consistia na construção de um sistema defensivo contra-ataques nucleares contra os Estados Unidos. Eventualmente abandonado, um dos principais objetivos do SDI também era pressionar os gastos de defesa da URSS e eventualmente torná-los insustentáveis.

Dada a importância econômica e política das exportações de petróleo e gás para a União Soviética, uma das principais formas que os EUA de Reagan viram de minar o país foi através do enfraquecimento do seu setor energético. Então, os Estados Unidos pressionaram os membros da OPEP, em especial a Arábia Saudita, na década de 1980 a aumentar a oferta de petróleo produzido e exportado, provocando a queda dos preços a partir de 1985 e a necessidade da importação de produtos industrializados. Como Perović (2017) coloca, a queda dos preços do petróleo a partir de 1985 não foi a causa direta da dissolução da URSS, mesmo tendo em vista que a renda obtida pelas exportações de petróleo correspondia a 75% da moeda estrangeira obtida pelo país. Mas isso prejudicou ainda mais a economia soviética, que já vinha debilitada há vários anos. A associação desses fatores com entraves econômicos, detalhados na próxima seção, agravaram severamente a condição da URSS.

A URSS, com o fim da détente e a renovação das tensões da Guerra Fria, lidava ao mesmo tempo com problemas econômicos em escala local e global. Desde a década de 1970, o país necessitava importar produtos agrícolas e ainda viveu sucessivas colheitas malsucedidas no final dos anos 70 e início dos anos 80. Estava sofrendo sanções internacionais por conta da sua intervenção no Afeganistão e também, a acentuada dependência de exportação do petróleo, que a tornava mais vulnerável à volatilidade dos preços do produto e, levando em consideração a crise energética do período, deteriorava a sua capacidade de obter renda de seus parceiros comerciais para financiar suas importações. Originalmente focada na produção no Cáucaso e na região dos Volga-Urais para finalmente a Sibéria, a URSS intensificou a exploração de seus poços, mas sofria agora com uma estagnação das descobertas e produtividade de campos petrolíferos na década de 1980 (gráfico 3), ainda que o setor tivesse recebido grandes

investimentos. Por isso, houve uma exploração intensificada dos já existentes, com o uso de práticas inadequadas que provocavam o desperdício e danos de longo prazo. Mesmo com a produção de petróleo em declínio, a URSS continuou a aumentar a produção de gás natural neste período.

Gráfico 3 – Produção média de novos poços de petróleo em operação na URSS (1975-1990)



Fonte: Gaidar (2007).

Para piorar a situação, as relações da URSS com o COMECON também se agravaram na década de 1980. As trocas energéticas eram um elemento fundamental que unia o grupo, e eram realizadas em termos predominantemente desfavoráveis para os soviéticos, com preços praticados abaixo dos níveis internacionais. Naquele momento, a URSS não conseguia, ou não estava inclinada a realizar as exportações em sua totalidade e satisfazer a crescente demanda vinda dos países da organização, por conta dos seus próprios desafios econômicos. A distribuição dos recursos energéticos era amplamente desigual, evidenciando uma dependência dos parceiros do bloco socialista à URSS. Isso, aliado a outros fatores como a crise econômica na Polônia, contribuiu para desencadear a desintegração econômica do COMECON ao longo da década de 1980, com a organização internacional tendo o seu fim oficial em 1991 (Lüthi, 2017).

2.4.2 A Perestroika e o desmantelamento do sistema econômico soviético (1985-1991)

Como já mencionado, a economia soviética era baseada na economia de comando. O modelo soviético de gestão da economia era um em que, diferentemente do capitalista, todas as atividades econômicas eram centralizadas e controladas pelo Estado. Não havia divisão entre

Estado e economia. O Estado soviético detinha o poder de decisão sobre a produção, salários e consumo e era responsável pelo bem-estar econômico da população. Os empregos e salários eram assegurados pelo Estado, e lojas eram submetidas ao governo, sem geração de lucro e risco de falência. O governo soviético também detinha o controle do comércio exterior: determinava a taxa de câmbio da moeda e supervisionava o direcionamento das importações e exportações, sendo os principais produtos da última o petróleo e gás.

A economia e a política sempre estiveram intimamente conectadas na URSS em razão da indivisão entre o Estado e a economia no socialismo e dos conflitos geopolíticos que permearam o século XX. Por isso, o aparato estatal soviético priorizava o crescimento econômico e os gastos militares em detrimento de gastos em bens de consumo por conta da ameaça externa. Por consequência, havia um descolamento entre as necessidades reais da sociedade e o que era apresentado nos planos de produção pela burocracia representado por um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de bens, o que mais tarde se provou um dos entraves para o desenvolvimento econômico e a satisfação das necessidades dos consumidores. De fato,

The planning system gives people what it wants to produce, but the needs of people are incompletely fulfilled. Consumers have to take what comes out of the system even if the material and human products do not meet their needs. This had led to the criticism that the planners have exercised a 'dictatorship over needs' (Lane, 1992, p. 30).

Durante a década de 1930, inovações técnicas e formas de produção como o Fordismo foram importadas e generalizadas durante a Segunda Guerra Mundial. O período entre 1950 e 1970 foi um de regime de acumulação de capital extensiva, com alta disponibilidade de força de trabalho, que se deslocou da agricultura para as indústrias, e taxas de investimento de 14% para quase 30% entre 1950 e 1973, enquanto o PIB per capita cresceu a taxas inferiores. Os recursos eram voltados para a industrialização rápida, e a parcela disponível para consumo dos mesmos era determinada pelo comando central. Até a década de 1970, o consumo público não era considerado prioridade, e sim o crescimento econômico, os gastos militares e o consumo de subsistência. A indústria pesada tinha destaque por sustentar o complexo militar-industrial soviético, por conta das hostilidades do exterior representadas principalmente pelos Estados Unidos. As inovações tecnológicas, por sua vez, eram muitas vezes voltadas justamente para o uso militar, e diversos produtos como os de transporte tinham uso dual, ou seja, podiam ser usados tanto no setor militar quanto no civil, mas tinham baixa difusão no último. Por essas razões, a economia soviética pode ser caracterizada como uma em permanente estado de guerra (Mazat; Serrano, 2012).

No setor da agricultura, as terras foram coletivizadas com o objetivo de manter uma oferta constante de produtos para a classe trabalhadora. Com o seu deslocamento para as cidades, era preciso investimentos para aumentar a produtividade e a expansão das terras cultiváveis, já que o principal entrave era o clima severo que afetava diretamente a performance das colheitas. Mas tais investimentos não tiveram grandes retornos, e a agricultura exerceu uma crescente pressão orçamentária no Estado, principalmente na década de 1980. A economia soviética operava em pleno emprego. Isto não necessariamente significava o pleno uso da mão de obra e eficiência. Pelo contrário, com o passar do tempo, a segurança da disponibilidade de empregos corroeu a disciplina dos trabalhadores: “the provision of full employment provides security, but an unintended consequence is that the attendant poor motivation and poor quality of work reduce the ability of the economy to create surplus and growth” (Lane, 1992, p. 34), um dos problemas que Gorbachev mais tarde visaria contornar.

O sistema econômico da União Soviética entre 1950 até 1973 foi caracterizado pela acumulação extensiva. Isto é, “o crescimento alimentado pelo incremento de recursos humanos, de insumos e de capital”. Mas, “o seu prosseguimento, ao longo dos anos, levou necessariamente à redução da sua disponibilidade e ao seu esgotamento” (Pomeranz, 2018, p. 128). Durante esses anos, experienciou-se o crescimento acelerado, que foi logo seguido de estagnação. A prolongada e agora intensificada pressão nos gastos militares da União Soviética provocada pela renovação das tensões da Guerra Fria a partir da administração de Reagan foi um fator fundamental por trás das motivações de Gorbachev para o lançamento da Perestroika, discutida na próxima seção. É indiscutível que nos anos precedentes das reformas promovidas por Gorbachev havia uma escassez de bens de consumo para a população soviética por conta do favorecimento da produção militar, mas a insatisfação da sociedade não é explicação suficiente para o movimento ocorrido, e sim a crise internacional do período, que afetava múltiplos setores da economia e política soviética (Kontorovich, 2001).

A política externa da URSS deu uma grande guinada no período em direção ao alívio dos compromissos militares que pressionavam os gastos soviéticos, principalmente a corrida armamentista e a presença do Exército Vermelho no Afeganistão desde 1979. No Ocidente, significou na defesa do desarmamento, de soluções diplomáticas para conflitos internacionais e um plano de integração ao continente europeu (Pomeranz, 2018, p. 132). Já no bloco socialista, na interrupção da política de intervenções em países do bloco socialista, característica da Doutrina Brezhnev, que visassem frear o descontentamento social com os regimes, porque

a segurança universal, nos tempos atuais, repousa no reconhecimento de que todas as nações têm direito à escolha de seus próprios caminhos de desenvolvimento social, na

recusa a qualquer interferência em assuntos internos das demais nações, no respeito que deve nortear as relações internacionais e, ao mesmo tempo, na análise objetiva e autocrítica de cada sociedade (Gorbachev, 1987, p. 165).

Gorbachev ia em contramão da Doutrina Brezhnev ao defender que

a corrida armamentista, como a guerra nuclear, não terá vencedores. [...] É hora de esquecer qualquer aspiração imperialista em termos de política externa. Nem a URSS nem os EUA estão em condições de impor seus próprios pontos de vista às demais nações (Gorbachev, 1987, p. 159).

A política externa da URSS a partir de Gorbachev, então, foi direcionada na redução das intervenções soviéticas e na busca de “tornar mais amistosa a atmosfera internacional” (Gorbachev, 1987, p. 160).

Era imperativa a reestruturação (*Perestroika*) das estruturas vigentes do sistema soviético, mas com a conservação da sua essência socialista. Tentativas de reformas já haviam sido realizadas na década de 1960 antes da entrada de Brezhnev, e as dificuldades econômicas já eram notadas por Yuri Andropov, sucessor de Brezhnev após sua morte em 1982, mas o mesmo faleceu pouco mais de 1 ano após ter assumido a secretaria-geral do PCUS. Mas a tarefa demonstrou-se mais complexa do que o imaginado e acarretou uma série de acontecimentos não intencionados e fora de seu controle que culminaram no desmantelamento do Estado soviético.

Objetivava-se promover o crescimento econômico acelerado e reagir à Iniciativa de Defesa Estratégica, programa militar estadunidense lançado pelo então presidente Ronald Reagan em 1983. A essência das reformas no campo econômico primeiramente propostas eram, em suas palavras,

modernization of the national economy on the basis of scientific and technological progress. [...] “The substance of changes lies in shifting the centre of attention from quantitative indices to quality and efficiency [...] We will not be able to carry out technical modernization unless we radically improve capital construction. (Gorbachev, 1986, p. 32-34).

A interconexão entre a economia e a política logo fez com que as reformas econômicas fossem acompanhadas de reformas políticas. Por isso, a *Perestroika* operou através da reestruturação dos mecanismos da economia soviética e da democratização do controle político da economia. Acreditava-se que as instituições e regiões deveriam ser concedidas maior autonomia sobre a sua produção, saindo de um modelo administrativo centralizado excessivamente burocrático de manejo do interesse público para um individualizado. Seria também introduzido mecanismos de mercado e um setor privado, e os incentivos de lucro e concorrência. A *Glasnost* proporcionaria uma certa liberdade de opinião e acesso à

informação, e Gorbachev esperava que seria uma forma de conquistar apoio da população às reformas, enfraquecer a oposição conservadora resistente às medidas e combater a corrupção, o abuso de poder e o passado repressivo do país. Pessoas e grupos teriam a possibilidade de expressar seus interesses, combatendo o status-quo e promovendo o aceleração da economia. A democratização, no mesmo caminho, fortaleceria o compromisso com as mudanças (Lane, 1992).

No entanto, a Perestroika teve resultados profundamente negativos para a economia e a política da URSS, que eventualmente culminaram na sua dissolução. Em 6 anos, a estrutura do poder político da União Soviética foi desmantelada internamente, o PCUS perdeu sua hegemonia e as noções de disciplina e controle foram perdidas. A inflação, revelada no sistema econômico soviético a partir do desabastecimento de produtos e perturbações no mercado, cresceu fortemente, junto com o surgimento de mercados negros, estocagem, especulação, subornos e o crime organizado. O momento era de desorganização, incerteza, instabilidade política derivada de mudanças não implementadas em sua totalidade, agravamento da crise pré-existente, e desemprego (Lane, 1992).

As consequências negativas das reformas implantadas por Gorbachev e a prolongada mobilização dos recursos do país para a sustentação e defesa do seu complexo militar e industrial na dinâmica da Guerra Fria em detrimento de bens de consumo para a população foi tal que a disputa de poder entre EUA e URSS culminou no desaparecimento de um desses Estados. Assim, com a dissolução da União Soviética em 1991 e o fim da Guerra Fria, a bipolaridade de poderes findou-se e a ordem internacional sofreu grandes transformações em torno do agora incontestável poder dos Estados Unidos, visto no próximo capítulo.

3 A REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES DE PETRÓLEO E GÁS DA RÚSSIA E A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 1990

Durante a década de 1990, o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás russa enfrentou simultaneamente duas questões: a dissolução da União Soviética e a transição econômica do país (Considine; Kerr, 2002). Após o estudo das origens da indústria de petróleo e gás da URSS, a consolidação do país enquanto uma potência mundial exportadora de energia e a sua conexão os principais conflitos geopolíticos do período, este capítulo aborda em linhas gerais os acontecimentos da década final do século XX, para fazer uma análise compreensiva de um cenário que foi muito desfavorável para a Rússia, que já carregava as dificuldades políticas e econômicas das duas décadas anteriores.

Serão vistas as mudanças estruturais no Sistema Internacional e na Rússia, para que seja feita uma relação com os seus impactos na indústria de petróleo e gás do país, e se compreenda como no século XXI a Rússia opera uma estratégia geopolítica em que os recursos naturais possuem um papel central. Para isso, o capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente, será visto o estabelecimento da condição de unipolaridade dos Estados Unidos e o enfraquecimento geopolítico da Rússia, incluindo as estratégias estadunidenses no setor energético. Depois, como se deu a transição política e econômica com as privatizações em massa, e como ela afetou a estrutura patrimonial e a produtividade dos setores de petróleo e gás e as suas capacidades de contribuir com a renda nacional. E, finalmente, tendo em conta as questões expostas, quais as perspectivas da Rússia no mercado internacional de petróleo e gás no período.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DO PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS E O ENFRAQUECIMENTO GEOPOLÍTICO DA RÚSSIA

Uma série de transformações entraram em curso no Sistema Internacional com a queda da URSS. Esta seção aborda a evolução da política externa da Rússia, que foi predominantemente baseada numa cooperação unilateral com os Estados Unidos. Também, o processo do alargamento da OTAN em direção às fronteiras da Rússia enquanto parte da expansão dos limites do poder dos EUA, que na década se consolidou como a potência do sistema, e do isolamento da Rússia no Sistema Internacional. No setor energético, por sua vez, será mostrado como se deu a estratégia de enfraquecimento contra a Rússia e os impactos da desintegração territorial da URSS no transporte de energia para o continente europeu.

3.1.1 A evolução da política externa da Rússia e as mudanças no Sistema Internacional

A dissolução da União Soviética em 1991 e o fim da Guerra Fria deram início a um novo período da história russa, da arquitetura de segurança do continente europeu e da distribuição de poder no Sistema Internacional. Com a desintegração da URSS, emergiram 15 Estados independentes¹¹ (mapa 4), incluindo a Federação Russa, que assumiu os seus compromissos internacionais: herdou a maior porção territorial¹², o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o arsenal nuclear soviético, bem como as obrigações financeiras e de tratados enquanto o Estado considerado sucessor da URSS. O país é o sucessor natural da União Soviética também no que diz respeito à sua posição política no seu entorno regional e às suas capacidades nucleares, além das vastas reservas de recursos naturais como as de petróleo e gás natural, que suprem as necessidades energéticas de potências do continente europeu.

Mapa 4 – A dissolução da União Soviética



Fonte: Freeman-Pedia (2022).

¹¹ Os Estados que sucederam a União Soviética são a Armênia, Azerbaijão, Belarus, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

¹² Apesar da perda populacional de cerca de 140 milhões de habitantes e de 5.000.000 km² do território russo (World Bank, 2019 *apud* Fiori, 2020), fatores de alta relevância na condução da política externa russa no espaço pós-soviético.

Quando o bloco comunista se desintegrou, várias transformações de caráter político e econômico ocorreram nos países que dele faziam parte. Dentro da Rússia, houve uma reorganização da vida política e econômica e a promulgação de uma nova constituição federal em 1993. As políticas de Yeltsin deram continuidade a uma orientação de política externa que já era praticada desde o final do período soviético e moldou a cooperação entre a Rússia e o Ocidente nos anos seguintes, pelo menos na primeira metade da década de 1990. Desde a sua entrada na secretaria geral do PCUS, Mikhail Gorbachev sinalizava a necessidade da melhora das relações com países socialistas, sobretudo a China, e maior cooperação com os países capitalistas, principalmente no que dizia respeito à ameaça nuclear:

In the foreign policy sphere, our course is clear and consistent. This is the course of peace and progress. The first precept of the Party and the state is to preserve and strengthen in every way the fraternal friendship with our closest friends and allies: the countries of the great socialist community. [...] We would like a serious improvement of relations with the People's Republic of China and believe that, given reciprocity, this is quite possible. [...] As to relations with capitalist states, I would like to say the following. We will firmly follow the Leninist course of peace and peaceful coexistence. To goodwill, the Soviet Union will always respond with goodwill, as it will respond with trust to trust. [...] Never before has so terrible a threat loomed so large and dark over mankind as these days. The only reasonable way out of the existing situation is an agreement of the confronting forces on an immediate termination of the race in arms, above all, nuclear arms, on Earth and its prevention in space (Gorbachev, 1985).

O primeiro presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin (1991-1999), adotou uma política externa pró-ocidental baseada no internacionalismo liberal que se traduziu na progressiva convergência dos sistemas econômico e político da Rússia com os ocidentais, dando continuidade ao movimento já existente desde o período de Gorbachev. No discurso de 31 de janeiro 1992 no Conselho de Segurança da ONU, colocou que “a Rússia considera os Estados Unidos e o Ocidente não como meros parceiros, mas como aliados. É um pré-requisito básico para, eu diria, uma revolução na cooperação pacífica entre as nações civilizadas” (Yeltsin, 1992, p. 44). A harmonia das relações com o Ocidente seria expressa na forma da cooperação econômica e política, e o país deveria, portanto, estruturar esses setores nos moldes democráticos e liberais.

Havia uma crença inicial por parte da elite russa e de figuras como o ministro das Relações Exteriores Andrei Kozyrev, que ocupou o cargo entre 1990 e 1996, de que os Estados Unidos e a Europa Ocidental não eram mais os inimigos do país, e que eles teriam um papel significativo no auxílio à transição econômica e política, assim como na integração do país ao espaço de segurança pós-soviético. Mas, a política de Yeltsin logo revelou-se unilateral. Ao mesmo tempo em que a Rússia realizou gestos que acenavam o abandono das suas aspirações

enquanto uma grande potência, os Estados Unidos, levando em consideração a assimetria da sua posição econômica e militar no Sistema Internacional em relação aos demais países, além da fraqueza da estatal Rússia naquele momento, seguiu com uma estratégia de enfraquecimento geopolítico da mesma (Mazat; Serrano, 2012).

A Rússia passou por uma turbulenta transição econômica para o estabelecimento de uma economia de mercado, além de conflitos internos como, notadamente, os da Chechênia. A problemática situação russa e a sua substancial perda de capacidade de poder foram comprovadas pela desmobilização militar, conflitos internos, caos econômico e, no âmbito externo, uma exitosa estratégia geopolítica dos Estados Unidos em conjunto de seus aliados europeus em múltiplas frentes, apoiada na aproximação política de países da antiga esfera de influência soviética e, principalmente, no avanço da OTAN ao leste para as fronteiras russas, com a adesão de integrantes do extinto Pacto de Varsóvia a despeito dos protestos diplomáticos do país:

Não houve ‘acordo de paz’ depois do fim da Guerra Fria. Durante a década de 1990, o território, a população e a economia russos foram literalmente dizimados pelo avanço político e militar da OTAN sobre o Leste Europeu, e pelo ataque interno dos antigos burocratas soviéticos, que promoveram uma ‘privatização selvagem’ do antigo Estado russo (Fiori, 2020, p. 17).

Na questão dos armamentos, Yeltsin fez uma série de anúncios de reduções unilaterais de armas convencionais e nucleares. Pouco antes da queda da União Soviética, o tratado START I (Tratado de Redução de Armas Estratégicas) foi assinado entre a URSS e os Estados Unidos em 31 de julho de 1991, entrando em vigor em 1994. Em seguida, o START II foi assinado em 3 de janeiro de 1993, sendo ratificado pelo congresso dos EUA em 1997, e apenas em 2000 na Rússia. Os dois países retiraram-se do acordo em 2002 após o anúncio por parte dos Estados Unidos da saída do Tratado ABM (Tratado sobre Mísseis Antibalísticos) no ano anterior (Arms Control Association, 2020). Enquanto isso, é importante notar que o complexo militar-industrial passou por um período de cortes orçamentários e em decadência, algo que só seria corrigido anos depois com a entrada de Vladimir Putin na presidência russa (Fiori, 2020).

Os Estados Unidos consolidaram o seu papel de potência hegemônica do sistema na década de 1990, numa condição de superioridade incontestável sem a presença de outra potência capaz de questioná-la ou limitar o exercício do seu poder. Colocou-se como responsável pela difusão dos seus valores éticos na linha da por eles considerada vitoriosa ordem liberal e a globalização, ao mesmo tempo que expandiu a sua presença militar mundo afora. Sem a deflagração de uma nova guerra mundial ou uma conferência que definisse um princípio normativo da nova ordem mundial com o fim da Guerra Fria, teve a sua superioridade

econômica e poder militar reconhecidos pelas demais potências principalmente ao ter sua ampla força militar demonstrada na Guerra do Golfo em 1991 (Fiori, 2004).

Dessa forma, o Sistema Internacional agora estava numa condição distinta quando comparada à de entre 1945 e 1991, quando havia uma bipolaridade de poder. Os Estados Unidos se opôs explicitamente a potências regionais que no futuro aspirassem ao poder global, tal como foi o caso da URSS anteriormente. Também, realizou uma série de declarações que defendiam princípios liberais e a globalização, que logo perderam força no início do século XXI, quando transparece a polarização do poder e riqueza (Fiori, 2004).

A entrada de Yevgeny Primakov no lugar de Kozyrev em 1996¹³ foi um ponto de inflexão na política externa da Rússia, distanciando-a do modelo pró-ocidental da administração anterior em favor do Eurasianismo¹⁴. Marcado pela defesa mais vigorosa dos interesses da Rússia, promoveu uma reorientação da política externa do país, priorizando a restauração do status da Rússia enquanto uma grande potência e da influência do país no espaço pós-soviético, bem como o estreitamento das relações com países não ocidentais. Numa lógica de diversificação e intensificação das relações com o seu entorno estratégico e contraposição aos Estados Unidos e à expansão da OTAN, maior atenção seria dada sobretudo às ex-repúblicas soviéticas, aos russos vivendo em outros países, e para a China e a Índia (White, 2011).

A restauração da influência russa no espaço pós-soviético já era uma prioridade da política externa russa mesmo poucos anos depois da desintegração da URSS, ainda que o país estivesse em franco declínio da sua posição geopolítica no Sistema Internacional. A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) foi fundada ainda em dezembro de 1991 enquanto uma organização intergovernamental baseada na afirmação do status significativo da Rússia naquele espaço, abrangendo a Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Tadjiquistão, Turquemenistão, e o Uzbequistão. Mesmo que muitos dos países da antiga esfera de influência soviética alimentassem um sentimento negativo em relação aos russos por questões históricas e tenham sido alvos de uma estratégia coordenada pelos EUA de aproximação através da OTAN e da União Europeia, os russos investiram numa abordagem de estreitamento das relações bilaterais com esses países.

Uma questão significativa no imediato pós-queda da URSS na região foi a presença de armas nucleares nos territórios das ex-repúblicas soviéticas recém independentes da Ucrânia,

¹³ Primakov ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre janeiro de 1996 e setembro de 1998. Depois tornou-se o primeiro-ministro da Rússia, e ficou no cargo até maio de 1999.

¹⁴ Em linhas gerais, o Eurasianismo enfatiza a singularidade geopolítica e cultural da Rússia, distinguindo-a do Ocidente e da Ásia. A estabilidade das fronteiras do país e a multietnicidade da população doméstica são centrais para os dirigentes, mas não necessariamente significa numa posição anti-ocidental (Tsygankov, 2003).

Belarus e Cazaquistão. Ela foi resolvida na década de 1990 através da adesão desses países ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em que transferiram para a Rússia o controle dos seus arsenais nucleares do período soviético. Desse modo, o país se tornou o único das 15 ex-repúblicas a dispor de armas nucleares.

Em meados de 1997, com o expansionismo da OTAN em conjunto com o da União Europeia na inclusão de países da antiga esfera de influência soviética, e as consequências negativas dos “experimentos liberais” nos campos político e econômico praticados nos últimos cinco anos, a noção de cooperação com o Ocidente presente nos primeiros estágios da Rússia pós-soviética foi amplamente desacreditada (Lynch, 2002).

As diferenças entre a Rússia e o Ocidente se tornaram mais evidentes, e a intervenção da OTAN na Sérvia em 1999 apesar de amplos protestos da Rússia comprovou ainda mais esse fato e a fraqueza estatal dos russos, sinalizando a população e os dirigentes do país uma ameaça a sua segurança. Internamente, havia um consenso de que os interesses da Rússia, que nem sempre estavam em consonância com os dos Estados Unidos, deveriam ser defendidos na forma de uma política externa mais assertiva, em contraste com a praticada até o momento. A sua independência enquanto potência num sistema multipolar deveria ser reafirmada, enquanto a economia doméstica e cultura deveriam ser protegidas da influência ocidental. Por isso, a política externa russa tornou-se progressivamente mais assertiva na medida em que os russos buscavam consolidar uma posição hegemônica no espaço pós-soviético e estavam cada vez menos suscetíveis a fazer concessões para o Ocidente (Tsygankov, 1997).

Entretanto, dada a fraqueza da Rússia naquele momento, mesmo com as mudanças propostas, pouco aconteceu na prática que se traduzisse numa melhora do quadro do país. A ruptura com o modelo de política externa pró-ocidental só viria a ser de fato significativa com a entrada de Vladimir Putin¹⁵ na presidência russa. Em 31 de dezembro de 1999, Boris Yeltsin renunciou ao seu posto e nomeou o então primeiro-ministro a presidente interino do país. Putin venceu as eleições de março de 2000, e assim, o legado de Yeltsin e o enfraquecimento geopolítico da Rússia na década de 1990 se tornaram os maiores desafios que Putin contornaria a partir da sua entrada na presidência. O seu governo veio calçado numa estratégia de fortalecimento do Estado russo por meio do uso dos recursos energéticos para a recuperação da sua capacidade de arrecadação e projeção geopolítica, vistos em maiores detalhes no próximo capítulo.

¹⁵ Após a saída de Yevgeny Primakov em maio de 1999, Sergei Stepashin ocupou o cargo brevemente entre os meses de maio e agosto, quando Vladimir Putin se tornou o novo primeiro-ministro da Rússia.

3.1.2 A expansão da OTAN ao Leste

A questão da nova arquitetura do sistema de segurança da Europa foi de grande importância no Sistema Internacional na década de 1990, dadas as transformações que estavam em curso com o fim da Guerra Fria. As forças militares da Rússia recuaram da Europa Central e do Leste para as fronteiras do país, e um vácuo de segurança tomou conta do espaço pós-soviético. Vários dos países que antes fizeram parte do agora extinto Pacto de Varsóvia, motivados por um sentimento de vulnerabilidade e/ou por ressentimentos históricos com os russos, optaram por aderir à OTAN para que fizessem parte do aparato de segurança coletiva da Aliança com o apoio dos Estados Unidos. Incluí-los fez parte de uma estratégia liderada pelos estadunidenses em conjunto dos europeus de promover uma aproximação política e econômica dos mesmos com o Ocidente, isolando a Rússia no Sistema Internacional num contexto de fraqueza geopolítica e turbulência interna no país.

A compreensão da dinâmica dos movimentos expansivos da OTAN estabelecidos a partir dessa década é essencial para uma análise crítica apropriada dos acontecimentos atuais no que diz respeito à proteção da integridade territorial por parte da Rússia, levando em consideração as sucessivas invasões que o país sofreu em suas fronteiras ocidentais ao longo de sua história. O atual entendimento dos eventos para os dirigentes russos é que após o fim da Guerra Fria, foi principalmente os Estados Unidos que buscaram ativamente estender a sua esfera de influência por meio de uma política de subjugação dos países ex-comunistas através da adesão dos mesmos a instituições euro-atlânticas, principalmente a OTAN e a União Europeia, aproveitando-se da fraqueza da Rússia (Zagorski, 2019). Foi assim quebrada uma promessa feita para Gorbachev de que a OTAN não avançaria para o Leste, promovendo um “cerco” da Rússia (Mazat; Serrano, 2012).

Os primeiros anos da década foram particularmente decisivos, porque a dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia demandaram uma reconfiguração do propósito e dos meios de atuação da OTAN, agora que a ameaça soviética que propiciou a sua criação e que mantinha a união entre os membros havia desaparecido. A OTAN formou a sua identidade em torno de um inimigo externo que agora não existia mais, e os países-membros da organização viviam em comunidade sob uma ordem normativa baseada em princípios democráticos que essencialmente definiam de forma negativa o bloco comunista, liderado pelos soviéticos.

No ponto de vista dos Estados Unidos, a preservação da existência da OTAN no pós-Guerra Fria é um componente indispensável para a manutenção da sua supremacia global, ao contar com os recursos geográficos, demográficos, econômicos e militares dos países membros

do continente europeu, sejam eles usados em operações da OTAN ou não, em vez dos mesmos abastecerem forças inimigas. A defesa da manutenção e expansão da OTAN foi apoiada também no que diz respeito à promoção e consolidação da democracia na Europa pós-Guerra Fria. Para os países-membros europeus da Aliança, ao dependerem da proteção estadunidense para a sua defesa, permanecem num estado de subordinação aos seus interesses. Mais especificamente, os Estados Unidos detêm a capacidade de exercer influência no continente, que atua como um “subordinado estratégico” do país na região (Menon; Ruger, 2020).

A Rússia não representava uma ameaça militar principalmente por conta da instabilidade doméstica que enfrentava na época e pela sua política de cooperação política e econômica com os europeus e com os Estados Unidos. Mas, ainda assim, era imperativo para os russos a conservação de uma área de segurança no espaço da ex-URSS, mesmo que o seu aparato militar estivesse severamente desorganizado e enfraquecido naqueles anos (Arbatov, 1995). O país desejava a integração com o Ocidente de forma que firmassem mecanismos e integrassem instituições em que fizesse parte da tomada de decisões, principalmente no que diz respeito ao uso da força. Ao não fazer parte do G7¹⁶, da própria OTAN, nem da União Europeia, a Rússia encontrava posicionamentos já solidificados por parte desses grupos de Estados, não tendo participado do processo decisório (Menon; Ruger, 2020).

Os russos não almejavam uma arquitetura de segurança da Europa centralizada na OTAN, pretendendo, em vez disso, estabelecer uma estrutura de cooperação com a Aliança, com o objetivo de identificar crises relacionadas à segurança e propor soluções coletivas, que levassem em consideração o status especial do país de uma potência nuclear. Nesse sentido, Yeltsin enviou uma carta em 1993 aos principais líderes ocidentais contra uma adesão antecipada de países do Leste Europeu à OTAN, propondo uma estrutura abrangente de segurança coletiva composta pela Rússia e a organização. O governo estadunidense respondeu com a proposta do Partnership for Peace (PfP), um programa que propicia o estreitamento das relações bilaterais entre um país e a OTAN sem que o mesmo integre à Aliança, e os países da OTAN decidiram contra a adesão antecipada dos países do Leste Europeu.

A Rússia assinou o acordo em 1994, que foi acompanhado de um protocolo reconhecendo a condição do país enquanto uma potência nuclear. Esse foi o primeiro de vários passos de aproximação institucional entre a Rússia e a organização, que culminou com a assinatura em 1997 do Ato Fundador em Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a OTAN e a Federação Russa. Ao mesmo tempo, a Rússia deu passos em direção de um

¹⁶ A Rússia passou a fazer parte do agora G8 em 1998, e foi afastada do grupo em 2014 em resposta à anexação da Crimeia.

estreitamento do seu relacionamento com países da antiga esfera de influência soviética e a China, quando ficou claro que a OTAN seguiria se expandindo e exercendo influência na região, e a política externa da Rússia dava passos para abandonar o ocidentalismo característico dos primeiros anos da década (White, 2012).

Em setembro de 1995, quase seis anos depois da queda do Muro de Berlim, a OTAN lançou o “Study on NATO Enlargement”. Destacou como propósito da expansão da Aliança garantir a estabilidade e segurança na área euro-atlântica, conformando os novos membros em princípios políticos e econômicos comuns e aumentando a transparência no planejamento de defesa militar, para assim diminuir a instabilidade no continente. Ao apontar a necessidade de “proteção do desenvolvimento democrático dos novos membros” (OTAN, 1995) e reformas democráticas como condicionantes de adesão, colocou-se claramente a moldagem desses países da antiga esfera de influência soviética aos padrões institucionais da OTAN e a ordem liberal liderada pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, consolidando a proximidade política com a Europa e os EUA, e o isolamento da Rússia no Sistema Internacional.

É importante notar que além da oposição por parte da Rússia, a expansão da OTAN foi debatida por diversos segmentos da comunidade política estadunidense. Havia apoiadores como Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, com o último defendendo o alargamento urgente da instituição, com ou sem a cooperação da Rússia, para prevenir a sua desintegração. Mas também, havia aqueles que mostravam preocupações sobre como o alargamento da Aliança seria percebido e respondido pela Rússia, prevendo o que ocorreria anos mais tarde, sobretudo no que diz respeito à possibilidade da adesão da Geórgia e da Ucrânia. George Kennan, amplamente conhecido pela sua doutrina de contenção dos russos, opôs-se abertamente, dizendo que seria “o erro mais fatal da política estadunidense depois do fim da Guerra Fria, que instigaria o nacionalismo, opiniões anti-ocidentais e militaristas na Rússia, e restauraria a lógica da Guerra Fria nas relações Leste-Occidente” (Kennan, 1997, tradução própria). Mesmo assim, o alargamento da OTAN foi apoiado pela administração Clinton e pelos seus auxiliares de formação de política externa. As objeções da Rússia não foram o suficiente por conta da decadência do seu status no cenário internacional e do desequilíbrio de poder entre os russos e os Estados Unidos.

Ao longo das discussões do período entre a Rússia e o Ocidente, não foi firmada uma “linha vermelha” a qual a OTAN não avançaria na adesão de novos membros (Zagorski, 2019), e houve múltiplos movimentos expansivos em direção ao território russo. O alargamento da OTAN começou oficialmente em 1990 no contexto da unificação da Alemanha. Posteriormente, seguindo a lógica de aproximação ideológica de antigos países da esfera de

influência soviética ao Ocidente que marcou a década, em 1999, a Hungria, Polônia e República Tcheca aderiram à aliança, ocorrendo anos depois novas ondas de adesões¹⁷. Formou-se então uma linha divisória entre a Rússia e a Europa pós-Guerra Fria, com uma zona de contenção da Rússia no continente.

A possível adesão da Geórgia e da Ucrânia à OTAN são as mais controversas, e causam fortes tensões entre a Rússia e o Ocidente há muitos anos. Esses países não dispõem de recursos econômicos e militares que enriqueçam significativamente a organização, mas a OTAN repetidamente declara que as portas estão abertas para que se tornem membros. Na década de 1990, a discussão sobre a adesão desses países foi vista como uma falha da política pró-ocidental de Yeltsin. A Rússia repetidamente condena a expansão da OTAN como um ato que coloca a sua segurança em risco, uma noção que a OTAN rejeita como um “mito”:

Myth 5: NATO is encircling and trying to contain Russia. Fact: NATO is a defensive alliance, whose purpose is to protect our member states. Our exercises and military deployments are not directed against Russia – or any other country (OTAN, 2022).

O marco mais significativo da deterioração das relações entre a Rússia e a OTAN e a decadência da posição geopolítica russa no período, entretanto, foi o bombardeio da Sérvia, um país com quem a Rússia tem laços históricos, por parte das tropas da OTAN entre março e junho de 1999 a despeito dos protestos diplomáticos da Rússia. A reação foi a suspensão da participação russa no Conselho Conjunto Permanente (*Joint Permanent Council*), que foi um fórum de discussão e cooperação fundado em 1997, e a interrupção da implementação de outros programas de cooperação militar com a OTAN. O fato de a iniciativa militar ter sido realizada sem a consulta ao Conselho de Segurança da ONU e a despeito dos protestos russos foi um símbolo da fraqueza da Rússia no cenário internacional, motivando uma crescente oposição doméstica, preocupada com a ameaça à sua segurança e a inabilidade do país de fazer frente aos acontecimentos recentes.

A era de cooperação que marcou aqueles anos havia chegado ao fim, e Yeltsin deu lugar à administração Putin. E, desse modo, os movimentos expansivos da OTAN que ganharam forma a partir da década de 1990 e continuam até os dias de hoje têm consequências diretas no estado atual das relações entre a Rússia e o Ocidente.

¹⁷ Os últimos países a aderir à OTAN foram Montenegro em 2017 e a Macedônia do Norte em 2020. Mas, após o início da invasão da Rússia à Ucrânia em 2022, a Finlândia e a Suécia buscaram a adesão à Aliança, com a Finlândia tornando-se oficialmente um membro em abril de 2023, enquanto a Suécia está em processo de ratificação da sua adesão.

3.1.3 A ofensiva geopolítica dos Estados Unidos contra a Rússia no setor energético

Importante para este estudo, a estratégia geopolítica de enfraquecimento da Rússia por parte dos Estados Unidos e seus aliados europeus na área energética no pós-Guerra Fria se deu na década de 1990 essencialmente em duas formas. A primeira, por meio da aproximação política de ex-repúblicas soviéticas que fazem parte da rota de trânsito das fontes energéticas para o continente europeu. A segunda, através da construção de rotas alternativas de transmissão de petróleo e gás.

A motivações estadunidenses são baseadas na sua premissa de segurança energética, que consiste na garantia do abastecimento para as suas forças militares e econômicas e de seus aliados, e também de ter a capacidade de controlar e impedir o acesso de outras nações, sejam elas inimigas ou concorrentes, às principais reservas. Sobre os Estados Unidos e a Rússia, em particular, a geopolítica do petróleo é historicamente central na tomada de decisões entre esses atores e nas disputas das potências pelo poder global (Fiori, 2020).

Dada a natureza estratégica do petróleo e a crescente dependência europeia do gás natural russo, é visto como necessário por parte dos americanos conter a dependência europeia e o avanço das trocas energéticas do país com a Ásia Central. Para a Rússia, por sua vez, era crucial a manutenção da continuidade das relações energéticas com os seus principais parceiros comerciais. Isso porque, em um contexto de crise econômica e social, a renda das exportações energéticas, sobretudo de petróleo e gás, contribuiriam tão expressivamente para a renda nacional quando comparados aos demais setores da economia. As exportações de energia chegaram a compor entre 20% e 25% do PIB russo (Schutte, 2010). Se fosse levado em consideração o fato dos preços internos de petróleo e gás estarem abaixo do praticado pelo mercado internacional e fosse feita uma correção, a participação dos mesmos no PIB no período seria ainda maior.

A desintegração da União Soviética modificou a forma pelas quais as trocas energéticas seriam praticadas no que se refere aos limites dos territórios nacionais. Os principais gasodutos e oleodutos foram construídos na era soviética, quando foram realizados expressivos investimentos nas atividades de exploração e extração, e as repúblicas eram parte de apenas um país e de uma rede unificada de transmissão. O petróleo e gás eram levados em rotas que passavam principalmente via Belarus e Ucrânia, quando não diretamente da Rússia para a Europa. Com a queda da URSS, emergiram 15 Estados independentes e, com isso, uma parte significativa da infraestrutura de transmissão de energia ficou nas ex-repúblicas soviéticas. Em

É importante notar que na medida que os novos Estados independentes tentavam exercer autoridade sobre seus setores energéticos e estabelecerem-se nos mercados energéticos regionais, as políticas por eles praticadas diferiam. Entretanto, a Rússia manteve o seu status como a potência energética dominante no espaço pós-soviético, especialmente por conta de ter maior poder econômico e quantidades superiores de reservas.

3.2 AS REFORMAS ESTRUTURAIS NA RÚSSIA E OS SEUS IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS

Uma vez que as principais mudanças no âmbito externo foram consideradas, a presente seção aborda as transformações internas pelas quais a Rússia passou na década de 1990, como elas impactaram diretamente a indústria de petróleo e gás do país e, por fim, como todos esses fatores influenciaram o lugar da Rússia no mercado mundial desses recursos energéticos. A produção e a estrutura patrimonial foram altamente reconfiguradas no setor de petróleo, mas o de gás natural, em contraste, manteve-se predominantemente nas mãos do Estado. Enquanto a Rússia passou por vários percalços no período, permaneceu como uma das maiores exportadoras mundiais de petróleo e gás. Por outro lado, a demanda interna por esses recursos caiu fortemente pelos problemas econômicos que a população enfrentava.

3.2.1 Transição econômica e política

Com a dissolução da URSS, os passos foram dados para a construção do Estado capitalista russo, com os desafios da promulgação de uma nova constituição e regulação das relações econômicas, políticas e sociais no país. Yeltsin em seu primeiro mandato como presidente da Federação Russa teve uma base política apoiada na reestruturação da economia e a instituição de um poder executivo forte que a possibilitasse e impedisse a volta do regime soviético. A aprovação de uma nova constituição no país, por sua vez, veio somente em dezembro de 1993 após diversas polêmicas e oposições internas.

Uma transformação sistêmica já estava em curso desde a década passada com a entrada de Mikhail Gorbachev na secretaria geral do PCUS, por ter sido reconhecido por sua parte a necessidade de mudanças econômicas e políticas no sistema soviético devido aos entraves econômicos enfrentados nas décadas anteriores. O presidente Boris Yeltsin aprofundou-as nos anos seguintes com o intuito de estabelecer uma economia de mercado, implicando no desmonte do planejamento econômico centralizado característico do período soviético. Foi uma nova fase

de transformações que durou vários anos com a realização de reformas liberais que impactaram negativamente o poder estatal e provocaram uma recessão que durou a maior parte da década, culminando na crise financeira do país em 1998 (Pomeranz, 2009).

Em retrospecto, a economia soviética já estava pressionada por causa do esgotamento do seu padrão de crescimento extensivo e das consequências da ofensiva geopolítica promovida pelo presidente americano Ronald Reagan, como o aumento dos gastos militares e a queda dos preços do petróleo a partir da segunda metade da década de 1980. Desse modo, a economia da Federação Russa herdou diversos traços da soviética, e encontrava-se em um complicado estado de crise e desorganização. Ainda havia um papel expressivo do Estado na economia, mesmo que misturado com características capitalistas introduzidas com a Perestroika como a introdução e expansão do setor privado, já vistas no capítulo anterior.

Pouco antes da queda da URSS, Yeltsin enquanto presidente da Rússia Soviética propôs o “programa dos 500 dias” e convocou o primeiro-ministro Yegor Gaidar para elaborar o plano de transição econômica do país. Ele foi concebido em conjunto por economistas ortodoxos ocidentais baseado na experiência da Polônia, embora aplicado em função das características econômicas particulares russas. Foi assim que a partir de janeiro de 1992 deu início à “Terapia de choque”, apoiada em quatro pilares: liberalização de preços, estabilidade econômica por meio de restrições orçamentárias, abertura econômica externa e a privatização da propriedade pública (Pomeranz, 2017).

As privatizações ocorreram em duas fases. A primeira se deu entre 1992 e 1994, com a privatização em massa das empresas, em que a população poderia participar de leilões para adquirir ativos com vouchers. Na prática, muitos dos antigos diretores dessas empresas e pessoas que enriqueceram durante a Perestroika se tornaram os donos da maior parcela das estatais. Nos casos contrários, os ativos ficaram nas mãos do Estado até as vendas em leilões. A segunda fase, que começou em 1995 num contexto de alto déficit fiscal, envolveu o leilão de grandes quantidades de ações para entidades privadas, o que ficou conhecido como "Loans for Shares". O governo estava com uma falta de capacidade de arrecadação, tomando empréstimos em bancos usando ações de empresas do setor industrial ainda não privatizadas como garantia. Após não conseguirem pagar, os bancos tomavam a propriedade das empresas em leilões fraudados (Schutte, 2010).

Com a liberalização dos preços, veio um forte aumento nos preços de bens de consumo e a desvalorização do rublo, provocando uma redução dos salários reais. Por isso, muitos venderam os vouchers que receberam do governo na primeira fase das privatizações a baixíssimos preços para instituições financeiras privadas, que os usavam para obter empresas

de grande valor. Concentrou-se muitos ativos nas mãos de uma parcela pequena de pessoas, aumentando a disparidade de riqueza no país e contribuindo para a instabilidade interna. A abertura econômica, por sua vez, impactou muito negativamente a indústria e agricultura, porque as expôs à concorrência internacional, provocando uma queda de produtividade nos setores. Os gastos do governo também caíram, causando a queda da demanda efetiva, consequência de uma política fiscal mais restritiva, que objetivava reduzir a inflação acarretada pela liberalização dos preços, e das privatizações de estatais.

O objetivo dessas medidas era remover o tabelamento de preços remanescente da época da URSS, equiparar os preços domésticos com os internacionais, assim como promover o aumento das exportações. Mas, por conta de restrições de vários países aos produtos russos, as exportações não cresceram da maneira esperada. A redução significativa de barreiras tarifárias às importações provocou um surto inflacionário inicial de 2600% em 1992, caindo com o passar dos anos para 22% em 1996 e 11% em 1997 (White, 2011). Como resultado, a capacidade de consumo e o padrão de vida das famílias caíram significativamente, ao mesmo tempo que o desemprego aumentou, fazendo com que muitos recorressem a práticas de escambo. O emprego na Rússia caiu por conta da redução de pessoas empregadas em empresas federais e municipais. Por outro lado, a necessidade do apoio político por parte da força de trabalho manteve uma parcela de pessoas em seus empregos.

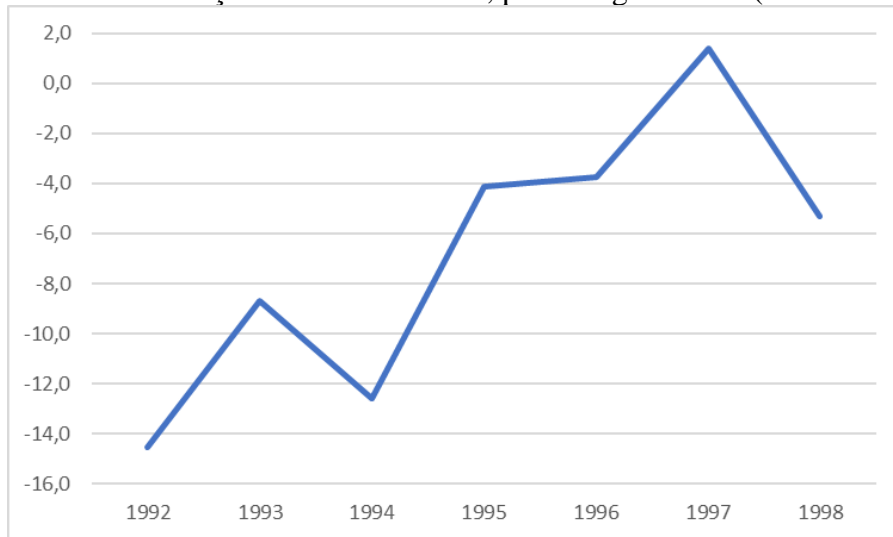
A interrupção dos laços econômicos com a desintegração do COMECON também contribuiu para as dificuldades enfrentadas pelo país na década. Em um antes espaço de alta integração econômica, a extinção do COMECON se refletiu nos anos seguintes numa queda das trocas de \$126 milhões em 1989 para menos de \$11 milhões em 1993. A proporção do comércio soviético-russo com os países do COMECON caiu de 57% para 14% entre 1989 e 1993. Ou seja, a Rússia estava crescentemente ausente da economia internacional no Leste Europeu, e crescentemente dependente da Europa Ocidental (Lynch, 2002).

O auxílio econômico vindo do Ocidente foi um ponto importante no contexto da reforma econômica russa, na medida que a Rússia esperava receber o auxílio externo dos Estados Unidos e da Europa em contrapartida da realização das reformas para diminuir os impactos sociais e econômicos da rápida transição. O país tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril de 1992, e do Banco Mundial em julho do mesmo ano, com o intuito de se aproximar da economia internacional. Mas a assistência estrangeira não se materializou totalmente, ao mesmo tempo que a dívida externa aumentou e as divisas estavam saindo do país mais depressa, em parte na forma de exportações ilegais de ouro e outros itens

de valor, e por investimentos em propriedades no exterior, aprofundando a crise em que o país se encontrava (White, 2011).

A queda da produção evidenciou as consequências negativas da forma que o programa de reformas foi conduzido no país: o PIB da Rússia sofreu sucessivas contrações (gráfico 4) chegando a cair 55% entre 1989 e 1998 (White, 2011), e houve a contínua desindustrialização da economia russa. As exportações do país, na segunda metade da década, caíram fortemente e foram predominantemente compostas de matérias-primas, que incluíram o petróleo. Em contrapartida, o país importava máquinas e alimentos. Com as privatizações, a parcela do setor privado cresceu muito, mas a capacidade de arrecadação do Estado não acompanhou a tendência. Os investidores estrangeiros estavam cada vez mais relutantes em aplicar seus recursos na Rússia por causa da instabilidade política e do índice de criminalidade da época.

Gráfico 4 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (1992 - 1998)



Fonte: World Bank (2022).

O segundo mandato presidencial de Yeltsin foi, então, marcado pela difícil situação econômica no país, fruto da transição, com forte queda no nível de atividade que acarretou a redução da arrecadação fiscal e, conseqüentemente, no endividamento do governo. No âmbito social, isso se manifestou através de greves e pedidos de renúncia do presidente. O país também sofreu o contágio da crise asiática de 1997, e somando isso a queda dos preços internacionais de commodities, a contração dos créditos internacionais e todos os fatores negativos desencadeados pela terapia de choque, culminou em agosto de 1998 a sua crise financeira, quando foi declarada a moratória dos títulos da dívida.

Na política, havia instabilidade por conta de dúvidas acerca da escolha de Yeltsin de um sucessor que seguisse com as transformações que promoveu na década, o que representou

sucessivas substituições de cargos e demissões. Também, a deterioração de sua saúde e o agravamento dos conflitos regionais, principalmente o da Chechênia que custou centenas de vidas de civis e era um foco de debate na sociedade russa, contribuíram para as tensões no período. Yeltsin acabou por indicar Vladimir Putin, uma figura até então relativamente pouco conhecida no cenário internacional, como o novo primeiro-ministro e sucessor. Ele ocupou o cargo entre agosto de 1999 e janeiro de 2000, quando virou presidente interino após a renúncia de Yeltsin (Pomeranz, 2017).

O ponto de mudança da postura pró-ocidental observada veio na medida em que uma visão alternativa da condução da economia e política russa foi assumida. A presença mais ativa do Estado russo no setor econômico deu passos para se materializar com a entrada de Primakov na condução das relações externas na segunda metade da década de 1990, embora tal princípio só tenha se concretizado de forma significativa com Putin na presidência anos depois, quando os recursos energéticos passaram a ser ainda mais ativamente usados a favor do Estado. A virada na economia russa foi viabilizada por conta de fatores que incluíram a desvalorização do rublo associada a um aumento das exportações de petróleo e gás e dos preços internacionais do petróleo, que provocaram um aumento econômico contínuo entre 1999 e 2008, como será visto adiante.

3.2.2 Os distintos impactos das privatizações nos setores de petróleo e gás

Os setores de petróleo e gás foram impactados de formas diferentes pelas privatizações ocorridas durante a transição econômica. O de petróleo passou por um longo período de transformações, que afetaram desde as atividades de extração e refino, produção para os mercados interno e exterior, até a regulação governamental. A partir de 1993, ele foi gradualmente reformado e parcialmente privatizado. O antigo Ministério do Petróleo e Energia virou a estatal Rosneft, que sofreu desmembramentos sucessivos nos anos seguintes em empresas verticalmente integradas, começando pela Lukoil, Yukos e Surgutneftegaz. Depois, mais 11 novas empresas, sendo algumas com presença regional, como a Tatneft no Tartaristão e a Sibneft na Sibéria (Hill; Fee, 2002).

Ao mesmo tempo, as privatizações começaram, e as portas da indústria de petróleo foram abertas para novos agentes. O setor energético entrou somente na segunda fase, a dos *Loan for Shares*, vista na seção anterior. Por conta da falta da capacidade de arrecadação, o governo tomou empréstimos dos novos bancos abertos por pessoas que enriqueceram na Perestroika e na primeira fase da privatização, dando como garantia ações de empresas

petrolíferas ainda não privatizadas. Quando o Estado não conseguiu pagá-los, leilões fraudulentos das ações dessas empresas foram realizados e elas foram adquiridas a baixíssimos preços pelos bancos.

A partir disso, figuras proeminentes no setor surgiram, conhecidos como “oligarcas”, como por exemplo Mikhail Khodorkovsky da Yukos, Boris Berezovsky e Roman Abramovich da Sibneft. Muitos dos novos donos das empresas petrolíferas tinham pouca experiência e/ou pouco interesse em vê-las prosperarem. Eram predominantemente ex-funcionários do governo que adquiriram empresas que antes gerenciavam, ou pessoas que enriqueceram de forma ilícita nos últimos anos da União Soviética. Eles usavam capital de bancos privados, tinham conexões políticas com o governo russo e davam apoio financeiro a Boris Yeltsin para a sua campanha de reeleição em troca de ativos do setor energético. As empresas eram encaradas meramente como meios de lucro de curto prazo para o envio das riquezas para fora do país, numa tendência de fuga de capitais que predominou na década.

Em consequência da contração da economia e da desorganização trazida pela transição, a demanda doméstica por petróleo caiu em mais de 40% entre 1990 e 1995, causando um excesso de oferta disponível (Hill; Fee, 2002). As exportações dos excedentes eram restritas às capacidades de transmissão dos oleodutos, que frequentemente operavam em níveis acima do limite recomendado. Investidores externos, uma necessidade para o desenvolvimento do ramo, estavam desencorajados de fazerem negócios com o país, dado os problemas de corrupção e instabilidade regulatória que acometiam o setor. Por isso, havia pouco incentivo para aumentar a produção, que após a desintegração da URSS caiu cerca de 50%, de 11 milhões para aproximadamente 6 milhões de barris por dia entre 1988 e 1998 (Hill; Fee, 2002). A turbulência interna do período afetou a produção de petróleo, mas a liberalização dos preços que ocorreu no início das reformas econômicas, em um primeiro momento, não afetou este setor. Foi somente a partir de 1995, quando os seus preços foram liberalizados, que houve um aumento nos preços domésticos (Bobylev, 2016).

As atividades de prospecção de novos poços e investimentos na recuperação dos danificados também estavam a níveis reduzidos por conta dos fatores acima. Ao mesmo tempo em que os preços de energia e transporte se mantinham artificialmente baixos dentro da Rússia, a inflação aumentou acentuadamente no país, o que contribuiu para que os produtores não tivessem condições para equipamentos básicos. Similarmente ao que ocorreu na Rússia, diversos fabricantes de equipamentos usados na produção de petróleo localizados na Ucrânia, Geórgia e Azerbaijão sofreram crises industriais e aumentaram os preços das suas entregas para os produtores russos, ou até interromperam-nas (Akerman, 2004).

Em razão da queda da produção registrada no período e a necessidade de investimentos estrangeiros para novas tecnologias de exploração de petróleo no Ártico, Sibéria do Norte, a Câmara dos Deputados (a Duma), aprovou em dezembro de 1995 a lei do PSA (*Production Share Agreement*). Ela estabelecia uma base regulatória para investidores na partilha da produção, divisão e impostos em torno das atividades de exploração no território da Federação Russa. Na prática, significou que os recursos naturais permaneceram no controle do Estado e os riscos dos investimentos com os agentes privados, enquanto a produção de petróleo era dividida entre o Estado e os investidores, e os impostos devidos aumentavam de acordo com a lucratividade do projeto em questão. A lei foi um importante marco político na época pela entrada de empresas petrolíferas ocidentais como investidoras estrangeiras e a polarização interna na Rússia, especialmente pela oposição entre o nacionalismo econômico e a busca pelo capital e expertise externos.

A respeito do gás natural, ao contrário do setor de petróleo que passou por uma reorganização significativa, muitos dos problemas ocorridos na década foram evitados. O setor de gás não foi dividido em várias companhias menores, e o Estado permaneceu com a maior porção da participação, e a produção concentrada na Sibéria Ocidental. Ainda em 1989, o Ministério de Gás foi transformado na Gazprom, uma empresa com controle estatal, mas com ações na bolsa de valores, e a maior exportadora de gás natural do mundo. É importante ressaltar, entretanto, que ao longo do programa de privatização, Yeltsin autorizou a venda de ações da Gazprom e, em 1994, a participação estatal chegou a um mínimo de 34% (Schutte, 2010, p. 18). Além disso, investimentos também foram necessários nesse setor para o desenvolvimento e restauração da extensa rede de gasodutos construída durante o período soviético.

Assim como no setor de petróleo, o controle dessa empresa por figuras associadas à corrupção, apropriação de riqueza e venda de ativos lucrativos para pessoas próximas e organizações de origem duvidosa afetou a capacidade da produção e venda desses recursos naturais de contribuírem efetivamente para a arrecadação do país. Também, consumidores domésticos e da CEI acumularam grandes dívidas com a Gazprom naquele período, gerando uma crise que impediu que a receita fosse utilizada pela empresa em projetos, precisando ser desviada para subsídios para concessionárias de energia do país (Akerman, 2004). Mesmo assim, o setor ganhou progressivamente maior destaque dada as vastas reservas disponíveis no país e as suas vantagens econômicas e ambientais. Importantes projetos de gasodutos foram implementados, aumentando as exportações do gás natural russo para principalmente o continente europeu, a fonte mais segura de renda para a Gazprom.

Além das dificuldades trazidas pela transição econômica no país, a estrutura proprietária dos recursos naturais nos moldes praticados em ambos os setores na década, portanto, não contribuiu apropriadamente para a obtenção de renda, ainda que a Rússia tivesse se mantido como uma das grandes exportadoras mundiais de petróleo e gás apesar da crise de 1998. Um ponto de virada na indústria de petróleo veio nos anos seguintes à crise. Com o aumento dos preços do petróleo, as empresas lucraram fortemente e o governo se beneficiou com receitas fiscais em faixas de bilhões de dólares. Nos anos 2000, grande parte das privatizações foram revertidas numa iniciativa de nacionalização parcial de indústrias estratégicas promovida pelo governo Putin, que será analisado no próximo capítulo.

3.2.3 As perspectivas da indústria de petróleo e gás da Rússia no mercado mundial

Em conclusão do exposto nas seções passadas, a análise dos acontecimentos nos setores de petróleo e gás do país mostram um amplo espectro de fatores que moldam o desenvolvimento dessas indústrias. Essas fontes são commodities imprescindíveis para a economia mundial. O petróleo tornou-se, no século XX, a principal fonte de consumo energético primário, e segue nesse posto atualmente. O gás natural, por sua vez, é uma das fontes com crescimento mais acelerado, levando em consideração as suas vantagens ambientais e econômicas, apontando já na década de 1990 para um futuro em que desempenhasse um papel ainda maior na pauta exportadora de energia da Rússia.

Por décadas, os recursos naturais e o complexo energético conduziram o desenvolvimento econômico da URSS e, agora, da Federação Russa. Os setores de petróleo e gás lideram o ramo energético do país, fazendo parte da base da economia nacional, ao mesmo tempo que tem um lugar significativo na projeção geopolítica do país. A contração econômica durante os anos 1990 impactou negativamente a demanda interna, gerando um excedente disponível para a exportação. Mas, a volatilidade dos preços do petróleo na década associada aos problemas econômicos e políticos no país dificultaram que a renda obtida fosse assertivamente canalizada para o seu progresso.

São as extensas reservas de gás natural, entretanto, que dão à Rússia o papel de uma das líderes mundiais de produção e exportação, mesmo que o petróleo ocupe o posto de combustível fóssil dominante. O gás russo também é fundamental no que diz respeito à integração do país ao comércio energético mundial, especialmente em relação à União Europeia. Além disso, é uma ferramenta significativa de política externa, em que a Rússia se apresenta enquanto uma exportadora historicamente confiável para as potências europeias, suas

principais parceiras comerciais. Em retrospecto, a dependência europeia do gás russo foi construída durante várias décadas e intensificada na década de 1970, como descrito no primeiro capítulo desta dissertação. Importantes gasodutos foram construídos, a despeito de protestos e tentativas de paralisações apoiadas por parte dos Estados Unidos.

Considerando o estado avançado das relações energéticas entre a Rússia e os países europeus e a interdependência por ela instituída durante vários anos, quando a União Soviética se desintegrou em 1991, as crises internacionais que vieram e as turbulências internas que a Rússia enfrentou não causaram grandes efeitos disruptivos nas relações comerciais com a Europa, visto que o setor de gás natural evitou muitos dos percalços do de petróleo, e continuou-se a construir novas linhas de transmissão para abastecer o continente do gás russo. A queda na produção e do consumo interno de petróleo e gás principalmente entre 1990-1995 estava mais relacionada com os problemas internos que o país enfrentava do que a sua capacidade de produção. A contração na economia e as consequências da transição afetaram mais expressivamente o lado do consumo do que o da produção, tendo em vista os vastos recursos naturais do país.

Em conjunto das mudanças do período já analisadas, outras também ocorreram no mercado europeu, que foi marcado pelo aumento da demanda por gás natural. Isso proporcionou a consolidação da posição da Gazprom enquanto a principal fornecedora do gás para a Europa, mas com a intenção de expandir para os mercados da Ásia com o apoio do Estado. A estratégia de diversificação das relações com o espaço pós-soviético, China e Índia, características do final da década e mais expressivas a partir dos anos 2000, traduziram-se em parcerias estratégicas que envolveram o setor energético, embora tenham virado mais expressivas ainda nesta década.

Os impactos negativos da queda do bloco comunista na Europa não se restringiram apenas à Rússia. A dissolução do COMECON e as reestruturações das economias desses países provocaram a queda dos seus níveis de produção, que envolveu uma redução acentuada na atividade econômica e o aumento dos preços relativos de energia e, conseqüentemente, problemas de pagamento por parte de empresas e ex-repúblicas. A competição a nível estatal no período da década de 1990 no espaço pós-soviético foi tal que com a queda da URSS, países como o Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão lançaram iniciativas próprias de produção voltada à exportação e um certo nível de competição com a Rússia em mercados regionais, levando em consideração que as reservas da Rússia de petróleo no mar Cáspio, em particular, são menores que as deles.

A formação de parcerias estratégicas no setor energético durante a década também foi de importância para a Rússia num contexto de foco pro eixo eurasiático e o seu papel de protagonismo na região, embora isso tenha ganhado maior forma nas décadas seguintes na presidência Putin. As relações com a China, uma potência com uso intensivo de energia e dependência de fornecedores externos, são importantes para a Rússia no que se refere à diversificação de parceiros comerciais para além dos europeus, assim como os impactos políticos de um estreitamento do relacionamento entre os dois países em favor a um mundo multipolar.

A tendência aos finais da década foi a nacionalização do setor energético, e a Rússia acompanhou essa trajetória. A partir de 1998, os preços internacionais de petróleo aumentaram, um fato que viria em grande benefício à economia russa. Desde o mesmo ano, a indústria de petróleo russa experienciou um grande salto depois de anos de dificuldades ocasionadas pelas mudanças estruturais internas e as condições adversas no cenário exterior. O preço do petróleo aumentou cerca de 300% entre 1998 e 2001 (Hill; Fee, 2002), dando um impulso significativo na renda do país mesmo que sem investimentos e aumentos expressivos da produção, enquanto o gás natural ganhou protagonismo na pauta de exportações e projeção geopolítica da Rússia.

4 O SÉCULO XXI E A RÚSSIA DE VLADIMIR PUTIN: OS RECURSOS ENERGÉTICOS NO CENTRO DA REINSERÇÃO GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA NO SISTEMA INTERNACIONAL

Passada uma década de transformações significativas na Rússia e no Sistema Internacional com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, na entrada de Vladimir Putin na presidência foi dada uma guinada na forma de condução do país. O Estado passou a exercer um papel cada vez mais assertivo na indústria de petróleo e gás, pois esses recursos naturais desempenham um papel central na sua pauta exportadora e reinserção geopolítica no cenário exterior.

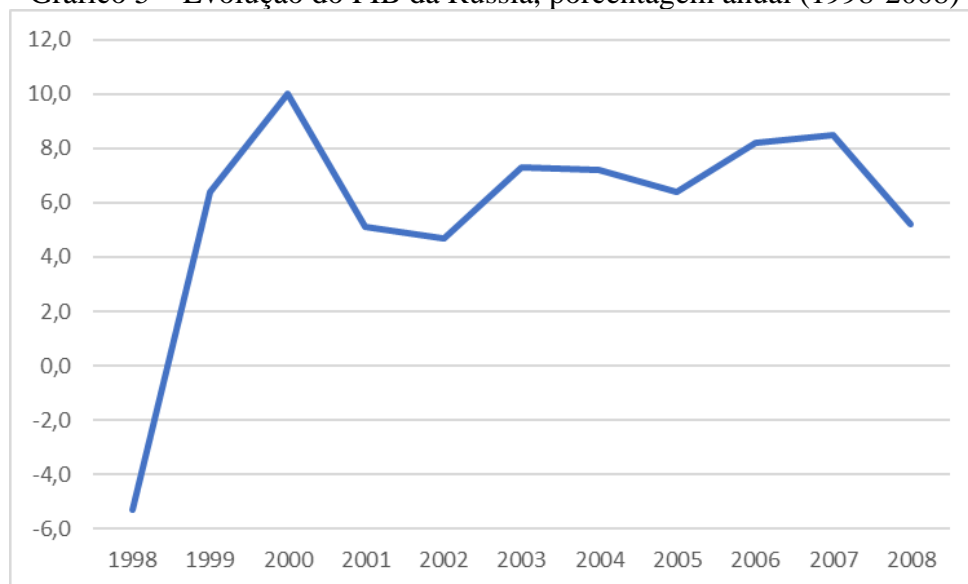
Este capítulo aborda a trajetória russa no século XXI, passando primeiramente pelos meados da sua primeira década, marcada pelo contínuo crescimento econômico e a implementação de reformas centralizadoras, conferindo-lhe estabilidade econômica e política e, no âmbito externo, a retomada da sua posição de protagonismo. Será vista a evolução da sua política externa, que progressivamente priorizou o fortalecimento das relações com o espaço pós-soviético e países asiáticos em meio aos crescentes antagonismos com os Estados Unidos. Aborda ainda o governo de Dimitri Medvedev, marcado pela Guerra na Geórgia, crise financeira mundial de 2008 e a tentativa de redução das tensões das relações com os Estados Unidos durante a administração de Barack Obama. Depois, a volta de Putin à presidência russa, com os principais desafios econômicos e políticos enfrentados, os quais incluem o aumento das tensões entre a Rússia e o Ocidente, o conflito na Ucrânia e as sanções internacionais dadas como resposta. Finalmente, será analisada a mudança do padrão de comércio de petróleo e gás impulsionada pela incursão do país ao território ucraniano.

4.1 OS PRIMEIROS TERMOS DE VLADIMIR PUTIN (2000-2008): OS RECURSOS ENERGÉTICOS E AS REFORMAS ESTATAIS

Putin chegou à presidência com a renúncia de Boris Yeltsin no final de 1999, e foi formalmente eleito em março de 2000. Foi notadamente a partir do seu governo que a Rússia começou a sua recuperação geopolítica a partir de uma postura distinta do período anterior. De acordo com Medeiros (2011), a primeira década da Rússia no século XXI pode ser entendida como a da realização do projeto de reconstrução de caráter nacionalista do Estado russo apoiado em um padrão de acumulação através da expansão e internacionalização das empresas do setor energético e na exportação de recursos naturais. Eles foram retirados de uma estrutura

patrimonial compatível com a lógica de mercado predominante na década anterior, e colocados sob o controle do Estado, sendo instrumentos fundamentais na recuperação da Rússia no início dos anos 2000 e a retomada da sua proeminência no cenário exterior. Com essas reformas centralizadoras na economia e política do país, pode-se aproveitar de um cenário externo favorável, marcado pelo aumento dos preços do petróleo desde 1998, quando o barril de petróleo cru passou de, em preços correntes, US\$ 12,72 neste ano para US\$ 97,26 em 2008 (BP, 2022) propiciando a retomada do crescimento econômico do país até a crise financeira global (gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (1998-2008)



Fonte: World Bank (2022)

A recuperação da capacidade de atuação do Estado foi uma prioridade nos primeiros anos do governo Putin, e a manutenção de um Estado forte é uma marca da sua trajetória enquanto presidente. As bases do sistema que consolidou e persistem até os dias de hoje, como Pomeranz (2018, p. 237) coloca, são apoiadas na:

- i.* A centralização do poder, através de alterações na estrutura e modo de funcionamento do sistema político representativo, assim como na regulamentação das atividades da sociedade civil e dos meios de comunicação, configurando a chamada ‘democracia administrada’;
- ii.* As delimitações do poder oligárquico dos grandes grupos econômicos e a institucionalização de reformas na estrutura e funcionamento do sistema econômico;
- iii.* A institucionalização do nacionalismo como base ideológica do sistema, resultante da adoção de uma política externa na qual o foco recai sobre a defesa dos interesses nacionais russos no concerto internacional. E representado pela adoção de três símbolos nacionais, que expressam a trajetória da nação, pelos diversos sistemas que adotou ao longo de sua história.

Nessa linha, promoveu uma reforma da estrutura governamental, com a redução de cargos e ministérios, e da estrutura administrativa do território russo herdada do período soviético e o regionalismo que contribuiu para o enfraquecimento do poder central do país foram revistos. Em maio de 2000, Putin dividiu a Rússia em 7 distritos federais, que espelham os distritos militares: o Distrito Federal Central, do Sul, do Noroeste, do Extremo Oriente, Siberiano, dos Urais e do Volga¹⁸ (Pomeranz, 2018). O setor de mídia do país foi colocado no controle de empresas estatais que operam canais de televisão e impressos, restringindo as atividades de meios de comunicação independentes, especialmente aqueles críticos ao governo.

No setor econômico, o legado da transição para o capitalismo no país na década de 1990, como visto no capítulo passado, incluiu a redução da atividade econômica, do poder de compra da população e a formação de uma classe de empresários, conhecida como os oligarcas, que acumularam riqueza durante as privatizações. Eles centralizaram em si ativos que antes eram do Estado em setores estratégicos, como o energético, e enviaram uma parcela significativa da riqueza obtida para fora do país. A produção de petróleo era pouco lucrativa, muito pela queda da demanda interna associada à redução da atividade industrial e do consumo de petróleo pelo setor militar. Os problemas econômicos do país culminaram na crise da dívida de 1998, já vista anteriormente. Mas, a desvalorização do rublo e o aumento dos preços do petróleo entre 1999 e 2000 impulsionou o crescimento econômico numa taxa média anual de 7% entre 2001 e 2007, acompanhado da redução da dívida externa e saldos positivos nas transações correntes, possibilitando o pagamento de uma parte da sua dívida externa herdada da URSS, além do aumento dos salários reais, do emprego e dos gastos do governo (Medeiros, 2011).

O governo da Rússia tomou passos para limitar a dependência da renda da exportação de recursos naturais, que compõem uma parcela significativa do seu PIB, e a sua vulnerabilidade às oscilações dos preços internacionais de energia para conferir estabilidade econômica ao país frente a mudanças no cenário geopolítico. Esses incluíram a criação do Fundo de Estabilização em 2004 como parte do orçamento federal em caso da redução dos preços do petróleo. Também, deu apoio a indústrias e realizou investimentos em novos projetos de infraestrutura. A melhora nos indicadores econômicos, por sua vez, melhorou a popularidade de Putin no país. Entretanto, o atraso tecnológico enfrentado pela indústria russa desde a década de 1990 colocou ainda mais peso nas exportações de petróleo e gás, enquanto importa

¹⁸ Em 2010, houve uma nova divisão, com a criação do Distrito Federal do Cáucaso Norte.

maquinários e equipamentos de seus principais parceiros comerciais, notadamente a Europa (Medeiros, 2011).

Também, o aumento da capacidade de arrecadação por meio da alteração do sistema de impostos, que a partir de 2004 inclui tarifas sobre a extração e exportação, viabilizou a recuperação da indústria de petróleo. Com a maior entrada de receitas, as empresas puderam aumentar seus lucros mesmo sem necessariamente aumentar a sua produção em um primeiro momento. Mesmo assim, todos esses fatores contribuíram para o aumento da produção ao prover capital internamente para melhorar a sua eficiência sem necessariamente precisar de investimentos externos e, conseqüentemente, deram incentivo para que os produtores continuassem a gerir melhor os seus ativos. Dessa forma, a produção de petróleo cresceu de 6,5 milhões barris por dia em 2000 para 9,9 milhões em 2008 (Statista, 2023). No que diz respeito às exportações, aproveitou-se não só do aumento dos preços de petróleo, mas também do momento de apreensão com a questão da segurança energética e a instabilidade no Oriente Médio, o que propiciou o aumento do consumo do petróleo e gás vindo da Rússia por parte da Europa (Hill, 2004).

A posição de Putin a respeito do setor energético foi apresentada em um artigo publicado pouco antes de assumir o posto de primeiro-ministro da Rússia. Nele, diz que “sustainable development in the near term must be based on systematic growth in her developed sectors, and, most of all, on her mineral resource potential” (Putin, 2006). A posição privilegiada da Rússia que dispõe em seu território amplas reservas de petróleo e gás, dessa forma, é fundamental na geopolítica de energia de Putin porque a sua política energética é pautada no uso deles a favor dos interesses nacionais. Ou seja, no âmbito interno, representam a base da modernização do complexo militar-industrial do país e promovem o crescimento econômico e a estabilidade social.

É por meio da internacionalização de estatais de grande porte do setor energético que se promove os interesses do Estado, estabelecendo novas formas de relacionamento com empresas estrangeiras. Elas auxiliam na integração da Rússia à economia mundial e a restabelecer o seu status de potência. Portanto, era imperativo que as empresas desse setor fossem novamente verticalmente integradas, para assim poderem competir com as grandes empresas ocidentais. Faz parte da ideia das “campeãs nacionais”: empresas que colocam os interesses geopolíticos do Estado acima da obtenção de lucro. Investimentos externos seriam bem-vindos, mas desde que tanto no caso do capital privado internacional quanto o nacional a Rússia detivesse o controle operacional, coordenando as suas atividades (Goldman, 2008).

Consequentemente, a estrutura patrimonial de empresas de produção e exportação no setor de petróleo e gás implementada nas privatizações foi amplamente revista e parcialmente nacionalizada. Instaurou-se um processo nos anos seguintes de remoção de certas figuras oligárquicas do setor e a transferência de ativos para o Estado garantindo a sua participação efetiva.

Um dos casos mais emblemáticos foi a petrolífera Yukos. A prisão de Mikhail Khodorkovsky, até então no controle da empresa e um dos homens mais ricos da Rússia em outubro de 2003 sob a acusação de extorsão, fraude, desvio de fundos e evasão fiscal e o subsequente confisco de bens, serviu o Estado russo ao aumentar a sua parcela de ativos no setor petrolífero e impediu a venda de uma porção significativa de seus ativos para empresas estrangeiras como a ExxonMobil e Chevron. Pela forma que o processo se deu, é natural que haja acusações de que as expropriações foram orquestradas por Moscou. Khodorkovsky, preso, saiu da cena política e econômica do país. A Yukos, em estado de falência com o escândalo e disputas judiciais, foi desmembrada e os seus ativos, vendidos para empresas de fachada da estatal Rosneft a baixos preços em 2007. A Sibneft teve um destino semelhante, em que Boris Berezovsky havia vendido seus ativos para Roman Abramovich que, por sua vez, rejeitou a ideia de vendê-la para para empresas estrangeiras em favor da venda de 72% das suas ações para a Gazprom, conferindo-a uma grande porção de ativos no setor de petróleo (Goldman, 2008).

A renda das exportações de petróleo permitiu que a Rússia pagasse uma parte substancial da sua dívida externa e contribuísse para a melhora dos seus indicadores econômicos, como já mencionado. Já o gás natural, as vastas reservas no território russo e o controle estatal da infraestrutura de gasodutos que o leva para a Europa Ocidental dá ao país o status de superpotência energética com um restaurado poder geopolítico. Por ter uma menor flexibilidade na logística de distribuição quando comparado ao petróleo, o que torna mais fácil a diversificação de consumidores no curto prazo, e ser mais barato que o gás natural liquefeito (GNL), o produtor e consumidor tornam-se atados por contratos comerciais de longo prazo, principalmente aqueles com quem tem maior proximidade geográfica.

Por isso, em maio de 2001, Putin substituiu, por meio das ações do Estado, o comando da Gazprom. Para consolidar a sua posição enquanto uma gigante do setor energético no mercado europeu, colocou em seus lugares figuras de sua confiança como Alexei Miller e Dmitri Medvedev, sendo o último apontado em 2007 como o seu sucessor à presidência do país. Eles trabalharam na recuperação de ativos e na expansão da atuação da empresa em outros países com a compra de centros de distribuição de gás locais, adquirindo a participação em

gasodutos domésticos e de trânsito, e na venda direta para consumidores. Isso foi feito em países da antiga esfera de influência soviética como Belarus, Bulgária, Hungria, Ucrânia, Países Bálticos e a Polônia, e também na Europa Ocidental, em especial na Alemanha, Áustria, França, Itália e Reino Unido (Goldman, 2008).

Levando em consideração os fatores expostos acima, não se interpreta como um período de crescimento exclusivamente atribuído ao aumento dos preços do petróleo, e sim sobre a associação deste elemento com reformas estruturais que possibilitaram o uso da sua receita para a recuperação econômica russa experienciada, além de possibilitar a reorganização e o aumento do orçamento do complexo militar-industrial do país. Isso impactou a posição política da Rússia no Sistema Internacional na medida que deu maior oportunidade para os russos afirmarem os seus interesses de forma mais assertiva.

No cenário exterior, a reformulação da política externa da Rússia no início dos anos 2000 foi acarretada pelos seguintes fatores: a recuperação econômica, com taxas de crescimento constantes aliadas à melhora de outros indicadores; e a intensificação das atividades terroristas tanto no Cáucaso quanto no resto do mundo. A escalada da violência na Chechênia e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contribuíram para um sentimento de vulnerabilidade generalizado na população russa. Putin concorreu à presidência com a plataforma de erradicar o extremismo e restabelecer um Estado forte e, na medida que redefiniu os interesses nacionais em torno desses objetivos, teve um ganho de popularidade. Com uma política externa baseada no pragmatismo, definiu o terrorismo global como ameaça à segurança do país, apoiando os Estados Unidos no Afeganistão e, em troca, recebeu o apoio estadunidense às suas políticas em relação à Chechênia (Tsygankov, 2018).

Mas pouco depois, a pauta de estreitamento dos laços com o Ocidente foi substituída por uma reafirmação mais assertiva dos interesses russos no exterior e a defesa de um Sistema Internacional multipolar, desafiando a supremacia militar e econômica estadunidense vigente desde o fim da Guerra Fria. Em 15 de junho de 2001, formou com a China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão a Organização para Cooperação de Xangai (OCX; The Shanghai Cooperation Organisation, SCO em inglês). A organização tem como objetivos:

- to strengthen mutual trust, friendship and good-neighborliness between the Member States;
- to encourage the effective cooperation between the Member States in such spheres as politics, trade, economy, science and technology, culture, education, energy, transport, tourism, environmental protection, etc;
- to jointly ensure and maintain peace, security and stability in the region; and

- to promote a new democratic, fair and rational international political and economic international order (SCO, 2017).

Desde então, ela instituiu relações com organizações regionais e internacionais como a ONU, União Europeia, Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e a CEI.

Então, em uma antes aparente continuidade da política de cooperação com o Ocidente do período Yeltsin, logo as divergências surgiram. A Rússia apoiou os EUA no Afeganistão, mas não fez o mesmo na intervenção no Iraque. Apesar da oposição a uma ação militar por parte da Alemanha, França e Rússia, potências com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos invadiram o país em março de 2003. A esperança de que essa oposição combinada pudesse representar uma maior colaboração no cenário exterior, foi, na verdade, prevalecida novamente pela unipolaridade estadunidense.

Também, a OTAN teve novos movimentos expansivos nos anos 2000. Ainda que com a oposição da Rússia, em 2004 a Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia aderiram à aliança. Além disso, ocorreram as Revoluções Coloridas, que foram manifestações de caráter político ocorridas com o apoio moral e financeiro dos Estados Unidos para a derrubada de governos pró-Rússia e a entrada de novos pró-ocidentais para conter a influência russa no espaço pós-soviético e integrar esses países à OTAN e União Europeia. A primeira foi a Revolução Rosa na Geórgia em 2003, que envolveu a queda de Eduard Shevardnadze. Ela desencadeou outras. Na Ucrânia, ocorreu em 2005 a Revolução Laranja após as eleições presidenciais de 2004, com a anulação do resultado que elegeu o presidente Viktor Yanukovich, colocando no lugar Viktor Yushchenko. A Revolução das Tulipas, por fim, se deu no Quirguistão em 2005 após a eleição parlamentar no país.

A oposição da Rússia a essa ordem imposta pelos Estados Unidos e a postura agressiva desse país e os seus aliados ocidentais nesses acontecimentos ficou clara no seu discurso na Conferência de Segurança de Munique em 2007, que representou um marco na política externa da era Putin. Foi nele que colocou explicitamente o que seria a orientação política do país nos anos seguintes: a contestação aberta ao avanço da OTAN e da ordem unipolar dos Estados Unidos, expondo as contradições pelas quais esse país opera no Sistema Internacional. Destacam-se os trechos abaixo:

I consider that the unipolar model is not only unacceptable but also impossible in today's world. And this is not only because if there was individual leadership in today's – and precisely in today's – world, then the military, political and economic resources would not suffice. What is even more important is that the model itself is flawed because at its basis there is and can be no moral foundations for modern civilisation. [...] Today we are witnessing an almost uncontained hyper use of force – military force – in international relations, force that is plunging the world into an abyss

of permanent conflicts. [...] One state and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations. [...] I think it is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernisation of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended? And what happened to the assurances our western partners made after the dissolution of the Warsaw Pact? Where are those declarations today? No one even remembers them. But I will allow myself to remind this audience what was said. I would like to quote the speech of NATO General Secretary Mr Woerner in Brussels on 17 May 1990. He said at the time that: “the fact that we are ready not to place a NATO army outside of German territory gives the Soviet Union a firm security guarantee”. Where are these guarantees? (Putin, 2007).

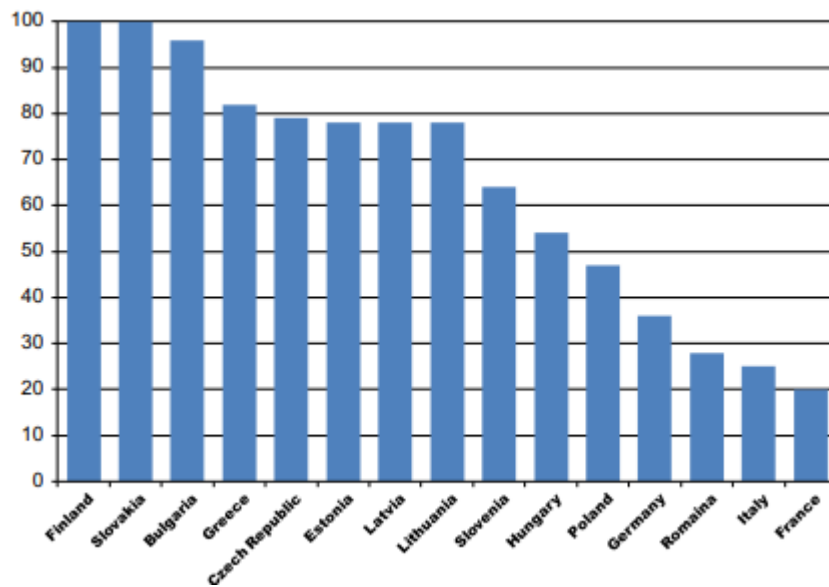
Assumindo o pressuposto de um ambiente externo hostil, a recuperação da posição geopolítica russa tem sido uma prioridade desde a entrada de Putin na presidência. Progressivamente voltou-se para regiões estratégicas, principalmente o espaço pós-soviético e a reconstrução de uma área de segurança, levando em consideração as contínuas iniciativas de enfraquecimento geopolítico por parte dos Estados Unidos desde a década de 1990 (Mazat; Serrano, 2012).

Como mencionado, a Gazprom está no centro da estratégia de Putin no setor energético. A Rússia herdou a maior parte dos contratos de fornecimento e a infraestrutura de gás natural da antiga União Soviética. Embora existam três grandes empresas no mercado, Gazprom, Novatek e Rosneft, a primeira é a maior e a única permitida por lei a exportar o gás para fora do país, além de possuir controle majoritário sobre as linhas que abastecem o continente europeu, embora a Novatek seja líder na produção de gás natural liquefeito. Então, além de dispor de um renovado complexo militar-industrial, usa os seus recursos econômicos - principalmente os energéticos - para promover uma associação mais estreita com o seu entorno regional e integrar-se à economia mundial. Muito disso foi feito através da proliferação de canais de transmissão de gás natural na Europa e na Ásia Central, por meio desta estatal.

A política externa russa em relação à União Europeia é praticada em diferentes faces. Se por um lado, os europeus estão em alinhamento automático aos Estados Unidos e aos seus valores democráticos, a Rússia adota a estratégia de fortalecimento das relações bilaterais com países como a Alemanha, França e a Itália. A manutenção das boas relações se dá predominantemente na esfera econômica, por ser um importante mercado para as exportações russas, especialmente de petróleo e gás. A dependência europeia do fornecimento desses recursos que estão no centro da estratégia russa, fez necessário que as suas políticas assertivas não deteriorassem significativamente este relacionamento (Mankoff, 2009).

A integração territorial da Rússia com o continente europeu no setor energético foi formada desde o período da Guerra Fria, com a construção de importantes canais de transmissão primeiramente da URSS para países do bloco socialista e depois, para abastecer a Europa. A produção interna concentra-se em maior nível na Holanda, Noruega e no Reino Unido, mas o abastecimento vem majoritariamente da Rússia, desempenhando um papel decisivo no setor energético como a maior exportadora de petróleo e gás para a União Europeia. A importância do gás russo para a Europa nos anos 2000 é atribuída a fatores que vão além de seus baixos preços. Trata-se da diversificação de parceiros para opções fora do Oriente Médio e de fontes energéticas, reduzindo o uso de carvão e petróleo. A maior parte dos recursos energéticos consumidos são oriundos de produtores de fora do bloco, como a própria Rússia, a Noruega e Nigéria, que corresponderam, respectivamente a 39,95%, 23,06% e 17,31% das importações de gás natural da União Europeia em 2006 (Eurostat, 2006 *apud* Kefferpütz, 2009). Um efeito do alargamento da União Europeia, com a inclusão de países da Europa Central e do Leste, vale mencionar, foi aumentar a parcela das exportações vindas dos russos para o bloco. O grau de dependência, entretanto, varia entre os Estados membros (gráfico 6).

Gráfico 6 – Dependência dos países europeus do fornecimento do gás russo (porcentagem do total de importação de gás), 2006.



Fonte: Eurostat (2007 *apud* Harsem; Claes, 2013).

Como a exportação de gás natural é um componente fundamental da sua inserção externa e do seu poder geopolítico, é imperativo para a Rússia se colocar como uma exportadora confiável. Embora tenha se beneficiado dos conflitos no Oriente Médio para reforçar essa posição estabelecida desde a Guerra Fria, isso foi colocado em teste em casos de interrupção

do fluxo de gás para outros países. Um importante exemplo de disputas é o da Ucrânia em 2006: o país sob a presidência do já mencionado Viktor Yushchenko estava sinalizando uma aproximação com o Ocidente desde a sua posse no ano anterior. Em seguida, a posição russa foi a exigência que os ucranianos pagassem o preço praticado no mercado internacional a partir de 1 de janeiro de 2006, significativamente mais alto do que pagavam. As tensões continuaram e os dois países não chegaram a um consenso e, ao mesmo tempo, a Ucrânia desviou uma parte do gás destinado à Europa, impactando temporariamente o abastecimento do continente. Similarmente, em janeiro de 2007 a Rússia exigiu que Belarus pagasse maiores preços pelo gás. O acirramento da questão afetou o transporte de petróleo por meio do oleoduto Druzhba que atravessa o país para os europeus, quando a estatal russa Transneft interrompeu temporariamente os seus fluxos pela acusação de desvio (Goldman, 2008).

Os Estados Unidos historicamente opõem-se ao fortalecimento dos laços energéticos entre a Rússia e a Europa, procurando minar os russos por meio da construção de redes de transmissão alternativas das com origem na Rússia. Como parte dessa estratégia de controle das rotas comerciais, apoiaram em conjunto com alguns países da União Europeia a construção de uma série de novas rotas. As mais notáveis são o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), levando petróleo do Azerbaijão para a Turquia, e o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE, também conhecido como South Caucasus Pipeline), levando o gás do Azerbaijão para o Ocidente (mapa 6). Os projetos foram idealizados na década de 1990 e comissionados em 2006. Enquanto o Ocidente deu suporte aos projetos para impedir que a Rússia monopolizasse as rotas de oleodutos e gasodutos e exercesse influência política no Azerbaijão, Cazaquistão e Geórgia, e a Europa não fosse tão dependente dos russos, a Rússia opôs-se à construção dos mesmos, pela diminuição da sua influência na região.

Mapa 6 – Os oleodutos Baku-Tbilisi-Ceyhan e Baku-Supsa, e os gasodutos Baku-Tbilisi-Erzurum e Baku-Novorossiysk.



Fonte: Soares (2008).

Diante desse cenário, no que diz respeito à segurança energética e a geopolítica da região, observa-se que a Rússia e a Europa adotaram posições distintas, ainda que estivessem em uma condição de interdependência. Os europeus buscaram diversificar o seu suprimento para diminuir a sua dependência da Rússia e a sua vulnerabilidade aos impactos de cortes. Isso seria acompanhado do uso de fontes energéticas mais limpas, mas esse tópico só ganhou maior proeminência nos fóruns internacionais anos mais tarde, especialmente com a guerra em andamento na Ucrânia. Por outro lado, a Rússia buscou diminuir a sua dependência de países-trânsito, principalmente a Ucrânia, e promoveu a sua diversificação de mercados e da estrutura de transporte na Ásia Central.

Ao final do seu segundo mandato em 2007, Putin deveria apontar um sucessor para a condução do país por na Rússia não ser permitido pela constituição que um presidente cumpra um terceiro mandato. O escolhido foi Dmitri Medvedev que, como visto, atuou na Gazprom em um cargo de liderança, e já era um aliado do atual presidente desde os anos na prefeitura de São Petersburgo. O seu governo será analisado a seguir.

4.2 DMITRI MEDVEDEV (2008-2012): A GUERRA DA GEÓRGIA, RECESSÃO FINANCEIRA MUNDIAL E O “RESET” NAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Dmitri Medvedev foi eleito para o cargo em março de 2008 e, a partir de maio do mesmo ano, começou o que seria o seu único mandato. Ainda que tenha introduzido uma ideia de modernização do país e as relações com o Ocidente tenham sido menos contenciosas que no período anterior, como será visto nesta seção, esse termo foi marcado pela continuidade das políticas de Putin, visto que os dois presidentes procuraram fortalecer a presença internacional da Rússia, limitar o alargamento da OTAN e da influência estadunidense em regiões estratégicas (Pacer, 2016).

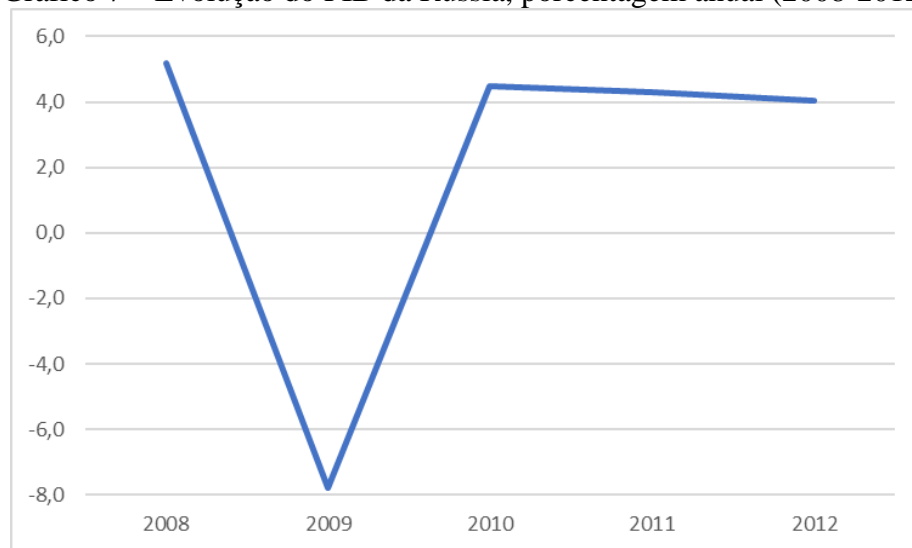
As tensões da Rússia com o Ocidente ganharam um novo episódio com a Guerra da Geórgia entre 7 e 12 de agosto do mesmo ano. Mais do que um conflito separatista, a intervenção russa nesse país sinalizou claramente que o avanço da OTAN ao leste não seria mais tolerado (Fiori, 2020). Também, Geórgia é um país trânsito de petróleo e gás no Cáucaso, um importante fator que se deve mencionar a respeito das posturas distintas do Ocidente e da Rússia e os seus interesses estratégicos na região.

A despeito das colocações sobre o tema que o então presidente Putin fez no seu discurso em Munique em 2007 e em outras posteriores ocasiões, os Estados Unidos intensificaram a sua campanha para a inclusão da Geórgia e da Ucrânia na OTAN. Na conferência de Bucareste realizada em abril de 2008, foi emitida uma declaração de apoio às aspirações desses dois países a se juntarem à aliança (OTAN, 2008), mas naquele momento não ainda foram convidados para o Membership Action Plan pela divergência de países como a Alemanha e a França, que se preocupavam com a reação da Rússia nessa questão. O presidente georgiano Mikheil Saakashvili almejava a adesão do país à aliança, e havia resolvido incorporar as regiões separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul. A Rússia terminou por consolidar a sua presença militar no sul do Cáucaso, derrotando a Geórgia e reconhecendo a independência das duas repúblicas.

No ano seguinte, a política externa russa adotou, gradualmente, um tom menos assertivo que os dos dois primeiros mandatos de Putin e a Guerra da Geórgia, embora não de caráter pró-ocidental como na década de 1990. Os fatores condicionantes disso foram, segundo Tsygankov (2019), a recessão financeira global, as mudanças nas relações com os Estados Unidos e as revoluções no Oriente Médio.

A crise financeira colocou um fim a um período de crescimento econômico contínuo desde 1999, expondo as limitações da economia russa, amplamente dependente das exportações de energia e vulnerável à oscilação dos preços internacionais do petróleo. O mercado ocidental já havia reagido negativamente à postura da Rússia na Geórgia, marcando a saída de capital estrangeiro, que foi intensificada com a crise. As reservas internacionais caíram US\$ 112,8 bilhões entre agosto e outubro de 2008, assim como o fundo de reserva, e as ações da petrolífera Rosneft perderam 5,2% do seu valor (Pomeranz, 2009). A queda dos preços de petróleo entre 2008 e 2009, quando o barril de petróleo foi de US\$ 116,91 para US\$ 94,35 agravou a sua capacidade de arrecadação, enquanto o aumento subsequente a partir de 2010 até 2012, quando saltou para US\$ 125,88 (BP, 2022) veio a seu benefício, evidenciando mais uma vez os impactos da oscilação dos preços na economia (gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução do PIB da Rússia, porcentagem anual (2008-2012)



Fonte: World Bank (2022).

Por isso, uma das iniciativas do governo Medvedev foi a modernização da economia doméstica. A recuperação da capacidade russa de competição a nível mundial, de acordo com a sua visão, seria feita através da modernização tecnológica, dos sistemas econômico e político, e o fortalecimento do sistema judiciário para o combate à corrupção. Seriam feitas também alianças estratégicas tanto com potências ocidentais quanto não ocidentais, em busca de maiores oportunidades no setor econômico e da promoção global dos seus interesses (Tsygankov, 2019).

Com a chegada de Barack Obama à presidência dos EUA em 2009, veio uma tentativa de melhora nas relações bilaterais entre esses países quando comparado ao desgaste com as tensões nos anos anteriores. Como colocado pelo novo presidente, eles engajariam com os russos em interesses em comum, facilitando a comunicação entre líderes de negócios

americanos e russos, organizações de sociedade civil e estudantes (United States, 2010). Eles assinaram o Novo START em 8 de abril de 2010, que entrou em vigor em fevereiro do ano seguinte. Medvedev permitiu a passagem aérea e terrestre de tropas e suprimentos para o Afeganistão e apoiou as sanções ao Irã na resolução da ONU. A petrolífera Rosneft concluiu um acordo com a ExxonMobil para a exploração de petróleo no Ártico. A expansão da OTAN foi interrompida, e Obama abandonou o projeto de mísseis de defesa na Polônia e na República Tcheca da era Bush.

Mas a cooperação foi limitada pelas divergências que continuaram entre os dois países em múltiplas questões, como o direcionamento do projeto nuclear do Irã, e o desenvolvimento de escudos antimísseis da OTAN na Europa e a influência russa no espaço pós-soviético, com Obama insistindo na manutenção na política de apoio a países almejando a adesão à aliança (Kramer, 2010). Outro fator preocupante para os russos eram os conflitos no Oriente Médio, que poderiam ter consequências desestabilizadoras na região e contribuir para a escalada da violência, incluindo dentro do seu próprio território. Tendo em vista que a população russa possuía naquele momento cerca de 15% de muçulmanos e 8 das 21 repúblicas autônomas do país adotaram o islã como a sua religião oficial (Lévesque, 2008), temia-se a polarização entre a maioria étnica e os muçulmanos residentes no país e um consequente abalo à estrutura política vigente. Por isso, as críticas à atuação dos Estados Unidos na Líbia e na Síria também evidenciaram as divisões entre os dois países.

Diante do cenário do declínio da hegemonia estadunidense revelada pelos efeitos da crise financeira, e a atuação da Rússia na Geórgia que mostrou que o monopólio do uso da força não se restringia mais aos Estados Unidos, as prioridades da Rússia se voltaram para o fortalecimento do engajamento político e econômico com o Sul Global em fóruns multilaterais. Em junho de 2009, houve a primeira reunião oficial do grupo BRIC com o Brasil, Rússia, Índia e China que, em 2011 com a adesão da África do Sul, virou BRICS. Com a China, a participação nesses fóruns convergiu cada vez mais os interesses comerciais e de segurança regional dos dois países. No setor energético, a proporção de petróleo cru importado que a China importou da Rússia saltou de 6,5% em 2008 para 9% em 2012 (Gao; Liang, 2018).

Em relação ao setor energético, em 2009, ocorreu novamente uma interrupção das transmissões de gás em decorrência de disputas contratuais e de preços entre a Rússia e a Ucrânia. A Gazprom se recusou a assinar um novo acordo com a estatal ucraniana Naftogaz até que pagassem as dívidas acumuladas. O corte durou por 20 dias, afetando diversas regiões da Europa. As disputas de 2006 e 2009 prejudicaram a reputação da Gazprom e intensificaram o debate sobre segurança energética na Rússia e na União Europeia. Para a Rússia, no lado do

fornecimento em garantir consumidores de grandes volumes a longo prazo. Também, em decorrência da sua exposição pela necessidade de atravessar esses países-trânsito para exportar o gás para a Europa, aumentou o interesse na diversificação de rotas. Para a UE, sobre garantir o fornecimento estável a preços acessíveis e possivelmente em rotas alternativas, enquanto países como a Alemanha e a Itália fizeram acordos diretos com a Rússia (Paillard, 2010).

Nessa lógica, a construção do estrategicamente importante gasoduto Nord Stream foi proposto pela Gazprom para o abastecimento da União Europeia, transportando o gás diretamente da Rússia para a Alemanha através do Mar Báltico. Inaugurado em 2011 com a extensão de 1.2 mil km e a capacidade de transmitir 55 bcm/ano em duas linhas (Gazprom, s. n.), reforça os laços entre os dois atores, com agora um canal direto de gás natural entre a Rússia e os consumidores europeus, assegurando o papel da Rússia como a principal fornecedora de gás natural da Europa. Similarmente, o gasoduto South Stream, proposto em 2007 pela Gazprom em parceria com a italiana ENI teve o seu acordo de construção assinado em 2009, mas o projeto foi cancelado anos mais tarde. Ele levaria o gás russo também sem passar pelo território ucraniano, através do Mar Negro, com duas linhas se dividindo para a Itália e a Áustria. A importância política dos dois gasodutos na linha leste-oeste é atestada pelo ex-chanceler alemão Gerhard Schroeder ter assumido o comitê de acionistas Nord Stream AG. O ex-primeiro-ministro italiano Romano Prodi foi convidado para o mesmo cargo na South Stream AG, mas recusou. O South Stream foi um rival do gasoduto Nabucco (mapa 7), também cancelado, que partiria da Turquia para a Áustria, apoiado pela União Europeia e os Estados Unidos para a redução da dependência dos russos.

Mapa 7 – As rotas dos gasodutos Nord Stream, Nabucco e South Stream



As relações energéticas entre a Rússia e a União Europeia, portanto, se aprofundaram nesse período, aumentando a sua influência e dando continuidade à geopolítica de energia russa no continente. Por o gás ser preferível ao petróleo para os europeus por ser menos poluente, o seu transporte ser mais barato por meio dos gasodutos em vez dos navios-tanques do gás liquefeito, e a Rússia fornecer esse combustível a baixos preços, as trocas energéticas se intensificaram. Em 2011, as importações de gás russo pela UE vindas de países fora do bloco corresponderam a cerca de 30% do seu total (Statista, 2023).

Enquanto a Rússia buscou aumentar as exportações para a Ásia Central, os Estados Unidos apoiaram outros projetos, como a proposta do gasoduto Transcaspiano, que conectaria o Turcomenistão até a Turquia e outros países europeus. Em dezembro do mesmo ano, a Rússia finalmente assinou o protocolo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), tornando-se membro oficial da organização em agosto do ano seguinte, após longas negociações desde 1993. Uma das exigências para a entrada da Rússia era a equiparação dos preços de petróleo e gás do mercado interno com os praticados no mercado internacional.

Por fim, em meio a Putin anunciou a sua candidatura a presidente em setembro de 2011 com o apoio de Medvedev. Putin venceu as eleições, retornando ao posto em maio do ano seguinte.

4.3 O RETORNO DE PUTIN (2012 - PRESENTE): O AUMENTO DAS TENSÕES COM O OCIDENTE E A “VIRADA AO LESTE”

A volta de Vladimir Putin à presidência da Rússia ocorreu em 7 de maio de 2012 após a sua eleição em março do mesmo ano para um cargo de 6 anos. Por ter ocupado o posto de primeiro-ministro do país entre 2008 até 2012, a sua influência na política e economia do país não cessou mesmo quando não ocupou o cargo de presidente. Os seus novos termos presidenciais se dão em meio à retomada da assertividade na política externa quando comparado ao governo Medvedev, e as crescentes tensões entre o país e o Ocidente, principalmente no que diz respeito à atual crise na Ucrânia.

Dessa forma, essa seção aborda primeiramente em linhas gerais as transformações no Sistema Internacional decorrentes das crescentes tensões com o Ocidente e o avanço da cooperação estratégica com a Ásia, notadamente a China, como um rebalanceamento das correlações de poder entre as potências do sistema e uma busca pela multipolaridade. Por fim, será dedicada uma seção para o estudo da crise na Ucrânia, em andamento desde 2013, a partir de um ponto de vista da insegurança territorial da Rússia, as mudanças em andamento na ordem mundial e os seus impactos no mercado mundial de petróleo e gás.

4.3.1 As transformações no Sistema Internacional

O cenário exterior na volta de Putin à presidência estava em uma condição bastante distinta quando comparada a dos seus dois primeiros termos. Mudanças na distribuição de poder foram desencadeadas pelo crescimento econômico e político de potências não-ocidentais e, além disso, a falha dos Estados Unidos em completar as suas operações militares no Afeganistão e no Iraque, “estabilizar” o Oriente Médio em profundas agitações, impor o seu poder na Rússia e em uma China em ascensão evidenciaram o declínio da ordem unipolar por ele instituída na década de 1990. Os países se uniram em outras instituições como os BRICS e a Organização para Cooperação de Xangai, numa iniciativa de afirmar seus interesses em fóruns multilaterais. Como Tsygankov (2019, p. 299) coloca, “the idea of Western-style democracy, while still attractive, no longer commanded the same attention. China and the Asia-Pacific region were increasingly emerging as new centers of the world’s gravity”.

O maior fator que pauta a política externa russa e foi decisivo para a deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente é a questão da Ucrânia, vista na próxima seção. Depois do degelo proposto nas relações entre com os Estados Unidos e a redução das hostilidades no

governo Medvedev após a Guerra da Geórgia, a Rússia retomou o seu tom assertivo para a defesa de sua segurança e a consolidação do seu poder geopolítico no Sistema Internacional.

A cooperação com o Ocidente tornou-se cada vez menos possível, também, pelas divergências em como lidar com a instabilidade no Oriente Médio. A eclosão da guerra civil na Síria em março de 2011 provocou a destruição em larga escala da sua infraestrutura e uma crise migratória com um deslocamento significativo de refugiados para a Europa. Os EUA e a Rússia encontraram-se em lados opostos nessa situação. O seu envolvimento militar no país a partir de outubro de 2015 em defesa do governo de Bashar al-Assad no combate do Estado Islâmico foi uma nova sinalização da expansão das fronteiras da política externa russa para o Oriente Médio e reforçou a sua posição de defesa da soberania nacional e a luta contra o terrorismo na região. Ao fazê-lo de forma independente aos Estados Unidos, evidencia a sua posição enquanto uma potência nuclear que atua fora de suas fronteiras nacionais para a defesa ou punição de outros povos (Fiori, 2020).

Na Europa, o aumento da desigualdade econômica e a desilusão com a globalização, associadas à crise econômica e migratória decorrida do deslocamento em massa da população afetada pelos conflitos no Oriente Médio contribuíram para a percepção da instabilidade no continente por parte da Rússia. Num contexto global, marcou o retorno ao protecionismo e a ascensão de governos populistas, reduzindo a cooperação e aumentando as rivalidades entre Estados. Nessa conjuntura de crescente desconfiança, o Reino Unido votou pela saída da União Europeia em um referendo realizado em 23 de junho de 2016. Já a Rússia, optou mais uma vez pelo desenvolvimento de relações bilaterais com os países da UE, principalmente aqueles descontentes com os rumos do bloco ou com as políticas estadunidenses, notadamente a França e a Alemanha, e governos conservadores como o da Hungria (Tsygankov, 2018).

A escalada das tensões geopolíticas entre as grandes potências do sistema e o palco dos conflitos militares, dessa forma, estão localizados na Eurásia e no Oriente Médio. O envolvimento da Rússia se dá numa porção substancial deles, como a Guerra na Geórgia, a Guerra na Ucrânia e a sua campanha militar na Síria. Isso indica ter emergido como uma potência revisionista do status quo no seu entorno estratégico a ela imposto no pós-Guerra Fria, almejando recuperar a sua zona de segurança no espaço pós-soviético e proteger a sua integridade territorial (Lebelem; Villa, 2022).

Com o impacto das sanções econômicas em decorrência da anexação da Crimeia, Putin acelerou a política de “virada ao leste”, num cenário de maior convergência entre as potências não-ocidentais na oposição à hegemonia estadunidense e às suas intervenções militares. Em 1 de janeiro de 2015, foi fundada pela Rússia, Cazaquistão, Belarus e Quirguistão a União

Econômica Eurasiática (UEE). A organização é mais uma importante ferramenta de integração regional na Eurásia e, para a Rússia, de consolidação da sua posição de poder. A assinatura de uma declaração com a China em 8 de maio do mesmo ano concretizou a cooperação econômica com a iniciativa chinesa Belt and Road (BRI), implementando em conjunto projetos de infraestrutura e estímulo ao comércio. No ano seguinte, apresentou a ideia de uma “Grande Parceria Eurasiática”, que englobaria a UEE, China, Índia, Paquistão, Irã e países da CEI. Em 2017, incluiu a BRI na iniciativa, que então abrangeria junto com a UEE, OCX e a ASEAN. Nota-se que as iniciativas são baseadas na liderança dessas duas grandes potências (Shakhanova; Garlick, 2020).

A ampliação da parceria sino-russa, segue, portanto, uma linha de estratégia de questionamento do poder estadunidense, apesar de interesses divergentes e disputas pela influência na Ásia Central. Os países têm em comum a defesa da integridade territorial e da soberania nacional, e são críticos à forma Ocidental de promoção de democracia e direitos humanos por meio da intervenção em Estados soberanos. Os países cooperam em diversas esferas, como a financeira, militar e industrial, auxiliando no desenvolvimento da porção não-europeia da Rússia, como a Sibéria e o Extremo Oriente com investimentos e criação de empregos. As relações bilaterais no setor energético entre os dois países, vistas em detalhes na próxima seção, são pautadas na complementaridade: enquanto a Rússia é uma grande exportadora de energia, a China é intensiva no consumo energético, principalmente de petróleo e gás, devido à escassez de uma oferta interna desses produtos capaz de suprir as suas necessidades. Um lado positivo disso para a Rússia é, também, a diversificação das suas exportações da Europa (Pinheiro; Padula, 2020).

O Conceito da Política Externa da Federação Russa de 2016 confirmou as mudanças na balança de poder e o clima de tensões no Sistema Internacional:

The world is currently going through fundamental changes related to the emergence of a multipolar international system. The structure of international relations is becoming increasingly complex. Globalization has led to the formation of new centres of economic and political power. Global power and development potential is becoming decentralized, and is shifting towards the Asia-Pacific Region, eroding the global economic and political dominance of the traditional western powers. Cultural and civilizational diversity of the world and the existence of multiple development models have been clearer than ever. [...] Tensions are rising due to disparities in global development, the widening prosperity gap between States and growing competition for resources, access to markets and control over transport arteries. [...] Force is becoming an increasingly important factor in international relations amid escalating political, social and economic contradictions and growing uncertainty in the global political system and economy. [...] Russia is committed to establishing a common, open and non-discriminatory economic partnership and joint development space for ASEAN, SCO and EAEU members with a view to ensuring that integration processes in Asia-Pacific and Eurasia are complementary (Russia, 2016).

Nos Estados Unidos, a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 foi resultado dos desafios enfrentados pelo país nos âmbitos interno e externo, que não se restringiam apenas às relações com a Rússia. A sociedade estadunidense, altamente polarizada, estava descontente com os rumos do país nos últimos anos e a erosão do seu poder e liderança no Sistema Internacional. O slogan de campanha “America First” se traduziu numa pauta de ajuste da política externa de acordo com as mudanças geopolíticas em curso com medidas de caráter nacionalista, como barreiras protecionistas na indústria e agricultura. Também, de maiores restrições migratórias nas fronteiras e comerciais de produtos vindos da China e da Europa. Sem abrir mão da noção da superioridade de seus valores, promoveu a redução das caras obrigações internacionais na OTAN e na Europa com seus gastos em defesa. Os EUA saíram do acordo nuclear com o Irã e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Em resumo, foram medidas em contramão de uma ordem internacional que o próprio país estabeleceu e reflexo de um sistema em transformação (Korobkov, 2019).

A proposta de melhora nas relações bilaterais com a Rússia, como na administração anterior, não teve sucesso. A histórica oposição da elite aos russos, a oposição do congresso às políticas do presidente Trump e o papel de inimiga que a Rússia ocupa na estratégia global estadunidense (Fiori, 2020). Além disso, governos responsabilizaram a Rússia pela desestabilização do Ocidente, acusando-a de interferir nas eleições por meio de ataques cibernéticos, e as várias rodadas de sanções impostas reforçaram as tensões entre as duas partes.

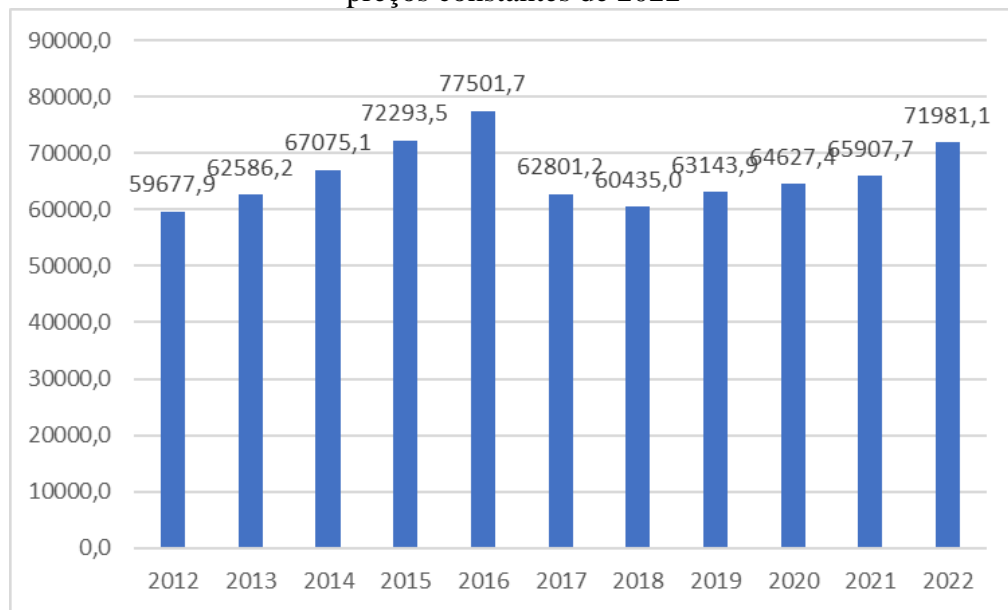
A eleição do presidente Joe Biden em 2020 aprofundou o combate à ascensão chinesa e russa nos campos econômico e militar, respectivamente. A política do novo presidente é baseada na união interna e na retomada do papel de liderança global dos Estados Unidos, reparando o desgaste nas relações exteriores do período Trump. Ele renovou o compromisso com as mudanças climáticas com a volta ao Acordo de Paris e, no contexto do enfrentamento à pandemia de Covid-19, voltou à Organização Mundial da Saúde. O lugar da Rússia na competição estratégica estadunidense se dá em termos da oposição à o que definem como potências com tendências autoritárias e revisionistas. Como colocaram no documento da Estratégia de Segurança Nacional lançado em 12 de outubro de 2022:

Competiremos efetivamente com a República Popular da China, que é o único concorrente tanto com intenção quanto com, cada vez mais, capacidade de remodelar a ordem internacional, ao mesmo tempo em que restringe uma Rússia perigosa (United States, 2022, tradução própria).

Isso foi reforçado no apoio à Ucrânia, como será visto na próxima seção.

Em resposta do acima descrito, houve um contínuo aumento nos gastos de defesa do país (gráfico 8) no período entre 2013 e 2016. Após sofrer uma queda em 2017 e 2018, voltou a crescer e chegou a uma nova alta em 2022 no contexto da invasão à Ucrânia (SIPRI, 2022).

Gráfico 8 – Evolução dos gastos de defesa da Rússia (2012 - 2022) em milhões de dólares, a preços constantes de 2022



Fonte: SIPRI (2022).

Internamente, Putin seguiu na direção do Estado russo nas bases dos seus primeiros termos. A aprovação de uma emenda constitucional em 2021 significa que Putin pode concorrer a dois novos mandatos de 6 anos na presidência russa. Ela “zera” a quantidade de termos já cumpridos, abrindo o caminho para que participe das eleições de março de 2024 e perpetue o seu legado no Kremlin.

4.3.2 A (in)segurança territorial da Rússia e a crise da Ucrânia (2013 - presente)

A crise da Ucrânia em andamento é um dos maiores desafios de segurança no Sistema Internacional, com um impacto significativo nas relações entre a Rússia e o Ocidente. Ela está diretamente relacionada ao projeto geopolítico promovido pelos Estados Unidos e seus aliados no pós-Guerra Fria, que tem como um pilar a expansão da OTAN, como já mostrado.

Não é o intuito do presente trabalho prever a sua conclusão, principalmente por se tratar de um conflito em andamento. Também, não se argumenta que se trata de uma guerra motivada exclusivamente pelos recursos energéticos, mas sim uma em que o petróleo e gás são componentes primordiais no que se refere ao fornecimento dessas fontes por parte da Rússia

para o continente europeu, e o deslocamento do eixo do comércio energético desses recursos do país para a Ásia. Para a melhor compreensão da questão, serão vistos abaixo os eventos antecedentes que culminaram em primeiro lugar na anexação da Crimeia e a resposta do Ocidente, seguido da análise sobre a invasão da Rússia na Ucrânia em 2022 e a aplicação de novas sanções econômicas, para finalmente abordar os impactos da crise no mercado energético mundial, argumentando que está em andamento uma profunda mudança nos fluxos de petróleo e gás.

4.3.2.1 Antecedentes: a anexação da Crimeia e as reações do Ocidente

As tensões entre a Rússia e a Ucrânia na história recente remetem à crescente influência Ocidental no país vizinho à Rússia, ao mesmo tempo do desejo ucraniano de aderir à União Europeia e à OTAN. As instabilidades na região chegaram ao seu ápice quando o presidente ucraniano Viktor Yanukovich abandonou em novembro de 2013 o acordo de associação econômica e política com a União Europeia sob pressão de um em favor de um com a Rússia de 15 bilhões de dólares e preços reduzidos de gás natural, aumentando os laços da Ucrânia com o país. Isso provocou uma onda de protestos antigovernamentais, conhecidos como Euromaidan, realizados especialmente em Kiev, que logo escalaram nos três meses seguintes para confrontos violentos, deixando dezenas de mortos. Em 21 de fevereiro de 2014, foi feito um acordo entre o governo e a oposição em que Yanukovich permaneceria na presidência até novas eleições serem feitas. Ele falhou e, o presidente ucraniano, destituído, fugiu para a Rússia.

A formação de um governo provisório pró-ocidental após o golpe de Estado que contou com o apoio estadunidense acirrou as tensões separatistas na península da Crimeia, onde há uma alta porcentagem de russos étnicos. Foi feito um plebiscito em que 96,8% da população votou pela adesão à Rússia. Diante desse cenário, Putin, sob a justificativa da proteção dos cidadãos russos na região, anexou o território da República da Crimeia e Sevastopol, oficializando a sua integração à Federação Russa em 18 de março de 2014. O complicado passado histórico entre a Rússia e a Ucrânia é mais um motivador para a escalada das tensões. Todo o território já esteve integrado no período imperial e foi somente em 1954 que ela foi transferida à então República Socialista Soviética da Ucrânia pelo secretário-geral do PCUS Nikita Khrushchev. O presidente em pronunciamento ressaltou a história em comum, colocando que “a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia” (Putin, 2014).

A leitura de John J. Mearsheimer (2014) sobre os eventos atribui a crise ao expansionismo do Ocidente na estratégia de contenção da Rússia. Ela distancia-se da narrativa das potências ocidentais que coloca a responsabilidade exclusiva nos russos pela deterioração da situação na Ucrânia, porque o país estaria praticando uma política imperial no espaço pós-soviético. A raiz do problema, segundo Mearsheimer, é o alargamento da OTAN que já ocorre há vários anos a despeito dos protestos da Rússia, com a intenção nesse caso de integrar a Ucrânia à aliança e aos valores democráticos ocidentais. Isso ficou claro quando apoiaram o movimento pró-ocidental da Revolução Laranja em 2004, já mencionada. De acordo com o Artigo 5º da aliança, o princípio de defesa coletiva, o ataque a um ou mais dos países-membros será considerado um ataque a todos (OTAN, 1949). A presença de tropas estrangeiras nas fronteiras da Rússia, sem um Estado tampão como a Ucrânia separando a Rússia das suas rivais, um país que, historicamente, sofreu sucessivas invasões na fronteira Ocidental, sendo várias já descritas nesta pesquisa, representa uma ameaça à sua integridade territorial e existência.

A Crimeia é de importância estratégica para a Rússia por conta da sua posição geográfica (mapa 8). A base da Frota Russa no porto de Sevastopol é a única que garante acesso durante o ano todo ao Mar Negro, livre de gelo. Putin temia que a península fosse utilizada para a implementação de uma base naval da OTAN (Putin, 2014). Também, a presença de vastas reservas de petróleo e gás no Mar Negro conferiam a possibilidade de redução das importações vindas da Rússia e a subsequente garantia da autossuficiência da Ucrânia, além do local ser um corredor de transmissão para a Romênia, Bulgária e Hungria. A anexação da Crimeia, portanto, assegurou esses mercados ao eliminar a concorrência ao fornecimento do gás russo para a Europa vindo dos campos energéticos ucranianos no Mar Negro (Johannesson; Clowes, 2020).

Mapa 8 – A anexação da Crimeia (2014)



The Economist

Fonte: The Economist (Crimeia [...], 2019).

A anexação desses territórios foi decisiva para a fragmentação das relações entre a Rússia e o Ocidente, que amplamente a condenou e não reconheceu. Medidas já tinham sido aplicadas por parte dos Estados Unidos e da União Europeia nas vésperas da incorporação ao território russo e, entre 2014 e 2021¹⁹, sanções foram impostas à Rússia em resposta do que caracterizam como a “anexação ilegal da Crimeia”, com o objetivo de enfraquecer a sua economia, impedindo o seu acesso à tecnologia e mercados para afetar a sua capacidade de travar uma guerra. Elas visam os setores de finanças, transporte, defesa, energia, tecnologia e comercial, impondo medidas como o congelamento de fundos e a restrição de viagens a pessoas ligadas aos acontecimentos na Ucrânia, com uma lista de nomes que incluíram o próprio presidente russo Vladimir Putin, o Ministro de Relações Exteriores Sergey Lavrov, o ex-presidente ucraniano Yanukovich, membros da Duma, do Conselho de Segurança Nacional, políticos locais, funcionários do setor militar, oligarcas e propagandistas pró-Kremlin e anti-Ucrânia (Conselho Europeu, 2023).

A Rússia respondeu com contra-sanções. Em agosto do mesmo ano, proibiu a importação de determinados alimentos vindos de países que impuseram sanções contra o país, incluindo a União Europeia. Isso fez parte de uma política de longo prazo de substituição de

¹⁹ As sanções em resposta à incursão militar na Ucrânia em 2022 serão vistas a seguir.

importações aplicada desde o início dos anos 2000, que foi impulsionada com o agravamento das tensões geopolíticas (Korhonen; Simola; Solanko, 2018).

Os Acordos de Minsk foram estabelecidos em setembro de 2014 e fevereiro de 2015 para a tentativa do fim das hostilidades das forças separatistas no leste da Ucrânia em Donetsk e Luhansk, parte da região de Donbass. O segundo foi assinado em Belarus em conjunto com a França, Alemanha, além de Putin e o líder ucraniano. Na prática, eles nunca foram cumpridos, tendo em vista que as hostilidades continuaram na guerra em Donbass com acusações mútuas de violações do cessar-fogo, e Putin afirmou em 22 de fevereiro de 2022 que eles “não existiam mais” (Putin, 2022).

O período entre 2015 e 2019 foi marcado por contínuos movimentos de aproximação entre a Ucrânia e a OTAN, apesar da promessa ainda não concretizada da adesão do país à organização. A aliança forneceu auxílio aos ucranianos em programas como o Comprehensive Assistance Package (CAP) lançado em 2016, que consiste em um fundo para o fornecimento de suprimentos médicos, instrumentos de comunicação, roupas de inverno e equipamentos para combater armas biológicas e químicas. Volodymyr Zelensky foi eleito à presidência da Ucrânia em 21 de abril de 2019 e em 14 de setembro de 2020, aprovou a Nova Estratégia de Segurança Nacional que ressalta a intenção da adesão do país à OTAN, três meses depois da aliança reconhecer o status do país como um dos seis Parceiros de Oportunidades Aprimoradas, parte da Iniciativa de Interoperabilidade da aliança (OTAN, 2023).

O ano de 2021 foi decisivo no ponto de vista da nova escalada das tensões. Em abril, houve um anúncio por parte da Rússia de exercícios militares em massa. O presidente ucraniano estimou que cerca de 100 mil tropas russas estavam estacionadas em suas fronteiras (Zinets; Balmforth, 2021). Em 17 de dezembro, a Rússia lançou um ultimato na forma de dois documentos, um direcionado aos Estados Unidos, e outro aos países-membros da OTAN. Tratou-se de listas de garantias de segurança, em que os EUA impediriam a expansão da aliança ao leste e negariam a adesão de países do espaço pós-soviético. Para a OTAN, que também se comprometesse com o fim desse alargamento, não instalariam bases militares nessa região em países que não são dela membros ou estabeleceriam relações bilaterais nesse âmbito. Também, não realizariam exercícios militares no Leste Europeu, Ásia Central e no sul do Cáucaso. Acima de tudo, a adesão da Ucrânia seria negada (Russia, 2021). Previsivelmente, eles foram rejeitados pelo Ocidente.

Nas vésperas da invasão russa ao território ucraniano, a Rússia, em declaração conjunta com o líder chinês Xi Jinping em 4 de fevereiro de 2022, discorreu sobre uma “nova era” num momento de mudanças no Sistema Internacional, num claro desafio à hegemonia

estadunidense. Eles têm uma visão própria da democracia e a intenção em comum de desenvolver a parceria comercial na região da Ásia-Pacífico. No extenso documento, há um caráter de revisão do que ocorreu a partir da Segunda Guerra Mundial e foi reforçado com o fim da Guerra Fria, propondo uma nova ordem mundial, denotando as ameaças em seus respectivos entornos estratégicos²⁰ e criticando o apoio estadunidense ao alargamento da OTAN.

4.3.2.2 A invasão da Rússia à Ucrânia em 2022: a defesa da integridade territorial russa, novas sanções e uma ordem internacional em transformação

Após a mobilização das tropas russas em direção a fronteira entre o país e a Ucrânia, a Rússia invadiu esse território em 24 de fevereiro de 2022, em um conflito que se estende até os dias atuais. O presidente Putin fez um pronunciamento com uma retrospectiva histórica das repetidas agressões externas sofridas pelo país e as iniciativas de contenção e enfraquecimento promovidas pelos Estados Unidos desde a queda da URSS, colocando as suas motivações para a chamada “Operação Militar Especial” na Ucrânia:

I am referring to the eastward expansion of NATO, which is moving its military infrastructure ever closer to the Russian border. [...] Any further expansion of the North Atlantic alliance’s infrastructure or the ongoing efforts to gain a military foothold of the Ukrainian territory are unacceptable for us. Of course, the question is not about NATO itself. It merely serves as a tool of US foreign policy. [...] For the United States and its allies, it is a policy of containing Russia, with obvious geopolitical dividends. For our country, it is a matter of life and death, a matter of our historical future as a nation. This is not an exaggeration; this is a fact. It is not only a very real threat to our interests but to the very existence of our state and to its sovereignty. It is the red line which we have spoken about on numerous occasions. They have crossed it. [...] The purpose of this operation is to protect people who, for eight years now, have been facing humiliation and genocide perpetrated by the Kiev regime. To this end, we will seek to demilitarise and denazify Ukraine, as well as bring to trial those who perpetrated numerous bloody crimes against civilians, including against citizens of the Russian Federation (Putin, 2022).

A guerra evoluiu de uma guerra local para uma guerra hegemônica (Fiori, 2023). Decorrida do choque entre o expansionismo da OTAN e a proteção da integridade territorial russa, que conserva uma zona de segurança no espaço pós-soviético, ela é uma expressão da transição em curso da ordem internacional, com a erosão do poder relativo das potências dominantes e a ascensão de novos pólos de poder. Ela tem impactos sistêmicos envolvendo interesses estratégicos e alinhamentos políticos entre atores além dos dois no conflito,

²⁰ Para a China, trata-se da questão de Taiwan, fora do escopo do presente trabalho.

transbordando para uma dinâmica global com as potências do sistema, e as duas grandes organizações, a OTAN e a União Europeia. São fornecidos armamentos, inteligência e treinamento por parte das potências da OTAN, o que tem significativo valor político, porque garante a sobrevivência da Ucrânia no conflito e é uma tentativa de passar a mensagem de união do Ocidente contra o conflito iniciado pela Rússia. Por outro lado, a Rússia desafia o status quo imposto pelos EUA. Mas, se para ela objetivo da incursão à Ucrânia era impedir a sua possível adesão à OTAN, hoje os riscos são ainda maiores: a Finlândia passou a fazer parte da aliança e a Suécia está finalizando o processo, colocando um fim a histórica neutralidade que mantinham frente à percepção da ameaça à segurança com as disputas territoriais na região (Lebelem; Villa, 2022).

As novas rodadas de sanções econômicas, aplicadas em níveis sem precedentes²¹, foram impostas visando instituições e pessoas-chave relacionadas ao Kremlin²², baseadas na capacidade de moeda estadunidense, como nenhuma outra dos demais Estados, ser uma arma política dada a hegemonia do dólar construída com Bretton Woods no pós-Segunda Guerra Mundial e o fim da conversão com o ouro na década de 1970. Elas são parte da ofensiva geopolítica estadunidense, em que a força não é o único meio de fazer valer a sua posição sobre um outro Estado e excluí-lo do sistema financeiro internacional. Ao sancionar figuras chave da Rússia, bem como o seu sistema financeiro, exclui-se a Rússia de um ambiente globalizado de trocas, na tentativa de compeli-la a agir de acordo com as regras estabelecidas pelos EUA (Torres Filho, 2022).

A anexação dos territórios de Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia e Kherson em setembro de 2022 foi amplamente condenada pela comunidade internacional, que também não a reconhece. Mas, o relevante na atitude de Putin é poder incluir esses territórios na Federação Russa, dispondo não somente dos recursos tradicionais, mas também da possibilidade do uso de armas nucleares e recursos humanos para a defesa do território russo. Em razão disso, a União Europeia adotou medidas prorrogadas até 15 de março de 2024 que incluem a proibição do acesso a dez bancos russos ao Swift, proibição da realização de transações com o Banco Central da Rússia e de exportação de bens e tecnologias de dupla utilização para uso militar (Conselho Europeu, 2023).

²¹ O autor cita como exemplos anteriores os casos da Coreia do Norte em 2005 e do Irã de 2005 a 2016, e de novo em 2018. Nesses casos, como coloca, as sanções enquanto medidas coercitivas foram bem-sucedidas em isolar esses países da comunidade internacional.

²² Sanções também foram aplicadas à Belarus, aliada russa de longa data, e ao Irã, pela fabricação e fornecimento de drones (Conselho Europeu, 2023).

As consequências da guerra e das sanções não afetam apenas a Rússia e a Ucrânia. As repercussões alcançam nível mundial, dado o nível de interconexão entre os mercados financeiros dos países e a globalização da economia, afetando o abastecimento alimentar e energético de outras nações. Elas sucedem uma série de outras crises, sendo as mais recentes, a da pandemia e as mudanças climáticas. Entre os efeitos observados, inclui-se o aumento da inflação global de 4,4% em 2021 para 8,7% em 2022 (IMF, 2023) impulsionada pelo aumento dos preços energéticos e dos alimentos, dada a importância da Rússia e da Ucrânia na cadeia global sobretudo de grãos e petróleo e gás, que sofreu instabilidades desde o começo do conflito. Também, intensificou-se a questão migratória e humanitária na Europa, por mais de 5,9 milhões de civis terem se deslocado do território ucraniano para o continente em busca de refúgio, sendo em maior parte mulheres e crianças. A maioria entra na União Europeia pela Polônia, no maior deslocamento populacional em massa desde a Segunda Guerra Mundial (UNHCR, 2023).

A nova análise de Mearsheimer (2022) sobre a escalada do conflito indica o crescimento das ambições das partes, numa lógica maximizadora de vencer a guerra e obtenção de ganhos políticos. Cercada por inimigos e diante da ameaça à sua segurança e integridade territorial, a Rússia fez um ataque preemptivo que culminou na invasão do território. O Ocidente aposta no prolongamento da guerra, mas que dificilmente vai envolver um conflito direto entre as forças russas e as estadunidenses. Os EUA atuam no conflito para dar suporte à Ucrânia para vencer a guerra e ainda, impõe sanções sem precedentes para paralisar a Rússia e enfraquecer o país a ponto de não ocupar um lugar nas grandes potências do Sistema Internacional. A ideia de uma Ucrânia neutra tornou-se inaceitável para esse país e os EUA, que atuam numa tática de reverter os ganhos territoriais da Rússia no país.

A Ucrânia deu passos largos para o alinhamento com o Ocidente, aplicando para a admissão na União Europeia e continuamente advogando pela sua entrada na OTAN. Isso e os fatores acima revelam que a guerra não é apenas entre a Rússia e a Ucrânia, e sim uma proxy war da aliança contra os russos. Além disso, a guerra na Ucrânia é mais um exemplo de uma guerra híbrida, com o uso de estratégias que não militares no conflito. Uma modalidade em que um conflito não é travado apenas nos campos militar e político, mas também, no informacional. Anos antes do conflito já se previa que a guerra híbrida seria mais uma forma dos EUA enfraquecer os russos (Fiori, 2017), e nota-se o uso generalizado dessa estratégia por todas as partes envolvidas, conferindo reduzida confiabilidade nas divulgações de informações e números de todas as partes envolvidas. São apresentadas diferentes narrativas pelas partes em oposição. Por isso, argumenta-se que só se terá uma noção real dos custos humanos e materiais deste conflito posteriormente ao seu fim.

Nos finais de 2023, observou-se uma fadiga no apoio ocidental à Ucrânia, que pode ser atribuída a vários fatores. Os Estados Unidos estão em uma posição enfraquecida decorrente dos fracassos no Afeganistão e divisões internas do país, que ecoam o declínio da hegemonia estadunidense. A adesão da Ucrânia à OTAN, apesar das várias promessas, ainda não se concretizou. As atenções do Ocidente se desviaram para os recentes ataques do Hamas em Israel, enquanto a sociedade estadunidense questiona cada vez mais os pacotes de auxílio financeiro e a sua atuação no recente conflito no Oriente Médio dados os problemas e a contínua polarização interna no país. A falta de consenso na tomada de decisão em importantes organizações internacionais como a ONU comprovam a incapacidade do fórum de atuar em coesão e a sua obsolescência nos dias atuais, num cenário de tensões geopolíticas entre as potências e a desintegração de uma ordem internacional liderada pelos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial e fortalecida com o fim da Guerra Fria.

A Rússia segue na sua agenda multipolar, estreitando as relações com a China, Índia, países do mundo islâmico e a América Latina. A ampliação proposta em agosto de 2023 dos países-membros do BRICS²³ é mais um reflexo da nova ordem internacional, com a pluralidade de culturas, combatendo o eurocentrismo. O PIB combinado dos países do BRICS expandido corresponde a cerca de 36,4% do total mundial, superior ao do G7, com 30,4% (Prishad, 2023). Também, o grupo agora passa a abranger uma importante quantidade de países que influenciam o mercado energético mundial. No petróleo, o grupo agora detém 42% das reservas mundiais e são responsáveis pela produção diária de 36,7 milhões de barris desse recurso. No gás natural, terão a 36% da produção diária, 1.437 bcm (Campos Júnior, 2023).

As sanções, enquanto um mecanismo coercitivo do Ocidente, também não tiveram o efeito esperado de paralisar a economia russa e conter as suas ações na Ucrânia, muito menos provocar uma mudança de regime. Pelo contrário, tiveram um forte efeito adverso nos países europeus, e impulsionaram a tendência da progressiva desdolarização da economia global, sendo a China, Turquia e Irã alguns dos países que buscam conter a influência dessa moeda e a dependência financeira dos Estados Unidos. A Rússia apoia amplamente esse processo. Como o Ministro das Relações Exteriores Sergey Lavrov colocou em entrevista:

Everyone is tired of the dollar. It 's becoming a tool of influence and tool of undermining legitimate competitive positions of the countries of different regions. It has become a tool of interference in domestic affairs and change of regimes (Lavrov, 2023).

²³ A partir de 1 de janeiro de 2024, o BRICS passa a incluir a Arábia Saudita, Emirados Unidos, Etiópia e Irã. A Argentina também faria parte, mas o presidente Javier Milei optou pela não adesão do país ao grupo.

A Rússia ultrapassou a Alemanha e se tornou a quinta maior economia do mundo em relação à paridade do poder de compra, atrás apenas da China, Estados Unidos, Índia e Japão (World Bank, 2023). Portanto, das cinco maiores economias do mundo, três fazem parte do BRICS. O documento do Conceito da Política Externa da Federação Russa aprovado em março de 2023 reforça o lugar da Rússia enquanto potência nuclear eurasiática sucessora da URSS e defensora de uma ordem multipolar, ao mesmo tempo que expõe a histórica oposição dos EUA ao país:

A Rússia atua como um dos centros soberanos do desenvolvimento mundial, cumprindo a sua missão historicamente única de manter o equilíbrio global de forças, construir um sistema internacional multipolar, criar condições para um desenvolvimento pacífico e progressivo da humanidade com base numa agenda unificadora e construtiva. [...] Considerando o fortalecimento da Rússia como um dos principais centros de desenvolvimento do mundo contemporâneo, considerando a sua política externa independente uma ameaça à hegemonia ocidental, os Estados Unidos da América (EUA) e os seus satélites utilizaram as medidas tomadas pela Federação da Rússia para proteger os seus interesses vitais na vertente ucraniana como pretexto para endurecer a política antirussa de longa data e desencadear uma guerra híbrida de um novo tipo. O seu objetivo é enfraquecer a Rússia por todos os meios e torpedear o seu papel civilizacional criador, o seu poder, as suas capacidades económicas e tecnológicas, limitar a sua soberania na política externa e interna e destruir a sua integridade territorial (Russia, 2023).

4.3.2.3 Os efeitos no mercado mundial de petróleo e gás

A crise da Ucrânia revela mais uma vez que as implicações das guerras transcendem o âmbito militar ao impulsionar novas alianças geopolíticas e, com a eclosão da guerra em fevereiro de 2022, provocar uma transformação nos mercados mundiais de petróleo e gás numa intensidade não vista há décadas. Assim como outras crises internacionais se traduziram em crises energéticas e trouxeram subsequentes mudanças na política aplicada pelos países neste setor, essa não é uma exceção, dado o protagonismo russo.

A Rússia tenta contrabalançar o seu isolamento diplomático em relação ao Ocidente e os impactos das sanções económicas com a formação de novas parcerias. A sua estratégia em relação à Europa é, primeiramente, reduzir o fluxo energético que atravessa a Ucrânia, e expandir seus mercados para outras regiões para diminuir a sua dependência desses consumidores ainda retendo a sua posição de uma das maiores exportadoras de petróleo e gás do mundo. O gasoduto TurkStream (mapa 9) foi anunciado pelo presidente Putin em visita à Turquia em 2014, ampliando a parceria com o país no setor energético. A construção começou a partir de 2017, sendo inaugurado em 2020 com a capacidade de transmissão de 31,5 bcm/ano. Ele é mais uma linha de transmissão de gás natural operada pela Gazprom com uma rota que se

desvia da Ucrânia, levando-o para a Turquia através do Mar Negro, reduzindo a receita dos ucranianos pelo trânsito em seu território e a dependência da Rússia do transporte desse país para o mercado europeu. Uma de suas cadeias de transmissão leva o gás natural para a Turquia; a outra, o leva para o sul e o sudeste da Europa (Gazprom, [2014]). Ele é um substituto do South Stream com uma rota muito similar, que foi cancelado em 2014 já no contexto da crise ucraniana, embora com uma capacidade de transmissão 50% menor.

Mapa 9 – O gasoduto TurkStream



Fonte: Bauomy (2020)

Sobre a aliança estratégica com a China, ainda em 2014 após longas negociações, deu-se início à construção de um gasoduto conectando a Sibéria à China, por meio da Gazprom e a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), num investimento avaliado em 55 bilhões de dólares com um acordo de compra e venda com a duração de 30 anos. Com as suas operações iniciadas em dezembro de 2019, o gasoduto Força da Sibéria (mapa 10) prolonga-se por mais de 3 mil km, com a capacidade de transmissão de até 38 bcm/ano para os consumidores do Extremo Oriente russo e norte da China (Gazprom, 2019b). Além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, fortalece as relações comerciais entre a Rússia e a China, e abre para o país um importante mercado de exportação de gás após a queda da demanda europeia e as sanções econômicas em resposta da anexação da Crimeia e a invasão da Ucrânia.

Desde o começo da guerra, foi firmado um novo acordo de longo prazo de transmissão pela rota do Extremo Oriente e, em setembro de 2022 um em que a China pagará o gás russo

em yuans e rublos²⁴. Atualmente, estão em andamento negociações para a construção do Força da Sibéria 2. Com a capacidade de transmissão de até 50 bcm/ano, partindo da península de Yamal, atravessando a Mongólia para chegar ao seu destino no território chinês, o novo gasoduto tem o potencial de compensar as perdas de exportações para a Europa e garantir um maior suprimento energético para a potência chinesa (Gazprom, 2019a).

Mapa 10 – O gasoduto Força da Sibéria



Fonte: Gazprom (2019a).

Vale mencionar que a eclosão da pandemia em 2020 afetou profundamente a capacidade de arrecadação da economia russa e o mercado energético global. Além de ceifar a vida de milhões de pessoas no mundo inteiro, provocou uma queda abrupta do consumo energético em um curto espaço de tempo pelas medidas de isolamento social. Como consequência, houve o colapso dos preços do petróleo, que chegou a US\$ 41,84/barril (BP, 2022). Estima-se também que a demanda energética mundial caiu 4% em 2020, quando comparada ao ano anterior, em decorrência da pandemia (Statista, 2024).

Este mercado já vinha em uma grande transformação estrutural mesmo antes da pandemia e a Guerra da Ucrânia, resultada da Revolução do Xisto (*Shale Revolution*) nos Estados Unidos e do Acordo de Paris de 2015. A primeira, com novas técnicas de exploração e extração, tornou possível aumentar a produção desses recursos não convencionais antes não acessíveis, alterando a balança da distribuição desses recursos e colocando o país numa posição de liderança, ameaçando a arrecadação de receita da exportação de petróleo e gás, um fator que

²⁴ O acordo entre as duas estatais sobre essa forma de pagamento foi colocado como uma “solução mutuamente benéfica, oportuna, confiável e prática” (Gazprom, 2022) pelo CEO da Gazprom, Alexei Miller.

foi acelerado com a queda de demanda energética durante a pandemia. Em setembro de 2016, a Rússia se tornou uma associada da OPEP+, associando-se ao grupo que coordena os cortes de produção e os preços do petróleo sem se tornar um membro oficial. Já com o Acordo de Paris, há uma discussão maior sobre as mudanças climáticas e a transição energética para fontes mais limpas, impulsionando a redução do consumo de combustíveis fósseis (Connolly; Hanson; Bradshaw, 2020).

Apesar da constante retórica de diversificação, no período entre a anexação da Crimeia e a incursão russa à Ucrânia, ao mesmo tempo em que a Rússia participou de projetos transregionais para compensar os impactos econômicos negativos da queda dos preços do petróleo, buscou preservar o seu relacionamento energético com a Europa, firmando melhores relações bilaterais com países europeus que fossem favoráveis ao relaxamento ou remoção das sanções, e aos seus projetos como o do gasoduto Nord Stream 2, como a Áustria, Itália, Hungria, Eslováquia e Sérvia (Tsygankov, 2018).

A geopolítica deste gasoduto (mapa 11), dessa forma, é de grande relevância. Ele é mais um símbolo da iniciativa russa de diversificação das rotas tradicionais para a Europa e a intensificação das trocas energéticas, conferindo-lhe maior influência no continente. O projeto desenvolvido pela Gazprom em parceria com as alemãs Uniper e Wintershall, a francesa Engie, a austríaca OMV e a anglo-holandesa Shell consistiu na construção de uma nova linha de transmissão de gás natural da Rússia para a Europa através do Mar Báltico. A capacidade total do gasoduto é de 55 bcm/ano, transportados de Ust-Luga na Rússia para a cidade alemã Greifswald em uma rota de mais de 1,2 mil quilômetros no Mar Báltico (Gazprom, 2019), sem passar pela Ucrânia, e dobrando a capacidade do já operante Nord Stream 1.

Mapa 11 – O gasoduto Nord Stream 2



Fonte: Gazprom (2019b).

Ele esteve no centro de tensões geopolíticas entre a Rússia, Estados Unidos e União Europeia desde o seu anúncio em junho de 2015. Durante toda a sua construção, foi acometido por sanções estadunidenses aos envolvidos no projeto para o distanciamento entre a Rússia e a Alemanha, parceiras comerciais de longa data. Na presidência Trump, as sanções aplicadas à elite política e empresarial russa miraram a indústria de petróleo e gás para o enfraquecimento da concorrência às empresas americanas pela sua intenção de vender gás natural liquefeito para o mercado europeu, que em 2016 recebeu a primeira remessa vinda deste país (Korobkov, 2019).

Depois, quando Joe Biden assumiu a presidência dos EUA, aprovou novas sanções com o apoio da Polônia, Ucrânia e os Países Bálticos, opostos ao gasoduto por aumentar a dependência aos russos e negar tarifas de trânsito para os ucranianos. Elas foram respondidas com diversas críticas pela interferência do país em assuntos internos da Alemanha e da Europa. Por outro lado, os apoiadores do gasoduto, como a ex-chanceler Angela Merkel, defenderam as suas vantagens comerciais e apontaram como a oposição estadunidense vai além de questões energéticas e econômicas. Por isso, muito mais do que apenas um projeto comercial, as sanções aplicadas durante o processo de planejamento e implementação deste gasoduto transcenderam os âmbitos comerciais e energéticos, envolvendo questões geopolíticas que objetivaram impedir uma associação maior entre a Alemanha e a Rússia e fortalecer o acesso das empresas americanas ao mercado europeu de GNL (Fiori, 2021).

Por fim, embora a sua construção tenha sido concluída em setembro de 2021, ele nunca entrou em operação. A sua certificação foi suspensa pelo chanceler alemão Olaf Scholz em resposta ao reconhecimento da independência de Donetsk e Luhansk por parte de Putin, e os gasodutos Nord Stream 1 e 2 foram alvos de explosões subaquáticas em 26 de setembro de 2022, em um ato de sabotagem que os tornou, até o presente momento, inoperantes.

A invasão russa à Ucrânia em 2022 foi decisiva para um movimento mais expressivo de diversificação mútua entre a Rússia e a União Europeia. Em cenários de conflitos geopolíticos, os preços energéticos tendem a aumentar pelo risco de interrupções no seu fornecimento. Nesse sentido, provocou-se um choque nos preços dos barris de petróleo, que fecharam em US\$ 101,32 em 2022 (Energy Institute, 2023). Por isso, ao mesmo tempo que ocorreu uma queda das exportações russas para a Europa, a disparada nos preços compensaram-na em certo nível nos primeiros meses da guerra.

Por o bloco europeu ser um consumidor tão expressivo desses recursos vindos da Rússia, as sanções impostas desde a anexação da Crimeia, e mais intensamente com o começo da guerra, não poderiam impactar o seu fornecimento de energia de forma imediata. No ano anterior à guerra, teve 40% das suas importações de gás natural e 25% de petróleo vindo da Rússia (IEA, 2022). Desde então, tomou iniciativas para reduzir a dependência dos russos. As medidas aplicadas no setor energético são as seguintes:

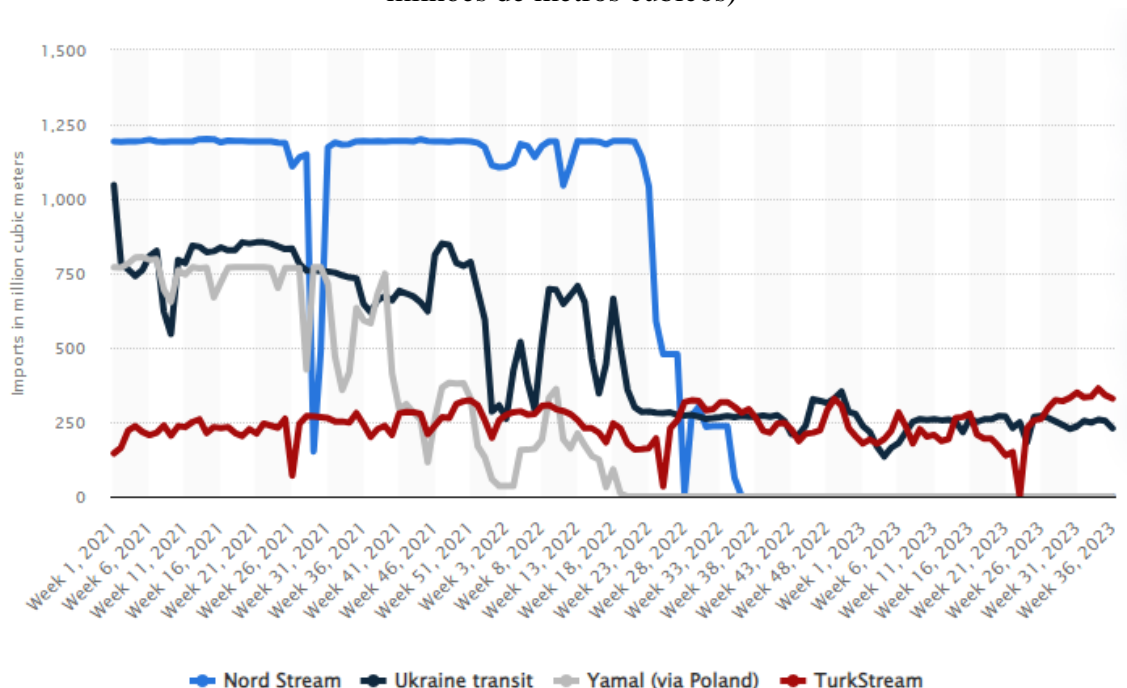
- proibição da importação de petróleo e carvão provenientes da Rússia
- fixação de um limite máximo de preço relacionado com o transporte marítimo de petróleo russo
- proibição relacionada com o propano liquefeito
- proibição da exportação para a Rússia de bens e tecnologias para uso no setor da refinação de petróleo
- proibição de novos investimentos nos setores da energia e da extração mineira da Rússia (Conselho Europeu, 2024).

É importante ressaltar, então, que as barreiras ao petróleo russo vieram apenas em dezembro de 2022. Já os Estados Unidos, banuiu as importações do petróleo russo já em março do mesmo ano. O país importava uma quantidade muito inferior quando comparado aos europeus: o último dado registrado foi em abril do mesmo ano, com 10.795 de barris de petróleo e seus derivados neste mês (EIA, 2023).

Como já mencionado, o transporte de petróleo não requer uma infraestrutura rígida como a dos gasodutos, dificultando a capacidade de diversificação deste recurso no curto prazo. Portanto, a substituição do gás foi feita de forma gradual e, com um rígido inverno em 2022, precisaram adotar medidas emergenciais de economia de energia e recorrer ao uso de fontes alternativas, como o carvão e a energia nuclear (Khudaykulova; Yuanqiong; Khudaykulov,

2022). Os europeus promoveram a gradual redução do fluxo de gás natural oriundo dos principais gasodutos da Rússia, enquanto ela já o diminuía²⁵, vide gráfico 9, mas impuseram apenas a partir de dezembro de 2022 a proibição das importações de petróleo cru vinda deste país.

Gráfico 9 – Volume de importação de gás natural da Rússia na União Europeia (UE) e no Reino Unido (UK) da semana 1 de 2021 à semana 36 de 2023, por rota de exportação (em milhões de metros cúbicos)



Fonte: Statista (2023).

As importações do petróleo russo caíram de 14,4% no terceiro trimestre de 2022 para 3,9% no terceiro trimestre de 2023, enquanto as oriundas dos EUA e da Noruega subiram de 11,8% e 10,5% para 17,7% e 13,7%, respectivamente. As de gás natural, por sua vez, caíram de 16,7% no terceiro trimestre em 2022 para 16% no terceiro trimestre de 2023, enquanto a Noruega também se provou uma nova fonte de compensação do gás russo, com o crescimento de 45,1% para 48,6% no mesmo período (Eurostat, 2024). Com a Alemanha em particular, a norueguesa Equinor fechou um acordo de longo prazo de fornecimento de gás capaz de cobrir um terço da sua demanda industrial (Hancock, 2023). Os Estados Unidos aumentaram o seu fornecimento de GLN progressivamente, passando de 0,65 bcm em janeiro de 2021 para 4,09 bcm em novembro de 2022 (Conselho Europeu, 2023).

²⁵ A Rússia aprovou uma medida em março de 2022 que países “hostis” da Europa deveriam pagar pelo gás em rublos, caso contrário, corriam o risco da suspensão de contratos. A UE não aderiu à ela. Também, interrompeu os fluxos do gasoduto Nord Stream 1 por 10 dias em julho do mesmo ano, alegando problemas técnicos.

Então, observa-se uma mudança em andamento no padrão de comércio de petróleo e gás. A Rússia respondeu com o aumento progressivo da venda de petróleo e gás para parceiros como a China, Arábia Saudita e Índia como forma de driblar as sanções internacionais e garantir sua renda, estabelecendo novos acordos comerciais como parte de uma aliança política que transborda as relações energéticas. Enquanto as exportações de petróleo cru da Rússia para a União Europeia desde o começo da guerra caíram de 45-50% para apenas 4-5%, o país foi o maior exportador de petróleo cru para a Índia em 2023, provendo cerca de 35% do total importado, ultrapassando o Iraque e a Arábia Saudita (Mohanty, 2023). A Índia ficou atrás apenas da China, que importou 47% do total que a Rússia exportou no mesmo ano (Soldatkin; Astakhova, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por a dinâmica mundial dos mercados de petróleo e gás ser altamente complexa, o presente estudo objetivou analisá-la a nível estatal com um foco na história russa e a instrumentalização desses recursos a favor do Estado em meio a conflitos geopolíticos.

O primeiro capítulo apresentou uma análise histórica da indústria de petróleo e gás soviética por meio de uma retrospectiva desde a sua formação inicial, a sua consolidação durante a Guerra Fria até o seu estado no contexto da desintegração do país, e os principais conflitos geopolíticos que permearam o período. O estudo da consolidação da União Soviética enquanto uma das maiores exportadoras mundiais de energia, e todas as implicações econômicas e políticas por trás dos processos de decisão por parte dos formuladores é fundamental para a compreensão da vitalidade da exportação desses recursos para a obtenção de renda e a sua projeção internacional enquanto uma das duas grandes potências do sistema bipolar, na lógica das disputas geopolíticas com os Estados Unidos e seus aliados do bloco capitalista.

A partir do apanhado do histórico apresentado da produção de petróleo e gás na União Soviética, a Rússia Imperial era uma das maiores exportadoras mundiais de petróleo e, após a Revolução Russa de 1917, os Bolcheviques continuaram com este papel. A União Soviética durante a Guerra Fria transformou-se de uma potência isolada e atrasada para uma das maiores exportadoras mundiais de petróleo e gás, principalmente para os países da Europa Ocidental. Com o Ocidente, tratava-se de vendas em troca de moeda estrangeira e artigos tecnológicos, e os ganhos de manobra política não eram menos importantes. Com o bloco socialista, uma forma de promover a integração econômica e manter a sua influência e estabilidade.

O legado da indústria de petróleo e gás soviética é uma rede integrada de oleodutos e gasodutos que conecta principalmente as ex-repúblicas soviéticas ao continente europeu, seu principal parceiro comercial. Uma acentuada dependência da exportação de petróleo foi forjada principalmente a partir da década de 1970, e o aumento das exportações veio a benefício do país num cenário de altos preços internacionais. Na década seguinte, entretanto, a URSS foi acometida por uma ofensiva ao seu setor energético promovida pelos EUA, que pressionou os seus aliados a aumentar a oferta internacional de petróleo, derrubando os seus preços e a capacidade do país de arrecadação de moeda estrangeira. A estruturação de um sistema econômico que sustentava um complexo militar-industrial e menos voltado para o setor de consumo, eventualmente deu sinais de esgotamento e, numa tentativa de contornar os problemas do país, promoveu-se reformas econômicas e políticas, que tiveram consequências

profundamente negativas que perdurariam muito tempo depois da dissolução da União Soviética em 1991. O desmantelamento do bloco socialista e da URSS inaugurou uma nova fase da história russa e da sua indústria de petróleo e gás, bem como do sistema interestatal, que será estudada no próximo capítulo.

O segundo capítulo apontou os principais fatores internos e externos que tornaram a década de 1990 desafiadora para os russos no contexto da queda da União Soviética e a sua transição econômica. No âmbito externo, a Rússia ao mesmo tempo que praticou uma política externa caracterizada pela ilusão da cooperação mútua com o Ocidente, foi alvo de iniciativas de enfraquecimento por parte de uma estratégia geopolítica dos Estados Unidos compostas pelo avanço da OTAN ao leste, colocando os países que antes faziam parte da esfera de influência da URSS no guarda-chuva institucional do Ocidente.

Internamente, uma transição econômica malsucedida trouxe consequências negativas para a sociedade e economia do país, corroendo o poder estatal e de compra, enquanto o desemprego cresceu e a riqueza do país ficou progressivamente nas mãos de poucas pessoas. A reestruturação dos setores de petróleo e gás, em particular, foram impactadas pelas privatizações na medida que o antigo Ministério de Petróleo foi desmembrado em várias empresas com donos predominantemente usavam-nas para se apropriar da renda e enviá-la para fora do país. Em contraste, o setor de gás natural permaneceu com o poder majoritário do Estado.

Mesmo enfrentando problemas domésticos que afetaram a sua produtividade no setor energético e a ofensiva geopolítica dos Estados Unidos, a Rússia assumiu grande parte da posição que a ex-URSS ocupava enquanto uma grande exportadora de petróleo e gás, embora a perda do poder do Estado russo e da sua capacidade de arrecadação não tenham permitido que a renda oriunda das exportações pudesse apropriadamente beneficiar o país. A falta de sucesso na implementação das políticas econômicas da transição, associada à fuga de capitais e ao contágio da crise asiática culminaram na crise da dívida de 1998. Por fim, com a renúncia de Yeltsin, uma nova figura política chegou ao país, utilizando os recursos energéticos para recolocar o país em protagonismo no Sistema Internacional.

O terceiro capítulo mostrou como nos anos 2000 e a entrada de Vladimir Putin na presidência representou a retomada da posição geopolítica da Rússia no Sistema Internacional, amplamente apoiada na nacionalização parcial do setor energético e na expansão dos gasodutos no continente europeu e na Ásia. O país enquanto uma potência energética continua, entretanto, vulnerável às variações dos preços internacionais de energia, evidenciados pelos diferentes

cenários observados na sua economia em momentos de oscilações, sejam elas positivas ou negativas.

O aumento das tensões e da quantidade de conflitos no Sistema Internacional são localizados na Europa e no Oriente Médio, que contam com o significativo envolvimento militar da Rússia. A geopolítica de energia praticada pelo presidente Putin e continuada durante o mandato único de Medvedev revela o papel do petróleo e gás como instrumentos de poder, exercido por meio da integração territorial em um complexo relacionamento com a Europa e, em maior nível, atualmente com a Ásia. Esses fatores levam a uma retórica persistente da diversificação por estes atores em decorrência dos conflitos geopolíticos na medida em que as relações políticas e econômicas se fortaleceram e tornou-se necessária a diversificação pelas sanções ocidentais em decorrência primeiro da anexação da Crimeia e a invasão à Ucrânia em fevereiro de 2022.

A Rússia atualmente segue formando e aprofundando parcerias estratégicas para além do Ocidente aumentando a sua participação em fóruns multilaterais e estreitando os laços com potências em ascensão que compartilham os seus valores e a contestação ao poder americano, em favor de uma ordem multipolar. A cooperação econômica e política mais notável é a com a China, que inclui as crescentes trocas energéticas de petróleo e gás. Dado o momento de contínua escalada das tensões no Sistema Internacional, é difícil pensar numa resolução política do conflito na Ucrânia que satisfaça todas as partes num horizonte próximo, levando em consideração o que está em jogo: para a Rússia, diz respeito à sua segurança e integridade territorial; para os Estados Unidos e seus aliados europeus, sobre a luta pela manutenção da hegemonia Ocidental em meio a um deslocamento em curso do centro de poder para o continente asiático.

REFERÊNCIAS

- AKDEMIR, I. Global energy circulation, Turkey's geographical location and petropolitics. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 19, p. 71-80, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.05.109>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- AKERMAN, E. The development of the oil and gas industries in Russia. *In*: MCCANN, L. **Russian Transformations: challenging the global narrative**. Londres: Taylor & Francis, 2004. p. 111-127.
- ALVARES, T. D. O.; PADULA, R. A parceria sino-russa e a disputa pela Eurásia: imperativos geopolíticos e alianças conjunturais pelo controle do continente basilar. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 196-222, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/78224>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- ARBATOV, A. NATO and Russia. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 135-146, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0967010695026002002>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- ARMS CONTROL ASSOCIATION. **Brief Chronology of START II**. Washington, Nov. 2020. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/start2chron>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BALZER, H. The Putin Thesis and Russian Energy Policy. **Post-Soviet Affairs**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 210-225, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.2747/1060-586X.21.3.210>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BAUOMY, J. TurkStream: Europe needs gas and Russia has it - the story behind that new pipeline. **Euronews**, [s. l.], 8 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/01/08/turkstream-europe-needs-gas-and-russia-has-it-the-story-behind-that-new-pipeline>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- BEAUCHAMP, Z.; LEE, T. B.; YGLESIAS, M. 40 maps that explain World War I. **Vox**, [s. l.], 4 Aug. 2014. Disponível em: <https://www.vox.com/a/world-war-i-maps>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BP. **Statistical Review of World Energy**. London: BP, 2022. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- C.I.A., in a report to a Congressional Committee, Predicts an Economic Slowdown in Soviet Union. **The New York Times**, New York, p. 3, 9 Aug. 1977. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1977/08/09/archives/cia-in-a-report-to-a-congressional-committee-predicts-an-economic.html>. Acesso em: 16 maio 2022.
- CAMPOS JUNIOR, G. Brics ampliado terá quase metade da produção de petróleo global. **Poder 360**, [s. l.], 3 set. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/brics-ampliado-tera-quase-metade-da-producao-de-petroleo-global/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CHURCHILL, W. **The Sinews of Peace (“Iron Curtain Speech”)**. Fulton, 5 Mar. 1946. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CONNOLLY, R.; HANSON, P.; BRADSHAW, M. It’s déjà vu all over again: COVID-19, the global energy market, and the Russian economy. **Eurasian Geography and Economics**, [s. l.], v. 61, n. 4–5, p. 511–531, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15387216.2020.1776627>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CONSELHO EUROPEU. **Infografia – De onde vem o gás da UE?** Bruxelas, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-gas-supply/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CONSELHO EUROPEU. **Medidas restritivas da UE contra a Rússia a respeito da Ucrânia (desde 2014)**. Bruxelas, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/#economic>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CONSIDINE, J. I.; KERR, W. A. **The Russian Oil Economy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

CRIMEA is still in limbo five years after Russia seized it. **The Economist**, London, 8 Jun. 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/europe/2019/06/08/crimea-is-still-in-limbo-five-years-after-russia-seized-it>. Acesso em: 28 jan. 2024.

DEUTSCHER, I. **The Economic Policy of the Soviet**. [S. l.], 1948. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/deutscher/1948/economic-policy.htm>. Acesso em: 28 jan. 2024.

EIA. **Europe is a key destination for Russia’s energy exports**. Washington, 2022. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=55021#:~:text=In%202021%2C%20Russia%20was%20the,country%20behind%20Indonesia%20and%20Australia>. Acesso em: 05 jan. 2024.

EIA. **U.S. imports from Russia of crude oil and petroleum products**. Washington, Nov. 2023. Disponível em: https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIM_NUS-NRS_1&f=M. Acesso em: 3 dez. 2023.

ENERGY INSTITUTE. **Statistical Review of World Energy**. London: EI, 2023. Disponível em: <https://www.energyinst.org/statistical-review>. Acesso em: 19 jan. 2024.

EUROSTAT. **EU imports of energy products - latest developments**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_imports_of_energy_products_recent_developments&oldid=554503#Main_suppliers_of_petroleum_oils.2C_natural_gas_and_coal_to_the_EU. Acesso em: 19 jan. 2024.

FIORI, J. L. **Sobre o desenvolvimento chinês I**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://envolverde.com.br/sobre-o-desenvolvimento-chines/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FIORI, J. L. Estados Unidos, Rússia e a grande transformação mundial: tendências e perspectivas. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, p. 1-27, 2020. Disponível em: https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2020/06/TD_n.14_Estados-Unidos-R%C3%BAssia-e-a-grande-transforma%C3%A7%C3%A3o-mundial_Fiori.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

FIORI, J. L. **O lugar da Rússia e da guerra na nova estratégia global dos EUA**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://fup.org.br/fiori-o-lugar-da-russia-e-da-guerra-na-nova-estrategia-global-dos-eua/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FIORI, J. L. **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIORI, J. L. Os critérios, as narrativas, e as “guerras hegemônicas”. **Outras Palavras**, [s. l.], 04 jul. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/os-criterios-as-narrativas-e-as-guerras-hegemonicas/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FIORI, J. L. **Veto americano ao gasoduto do Báltico: imperativo geopolítico e concorrência capitalista**. [S. l.], 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608775-veto-americano-ao-gasoduto-do-baltico-imperativo-geopolitico-e-concorrencia-capitalista>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FREEMAN-PEDIA. **The Break-up of the Soviet Union, 1991**. [S. l.], 2022. Disponível em <https://www.freeman-pedia.com/collapse>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GAIDAR, Y. **The Soviet Collapse: Grain and Oil**. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, Apr. 2007. Disponível em: https://tamilnation.org/intframe/070419collapse_of_soviet_union.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

GAO, J; LIANG, W. The Influencing Factors of Oil Trade between China and Russia. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**, [s. l.], v. 382, n. 5, p. 1-5, 2018. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1757-899X/382/5/052054/pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GAZPROM. **Gazprom and CNPC discuss progress of project for Russian gas supplies to China via Far Eastern route**. Saint Petersburg, 6 Sept. 2022. Disponível em: <https://www.gazprom.com/press/news/2022/september/article556286/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GAZPROM. **Nord Stream 2: a new export gas pipeline running from Russia to Europe across the Baltic Sea**. Saint Petersburg, 2019a. Disponível em: <https://www.gazprom.com/projects/nord-stream2>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GAZPROM. **Power of Siberia. The largest gas transmission system in Russia's East**. Saint Petersburg, 2019b. Disponível em: <https://www.gazprom.com/projects/power-of-siberia/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GAZPROM. **TurkStream: Gas Exports to Turkey and southern and southeastern Europe**. Saint Petersburg, [2020]. Disponível em: <https://www.gazprom.com/projects/turk-stream/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

GAZPROM. **Yamal-Europe**: Russian gas supplies to Western-Europe. Saint Petersburg, [2018]. Disponível em: <https://www.gazprom.com/projects/yamal-europe/>. Acesso em: 14 set. 2022.

GOLDMAN, M. I. **Petrostate**: Putin, Power and the new Russia. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

GORBACHEV, M. **Perestroika**: novas ideias para o meu país e o mundo. São Paulo: Best Seller, 1987.

GORBACHEV, M. **Gorbachev's maiden speech hints at reform**. [S. l.], 1985. Disponível em: <https://alphahistory.com/coldwar/gorbachevs-maiden-speech-1985/>. Acesso em: 4 dez. 2022.

GORBACHEV, M. **Political Report of the CPSU Central Committee to the 27th Party Congress**. Moscow: Novosti Press Agency Publishing House, 1986.

GUSTAFSON, T. Energy and the Soviet Bloc. **International Security**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 65-89, 1981.

HANCOCK, A. Norway's Equinor and German state energy group sign €50bn long-term gas deal. **Financial Times**, London, 19 Dec. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5de80f1c-6b47-407b-bef4-2bb2983c4659?shareType=nongift> Acesso em: 19 jan. 2024.

HARSEM, Ø; CLAES, D. G. The interdependence of European–Russian energy relations. **Energy Policy**, [s. l.], v. 59, p. 784-791, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2013.04.035>. Acesso em: 23 jan. 2024.

HILL, F. **Energy Empire**: Oil, Gas and Russia's Revival. London: The Foreign Policy Centre, 2004.

HILL, F.; FEE, F. Fueling the Future: the prospects for Russian Oil and Gas. **Demokratizatsiya**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 462-487, 2002. Disponível em: https://demokratizatsiya.pub/archives/10-4_HillFee.PDF. Acesso em: 23 jan. 2024.

HOBÉR, K. Recent trends in energy disputes. In: Talus, K. (ed.). **Research Handbook on International Energy Law**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014. p. 225-240.

HÖGSELIUS, P. **Energy and Geopolitics**. New York: Routledge, 2019.

HÖGSELIUS, P. **Red gas**: Russia and the Origins of European Energy Dependence. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

IEA. **Countries**: Russia. Paris, 2022. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/russia>. Acesso em: 5 jan. 2023.

IMF. **World Economic Outlook**. Washington, Jan. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>. Acesso em: 19 jan. 2024.

JOHANNESSON, J.; CLOWES, D. Energy Resources and Markets – Perspectives on the Russia–Ukraine War. **European Review**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/cup/eurrev/v30y2022i1p4-23_3.html. Acesso em: 24 jan. 2024.

KEFFERPÜTZ, R. EU-Russian natural gas relations - Pipeline politics, mutual dependency, and the question of diversification. In: LIUHTO, K. **The EU-Russia gas connection: pipes, politics and problems**. Turku: Pan-European Institute, 2009. p. 92-108.

KENNAN, G. F. A Fateful Error. **The New York Times**, New York, p. 23, 5 Feb. 1997. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1997/02/05/opinion/a-fateful-error.html>. Acesso em: 26 jul. 2023.

KHUDAYKULOVA, M. K.; YUANQIONG, H.; KHUDAYKULOV, A. Economic consequences and implications of the Ukraine-Russia War. **International Journal of Management Science and Business Administration**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 44-52, May 2022. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/mgs/ijmsba/v8y2022i4p44-52.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

KONTOROVICH, V. **Economists, Soviet economic reforms, and the collapse**. Haverford, 2001. Disponível em: <https://www.haverford.edu/sites/default/files/Department/Economics/SlavicReviewPlu>

KORHONEN, I.; SIMOLA, H.; SOLANKO, L. **Sanctions, counter-sanctions and Russia: effects on economy, trade and finance**. Research Report. Helsinki: Bank of Finland, 2018. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/251676/1/bpb1804.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

KOROBKOV, A. Donald Trump and the Evolving U.S.-Russia Relationship. **Perceptions**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 39-58, Spring/Summer 2019. Disponível em: <https://sam.gov.tr/pdf/perceptions/Volume-XXIV/Spring-Summer-2019/03-Korobkov.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

KRAMER, D. J. Resetting U.S.–Russian Relations: It Takes Two. **The Washington Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 61-79, Jan. 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01636600903418694>. Acesso em: 28 jan. 2024.

KRUTIKHIN, M.; OVERLAND, I. OPEC and Russia: a happy pro-forma marriage. In: CLAES, D. H.; GARAVINI, G. (org.). **Handbook of OPEC and the Global Energy Order: past, present and future challenges**. Abingdon: Routledge, 2020. p. 248-256.

LANE, D. **Soviet society under Perestroika**. Londres: Routledge, 1992.

LAVROV, S. V. Lavrov Sits Down With Sputnik For Exclusive Interview. **Sputnik International**, [s. l.], 28 Dec. 2023. Disponível em: <https://sputnikglobe.com/20231228/lavrov-sits-down-with-sputnik-for-exclusive-interview--1115847890.html>. Acesso em: 28 dez. 2023.

LEBELEM, C.; VILLA, R. D. A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 112-136, jul./set. 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/56>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LÉVESQUE, J. Rússia e suas raízes muçulmanas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s. l.], ed. 17, dez. 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/russia-e-suas-raizes-muculmanas/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LÜTHI, L. Drifting Apart: Soviet Energy and the Cohesion of the Communist Bloc in the 1970s and 1980s. *In*: PEROVIĆ, J. (org). **Cold War Energy: a Transnational History of Soviet Oil and Gas**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. p. 371-399.

LYNCH, A. C. The Evolution of Russian Foreign Policy in the 1990s. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, [s. l.], v. 18, n.1, p. 161-182, 2002.

MANKOFF, J. **Russian Foreign Policy: the return of great power politics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

MARKEVITCH, A.; ZHURAVSKAYA, E. The economic effects of the abolition of Serfdom: evidence from the Russian Empire. **American Economic Review**, [s. l.], v. 108, n. 4/5, p. 1074-1117, 2018. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.20160144>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARSHALL, G. C. **The "Marshall Plan" speech at Harvard University, 5 June 1947**. [S. l.], 1947. Disponível em: <https://www.oecd.org/general/themarshallplanspeechatharvarduniversity5june1947.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAZAT, N.; SERRANO, F. **An analysis of the Soviet economic growth from the 1950's to the collapse of the USSR**. [S. l.], 2012. Disponível em: www.centrosraffa.org/public/bb6ba675-6bef-4182-bb89-339ae1f7e792.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

MEARSHEIMER, J. J. Playing with fire in Ukraine: the underappreciated risks of catastrophic escalation. **Foreign Affairs**, [s. l.], 17 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine>. Acesso em: 15 out. 2023.

MEARSHEIMER, J. J. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 93, n. 5, Sep./Oct. 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>. Acesso em: 15 out. 2023.

MEDEIROS, C. A economia política da transição na Rússia. *In*: ALVES, A. G. de M. P.; PARANHOS, C. A. da R. **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011. p. 13-37.

MENON, R.; RUGER, W. NATO Enlargement and US grand strategy: a net assessment. **International Politics**, [s. l.], v. 57, p. 371-400, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00235-7>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MIRANDA, N. **A Europa do pós-guerra: uma Europa dividida**. Portimão, 6 jan. 2012. Disponível em: <https://noseahistoria.wordpress.com/2012/01/06/a-europa-do-pos-guerra-uma-europa-dividida/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MOHANTY, S. **India's long-term appetite for Russian crude intact despite recent slowdown**. [S. l.], 06 Dec. 2023 Disponível em:

<https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/oil/120623-indias-long-term-appetite-for-russian-crude-intact-despite-recent-slowdown>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MOLOTOV, V. Statement by Molotov (Paris, 2 July of 1947). *In*: UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. **A Decade of American Foreign Policy, Basic Documents 1941-1949**. Washington: Department of State Printing Office, 1985. p. 807-809. Disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/f692bc11-0049-4b78-ba99-bc0ac81aedeb/publishable_en.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

NOVE, A. **An Economic History of the USSR 1997-1991**. Westminster: Penguin Books, 1993.

OTAN. **Bucharest Summit Declaration Issues by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Bucharest on 3 April 2008**. [S. l.], 2008. Disponível em: https://web.archive.org/web/20111003162137/http://www.summitbucharest.gov.ro/en/doc_202.html. Acesso em: 18 dez. 2023.

OTAN. **NATO-Rússia: setting the record straight**. [S. l.], Sept. 2022. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/115204.htm>. Acesso em: 27 jul. 2023.

OTAN. **Relations With Ukraine**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_37750.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

OTAN. **Study on Nato Enlargement**. [S. l.], 3 Sept. 1995. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_text3-Sep.-1995. Acesso em: 15 nov. 2022.

OTAN. **Tratado do Atlântico Norte**. Washington, 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt. Acesso em: 15 jan. 2024.

PACER, V. A. **Russian Foreign Policy under Dmitry Medvedev, 2008-2012**. New York: Routledge, 2016.

PAILLARD, C. A. Russia and Europe's mutual energy dependence. **Journal of International Affairs**, New York, v. 63, n. 2, p. 65-84, 2010. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/journals/jia/v63i2/f_0021996_18153.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

PEROVIĆ, J. **Cold War Energy: A Transnational History of Soviet Oil and Gas**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

PEROVIĆ, J. The Tito-Stalin Split: a reassessment in light of new evidence. **Journal of Cold War Studies**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 32-63, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/jcws.2007.9.2.32>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PEROVIĆ, J.; KREMPIN, D. The Key is in Our Hands: Soviet Energy Strategy during Détente and the Global Oil Crises of the 1970s. **Historical Social Research**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 113-144, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24145530>. Acesso em: 24 jan. 2024.

POMERANZ, L. **Do socialismo soviético ao capitalismo russo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

POMERANZ, L. Rússia: a estratégia recente de desenvolvimento econômico-social. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C.; SILVA, L. A. DA; MATIJASCIC, M. **Trajetórias recentes de desenvolvimento**: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília, IPEA, 2009. p. 299-342.

PRESIDENTIAL LIBRARY. The more fuel we will have, the closer the victory decisive hour! Moscow, 1941. Disponível em: <https://www.prilib.ru/en/item/1293411>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PRISHAD, V. Centro de gravidade do mundo mudará no dia 1º de janeiro de 2024. 04 de setembro de 2023. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/04/centro-de-gravidade-do-mundo-mudara-no-dia-1-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PUTIN, V. V. **Address by the President of the Russian Federation**. Moscow, 18 Mar. 2014. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PUTIN, V. V. **Address by the President of the Russian Federation**. Moscow, 24 Feb. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 01 dez. 2023.

PUTIN, V. V. Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. **Problems of Post-Communism**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 48-54, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/PPC1075-8216530105>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PUTIN, V. V. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Moscow, 10 Feb. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 17 dez. 2023.

REAGAN, R. **Speech to the National Association of Evangelicals (Evil Empire Speech)**. Orlando, 8 Mar. 1983. Disponível em: <https://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REHSCHUH, F. From Crisis to Plenty: The Soviet “Oil Campaign” Under Stalin. *In*: PEROVIĆ, J. (org). **Cold War Energy**: A Transnational History of Soviet Oil and Gas. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. p. 47-77.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization**. Moscow, 17 Dec. 2021. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/?lang=en&clear_cache=Y. Acesso em: 15 jan. 2024.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. Moscow, 30 Nov. 2016. Disponível em: <https://interkomitet.com/foreign-policy/basic-documents/foreign-policy-concept-of-the-russian-federation-approved-by-president-of-the-russian-federation-vladimir-putin-on-november-30-2016/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. Moscow, 31 Mar. 2023. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/. Acesso em: 10 jan. 2024.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **Treaty between The United States of America and the Russian Federation on security guarantees**. Moscow, 17 Dec. 2021. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/?lang=en. Acesso em: 15 jan. 2024.

SCHUTTE, R. G. Economia Política de Petróleo e Gás: A Experiência Russa. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 1474, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2680/1/TD_1474.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

SCO. **General information**. Beijing, 2017. <https://eng.sectesco.org/20170109/192193.html>. Acesso em: 7 jan. 2024.

SERRANO, F.; MAZAT, N. A potência vulnerável: padrões de investimento e mudança estrutural da União Soviética a Federação Russa. In: BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de Investimento e de transformação estrutural nos países emergentes**. Brasília: CEPAL/CGEE, 2014. p. 755-892.

SHAKHANOVA, G.; GARLICK, J. A. The Belt and Road Initiative and the Eurasian Economic Union: exploring the “Greater Eurasian Partnership”. **Journal of Current Chinese Affairs**, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1868102620911666>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. **Russia (2012-2022)**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOARES, C. Battle for Oil: Europe’s hope to bypass Russian energy may be a pipe dream. **The Independent**, London, 12 Aug. 2008. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/battle-for-oil-eu-s-hope-to-bypass-russian-energy-may-be-a-pipe-dream-891499.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOLDATKIN, V.; ASTAKHOVA, O. Russia exports almost all its oil to China and India. **Reuters**, [s. l.], 27 Dec. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/half-russias-2023-oil-petroleum-exports-went-china-russias-novak-2023-12-27/#:~:text=Russia%20has%20successfully%20circumvented%20sanctions,told%20Rossiya%2D24%20state%20TV>. Acesso em: 7 jan. 2024.

STATISTA. **Natural gas import volume from Russia in the European Union (EU) and the United Kingdom (UK) from week 1, 2021 to week 36, 2023, by exporting route (in million cubic meters)**. [S. l.], 20 Sept. 2023a. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1331770/eu-gas-imports-from-russia-by-route/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

STATISTA. **Oil production in Russia from 2000 to 2022 (in 1,000 barrels per day)**. [S. l.], 22 Aug. 2023b. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/265187/oil-production-in-russia-in-barrels-per-day/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

STATISTA. **Primary energy demand change worldwide from 2019 to 2021**. [S. l.], 10 Jan. 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1242753/change-in-global-energy-demand/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

STATISTA. **Share of extra-EU natural gas import value from Russia from 2010 to 2nd quarter 2022**. [S. l.], 28 Nov. 2023c. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1021735/share-russian-gas-imports-eu/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

TORRES FILHO, E. T. Sanções Contra a Rússia: Bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 73-85, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52674>. Acesso em: 24 jan. 2024.

TRUMAN, H. S. **Truman Doctrine (1947)**. [Washington], 1947. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Acesso em: 28 jan. 2024.

TSYGANKOV, A. P. From International Institutionalism to Revolutionary Expansionism: The Foreign Policy Discourse of Contemporary Russia. **Mershon International Studies Review**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 247-268, 1997.

TSYGANKOV, A. P. Mastering space in Eurasia: Russia's geopolitical thinking after the Soviet break-up. **Communist and Post-Communist Studies**, [s. l.], v. 36, n.1, p. 101-127, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0967-067X\(02\)00055-7](https://doi.org/10.1016/S0967-067X(02)00055-7). Acesso em: 25 jan. 2024.

TSYGANKOV, A. P. **Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity**. Londres: Rowman & Littlefield, 2019.

UNHCR. **Ukraine Situation**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/operational/situations/ukraine-situation>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UNITED STATES. The White House. **Fact sheet: the Biden-Harris Administration's National Security Strategy**. Washington, 12 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/10/12/fact-sheet-the-biden-harris-administrations-national-security-strategy/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

UNITED STATES. The White House. **U.S.-Russia Relations: "Reset" Fact Sheet**. Washington, 24 June 2010. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/realitycheck/the-press-office/us-russia-relations-reset-fact-sheet>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VARMA, P. **Druzhba Pipeline: everything you need to know**. [S. l.], 22 Aug. 2022. Disponível em: <https://alchetron.com/Druzhba-pipeline#druzhba-pipeline-a6c5365e-781b-466d-bedf-8e8066f13d9-resize-750.jpg>. Acesso em: 19 abr. 2022.

WEINBERG, G. L. The Nazi-Soviet Pacts: A Half-Century Later. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 68, n. 4, p. 175-189, Fall 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20044116>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WHITE, S. **Understanding Russian Politics**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

WORLD BANK. **GDP (current US\$) - Russian Federation**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2000&locations=RU&start=1989&view=chart>. Acesso em: 24 jan. 2023.

WORLD BANK. **GDP, PPP (current international \$) - Russian Federation**. [s. l.], 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?locations=RU&most_recent_value_desc=true. Acesso em: 12 jan. 2024.

YELTSIN, B. **Speech to the U.N. Security Council With UN-Summit**. New York, 1992. Disponível em: <http://undocs.org/en/S/PV.3046>. Acesso em: 15 abr. 2021.

YERGIN, D. **The Prize: the epic quest for oil, money & power**. New York: Simon & Schuster, 1991.

ZAGORSKI, A. Russia and NATO in the 1990s. *In*: HAMILTON, D. S.; SPOHR, K. (ed.), **Open Door: NATO and Euro-Atlantic Security After the Cold War**. Washington: Johns Hopkins University, 2019. p. 459-480.

ZINETS, N.; BALMFORTH, T. Ukraine says Russia has nearly 100,000 troops near its border. **Reuters**, [s. l.], 13 Nov. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/ukraine-says-russia-has-nearly-100000-troops-near-its-border-2021-11-13/>. Acesso em: 18 jan. 2024.